KLS

Pedagogia em Espaços não Escolares

Pedagogia em Espaços não Escolares

Ana Carla Schiavinato Batista
Joice Estacheski

© 2019 por Editora e Distribuidora Educacional S.A.
Todos os direitos reservados. Nenhuma parte desta publicação poderá ser reproduzida ou transmitida de qualquer modo ou por qualquer outro meio, eletrônico ou mecânico, incluindo fotocópia, gravação ou qualquer outro tipo de sistema de armazenamento e transmissão de informação, sem prévia autorização, por escrito, da Editora e Distribuidora Educacional S.A.

Presidente
Rodrigo Galindo

Vice-Presidente Acadêmico de Graduação e de Educação Básica
Mário Ghio Júnior

Conselho Acadêmico
Ana Lucia Jankovic Barduchi
Danielly Nunes Andrade Noé
Grasiele Aparecida Lourenço
Isabel Cristina Chagas Barbin
Thatiane Cristina dos Santos de Carvalho Ribeiro

Revisão Técnica
Aldrei Jesus Galhardo Batista
Ana Beatriz Perriello Leme

Editorial
Elmir Carvalho da Silva (Coordenador)
Renata Jéssica Galdino (Coordenadora)

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

Batista, Ana Carla Schiavinato
B333p Pedagogia em espaços não escolares / Ana Carla Schiavinato Batista, Joice Estacheski. – Londrina : Editora e Distribuidora Educacional S.A., 2019.
184 p.

ISBN 978-85-522-1426-7

1. Atuação pedagógica. 2. Educação não formal. 3. Ambientes educacionais. I. Batista, Ana Carla Schiavinato. II. Estacheski, Joice. III. Título.

CDD 370.71

Thamiris Mantovani CRB-8/9491

2019
Editora e Distribuidora Educacional S.A.
Avenida Paris, 675 – Parque Residencial João Piza
CEP: 86041-100 — Londrina — PR
e-mail: editora.educacional@kroton.com.br
Homepage: http://www.kroton.com.br/

Sumário

Unidade 1

Pedagogia no mundo e no Brasil: aspectos históricos e conceituais 7

Seção 1.1

Pedagogia e educação 9

Seção 1.2

História da pedagogia e do pedagogo no Brasil 21

Seção 1.3

A formação profissional do pedagogo 32

Unidade 2

Contextos não escolares de atuação do pedagogo: aspectos regulatórios, culturais, sociais e políticos 47

Seção 2.1

Pedagogia nas políticas educacionais 49

Seção 2.2

O pedagogo em espaços não escolares 63

Seção 2.3

Intervenção do pedagogo não escolar 75

Unidade 3

Atuação do pedagogo em diferentes espaços não escolares 91

Seção 3.1

O processo educativo como estudo e prática do pedagogo 93

Seção 3.2

O pedagogo no primeiro e no segundo setor 106

Seção 3.3

O pedagogo no terceiro setor 120

Unidade 4

Atuação do pedagogo em espaços socioculturais, midiáticos e de saúde 137

Seção 4.1

O Pedagogo na área da saúde 139

Seção 4.2

O Pedagogo como promotor de ações socioculturais 152

Seção 4.3

O Pedagogo na cultura tecnológica e digital 167

Palavras do autor

Caro estudante,

A disciplina *Pedagogia em Espaços Não Escolares* tem por objetivo a busca pela compreensão dos fundamentos que subsidiam a reflexão sobre a estrutura e a organização da atuação do pedagogo nos espaços além da escola. Caracteriza-se como uma disciplina teórica, mas necessária à efetivação da prática docente consciente e comprometida com a formação humana.

A partir do comprometimento com uma formação de qualidade, procuramos selecionar conteúdos que lhe ajudarão a estabelecer as relações necessárias à efetivação de sua prática docente. Em um futuro próximo, você será responsável pela formação de sujeitos, tanto em espaços escolares quanto não escolares, de crianças, adolescentes, jovens e adultos. Caberá a você ensiná-los a aprender e a se desenvolverem, bem como subsidiar o trabalho de outros educadores em relação a processos pedagógicos coletivos em espaços não escolares, ou, até mesmo, atuar nesses projetos.

Ao longo de todo o material, buscamos a proposição de temáticas que o leve à reflexão, que possibilitem discussões e busca de informações, com o intuito de subsidiar sua prática pedagógica. Para isso, procuramos abordar diferentes assuntos de modo a atender os objetivos da disciplina e, ao mesmo tempo, motivar seus estudos.

Dessa forma, esse material foi organizado em 4 unidades de ensino. As Unidades 1 e 2 tratam, especificamente, da história da pedagogia e a constituição legal dos espaços de atuação do pedagogo. Tais unidades contribuem para a compreensão dos aspectos históricos, políticos, legais e pedagógicos, levando você a refletir sobre a diversidade de atuação. Já as Unidades 3 e 4 tratam da atuação do pedagogo em espaços não escolares, tais como hospitais, empresas, ONG's, entre outros.

Com isso, vale relembrar que é muito importante que você esteja disposto a ampliar seus conhecimentos por meio das leituras complementares propostas nas seções de cada unidade de ensino.

Convidamos você a adotar uma atitude positiva, valorizando e reconhecendo seu potencial de aprendizagem autônoma. Certamente, o esforço dedicado será recompensado quando estiver no exercício de sua profissão, diante da responsabilidade em educar as novas gerações.

Além de atingir os objetivos específicos da disciplina, esperamos que você consiga se constituir, enquanto profissional comprometido, a cada passo de sua formação, fazendo de sua aprendizagem um caminho prazeroso, tendo plena convicção de que é preciso estar atento ao processo de desenvolvimento integral de seus futuros alunos.

A disciplina promoverá o desenvolvimento dos seus conhecimentos sobre a atuação do pedagogo nos diversos espaços onde o processo de ensino e aprendizagem ocorre, com base nas fundamentações teóricas e históricos sobre o pedagogo, levando-o a refletir sobre as possibilidades e desafios dos campos de atuação.

Desejamos que o material escrito e disponibilizado aos estudos da disciplina Pedagogia nos Espaços Não Escolares contribua efetivamente para sua formação, vá ao encontro de suas expectativas em tornar-se professor e pedagogo e abra novas possibilidades que o encorajem a se engajar no processo de transformação social.

Bons estudos!

Unidade 1

Pedagogia no mundo e no Brasil: aspectos históricos e conceituais

Convite ao estudo

Caro estudante,

A Unidade I busca resgatar algumas reflexões sobre os conceitos de Pedagogia e Educação, de modo que você desenvolva sua compreensão e entenda essas áreas como ciência e objeto de estudo, respectivamente. Nesse sentido, a unidade aqui apresentada tem como objetivo levá-lo a resgatar a constituição da pedagogia em sua historicidade de modo que se estabeleçam suas funções sociais e a possibilidade de, por meio de saberes constituídos, auxiliar no trabalho do processo educacional para além das instituições escolares, ou seja, em espaços de educação não escolares, como ONGs, empresas, hospitais, entre outros.

Para tanto, a unidade foi dividida em três seções articuladas, que lhes darão a oportunidade em demonstrar os conhecimentos sobre a atuação do pedagogo em espaços não escolares, a partir da fundamentação do histórico da profissão, do referencial legal e das possibilidades dessa atuação em contextos educacionais não formais, reconhecendo as implicações técnicas, éticas, sociais e institucionais de seu papel como pedagogo nesses espaços.

Dessa forma, a partir da história da profissão do pedagogo, do conhecimento da legislação que embasa a profissão em espaços não escolares e da compreensão do seu papel nesses diferentes espaços, esperamos que você seja capaz de fazer escolhas conscientes e fundamentadas a fim de intervir, didática e pedagogicamente, nos diferentes processos que envolvem o ensino e a aprendizagem.

Vamos, então, conhecer Ana Paula, que é pedagoga com experiência na área da educação e atua há oito anos em uma escola como coordenadora pedagógica. Após a graduação, ela participou de vários cursos de formação continuada e percebeu o leque de possibilidades que sua formação lhe proporcionou, com a possibilidade, inclusive, de atuar em espaços não escolares. Nesse sentido, buscando aperfeiçoar seus conhecimentos, Ana Paula iniciou um estudo de cunho pessoal para compreender como se dá o processo educacional em espaços não escolares, pois em seu processo de formação não pôde se aprofundar em tais questões. Logo que iniciou seus

estudos, percebeu que necessitava retomar alguns conceitos fundamentais para compreender o contexto de atuação que a área de seu interesse exige, a fim de compreender em que a educação não escolar se diferencia da educação escolar, na qual já atua. Dessa forma, revendo o conceito de educação, que, de forma ampla, reflete várias situações, sistemáticas ou não, ela evidenciou que a pedagogia se constituiu historicamente e legalmente na sociedade humana, de acordo com as necessidades de cada contexto. Nesse sentido, queremos que você se sinta instigado a apontar quais os encaminhamentos que deveriam ser eleitos por Ana Paula a fim de que ela compreenda a constituição histórica da pedagogia enquanto ciência da Educação. Você considera importante que Ana Paula, como pedagoga, compreenda os diferentes contextos históricos no mundo e no Brasil, a fim de desenvolver maior clareza sobre sua futura atuação em espaços não escolares?

Esperamos que a unidade auxilie em sua reflexão e contribua para que você estabeleça relações importantes a cada seção estudada!

Bons estudos!

Seção 1.1

Pedagogia e educação

Diálogo aberto

Desde que nascemos, somos compelidos a nos apropriarmos de um mundo já construído e objetivado pelas gerações anteriores. A cada época, somos levados a aprimorar tais conhecimentos sob situações de ensino e aprendizagem. Você se recorda de alguma situação em que já tenha ensinado algo a alguém? Alguém já lhe solicitou ajuda para conseguir chegar a um determinado endereço? Você foi capaz de orientar a pessoa? Já parou para pensar o quanto as pessoas, em situações cotidianas, ensinam e aprendem? Já analisou que tudo o que desenvolvemos só fazemos porque alguém nos ensinou, desde o preparo de um alimento até as operações mais complexas? Os processos de ensino e aprendizagem ocorrem também fora do ambiente escolar por meio da família, da sociedade, de amigos, entre outros. Porém, nem sempre são atividades educativas intencionais, com organização didática e pedagógica. Atualmente, devido à dinâmica da sociedade, muitas organizações e empresas necessitam de profissionais que atuem com atividades pedagógicas/didáticas intencionais, mediando e articulando os processos de aprendizagem de crianças, jovens e adultos.

Tais indagações instigaram a pedagoga Ana Paula, que está interessada em exercer sua profissão em outras instituições educacionais. No entanto, em seu processo de formação, teve acesso a pouco conteúdo sobre a pedagogia em espaços não escolares e decidiu buscar informações e conhecimentos por conta própria. Ao se deparar com várias informações, ela relembrou e aprofundou seus estudos. Além disso, precisou organizar um roteiro a fim de relacionar os principais conceitos ao que se exige de um pedagogo em espaços não escolares. Ao reorganizar seus conhecimentos, Ana Paula concluiu que educação e pedagogia são processos historicamente distintos, mas inseparáveis. Considerando que é fundamental compreendermos a educação em seu mais amplo conceito, como você auxiliaria Ana Paula a elaborar diferentes conceitos de educação? Quais conceitos de educação você procuraria levar à reflexão de Ana Paula? Como você auxiliaria nossa pedagoga a considerar as diferentes concepções do ato de educar em diferentes contextos e sociedades? A Pedagogia, compreendida como ciência e tendo a educação como seu objeto, possibilita a compreensão de ações educativas em espaços não escolares. Quais os encaminhamentos você indicaria para que Ana Paula fosse encorajada a atuar em espaços não escolares?

Para que você desenvolva seu potencial teórico e resolva essas questões, nesta primeira seção, intitulada *Pedagogia e educação***,** buscaremos estimular a reflexão sobre os principais conceitos que emergem no processo de interação social, sempre permeado pelos processos educacionais. Assim, retomar o conceito de educação e suas funções, rompendo com a ideia de que tal processo é múltiplo e diferenciado, é fundamental, sem perder de vista que é o objeto de estudo do qual a pedagogia, enquanto ciência, ocupa-se. Os conteúdos trabalhados nesta seção serão, portanto, conceito de educação e de pedagogia, a pedagogia como ciência da educação e a educação como objeto da pedagogia.

Temos certeza de que este estudo fará com que você reflita de modo aprofundado sobre sua futura atuação como pedagogo.

Bons estudos e sucesso nesta primeira fase da disciplina!

Não pode faltar

O que é educação?

Uma pergunta que, em uma primeira reflexão, nos parece simples, mas que reserva grande complexidade em seu significado, tendo em vista as condições reais e objetivas pelas quais se processa entre diferentes povos e culturas. Uma assertiva que envolve o termo educação/educar, que está completamente isenta de contestação, é a de que se trata de algo inerente ao ser humano, ou seja, apenas o homem educa e se educa.

A educação é um processo que acompanha o homem por toda a sua vida e nenhum ser da espécie humana está excluído de tal processo, ou seja, o homem é a única criatura que, obrigatoriamente, precisa ser educada no sentido amplo da palavra educação.

Etimologicamente a palavra educação vem do verbo educar, que se origina do latim, *educare*, que é um derivado de *ex*, que significa "fora" ou "exterior" e *ducere,* que possui o significado de guiar, instruir, conduzir. Nesse sentido, educação significa, etimologicamente, o processo de guiar para fora, conduzir o sujeito externamente, considerando-se tanto o mundo exterior quanto para fora de si mesmo. Kant (2006, p. 11) afirma que "[...] por educação entende-se o cuidado de sua infância (a conservação, o trato), a disciplina e a instrução com a formação". Ou seja, a educação, em amplo sentido, procura estabelecer as relações necessárias ao pleno desenvolvimento do indivíduo, sendo de fundamental importância refletir a respeito das necessidades de cada faixa etária.

Podemos afirmar, portanto, que ninguém escapa do processo educacional, uma vez que este se faz presente em todos os espaços sociais em que haja pessoas em processo de interação: em casa, na escola, na rua, na igreja e em tantas outras instituições sociais, tendo cada qual a precípua condição ao ato de educar pessoas. Desse modo, podemos afirmar que não existe uma única forma de educar ou apenas um tipo específico de educação, como trata Brandão (1989, p. 8), ao socializar o trecho da carta dos chefes dos Índios das Seis Nações após o tratado de paz nos Estados Unidos em Virgínia e Maryland, quando estes convidaram alguns jovens índios às escolas dos brancos, tendo então a seguinte resposta:

> “[...] nós estamos convencidos, portanto, que os senhores desejam o bem para nós e agradecemos de todo o coração. Mas aqueles que são sábios reconhecem que diferentes nações têm concepções diferentes das coisas e, sendo assim, os senhores não ficarão ofendidos ao saber que a vossa ideia de educação não é a mesma que a nossa. [...] Muitos dos nossos bravos guerreiros foram formados nas escolas do Norte e aprenderam toda a vossa ciência. Mas, quando eles voltaram para nós, eles eram maus corredores, ignorantes da vida da floresta e incapazes de suportarem o frio e a fome. Não sabiam como caçar o veado, matar o inimigo e construir uma cabana, e falavam a nossa língua muito mal. Eles eram, portanto, totalmente inúteis. Não serviam como guerreiros, como caçadores ou como conselheiros. Ficamos extremamente agradecidos pela vossa oferta e, embora não possamos aceitá-la, para mostrar a nossa gratidão oferecemos aos nobres senhores de Virgínia que nos enviem alguns dos seus jovens, que lhes ensinaremos tudo o que sabemos e faremos, deles, homens. (BRANDÃO, 1989, p. 8)

O que se torna bastante claro nesta carta é que não há uma única forma de educar, pois há de se compreender que as diferentes formas que constituem o processo educacional dependem dos objetivos e dos fins da concepção que se estabeleça, assim como se faz necessário compreender que, embora a escola na sociedade atual seja o *lócus* adequado e democrático para a apropriação do saber historicamente produzido pela humanidade, ela não corresponde ao único espaço em que o processo ocorre. Podemos afirmar que é na escola que ocorre o processo de educação entendida como a socialização da instrução, pois, como afirma Gramsci:

> [...] para que a instrução não fosse igualmente educação, seria preciso que o discente fosse uma mera passividade, um "recipiente mecânico" de noções abstratas, o que é absurdo, além de ser "abstratamente" negado pelos defensores da pura educatividade precisamente contra a mera instrução mecanicista. (GRAMSCI, 2004, p. 44)

No entanto, não é apenas na escola que tal processo se configura, há diversos espaços que refletem diferentes modos de vida e que se apoiam em diferentes concepções educativas apresentando-se sob uma determinada finalidade a fim de transformar ou reproduzir determinada realidade. É nesse sentido que a educação se torna fundamental à formação das novas gerações, seja para formar guerreiros ou intelectuais, sujeitos comprometidos com a transformação das problemáticas sociais ou pela manutenção delas que, independentemente do espaço em que a educação se constitui, os objetivos são pré-estabelecidos, ou seja, ela determina que tipo de homem se quer formar e para qual tipo de sociedade e, assim sendo é sempre uma ação política.

Para Brandão:

> [...] quando um povo alcança um estágio complexo de organização de sua sociedade e de sua cultura; quando ele enfrenta, por exemplo, a questão da divisão social do trabalho e, portanto, do poder, é que ele começa a viver e a pensar como problema as formas e os processos de transmissão do saber. É a partir de então que a questão da educação emerge à consciência e o trabalho de educar acrescenta à sociedade, passo a passo, os espaços, sistemas, tempos, regras de prática, tipos de profissionais e categorias de educandos envolvidos nos exercícios de maneira cada vez menos corriqueiras e menos comunitárias do ato, afinal tão simples, de ensinar-e-aprender. (BRANDÃO, 1989, p. 16)

Sem a educação, o homem jamais teria alcançado as condições de desenvolvimento a que chegamos. Por constituir o conhecimento ao longo do tempo em um longo processo histórico, a sociedade possibilitou avanços científicos e tecnológicos, bem como estabeleceu formas de organização da cultura, tanto em espaços formais quanto informais. A compreensão das diferentes formas de organização educativa deu-se à medida que houve interesse e necessidade de sistematização desses processos, cabendo, assim, à pedagogia seu estudo, tanto do processo de ensinar quanto do processo de aprender.

Exemplificando

Podemos dizer que todas as formas de ensinar e aprender constituem-se em educação. Desde que nascemos e interagimos com outros sujeitos, estamos nos educandos. Quando o bebê nasce, já é levado a reconhecer os primeiros símbolos e significados do mundo que lhes são apresentados: a voz dos pais, os objetos e elementos naturais que o cercam. Além disso, são levados a apreender os movimentos, compelidos a desenvolver a fala, estimulados a aprender atividades do cotidiano e posturas necessárias ao convívio social. Em outras palavras, todas as atividades que aprendemos e ensinamos, em processos sistemáticos ou não, constituem a educação.

O que é pedagogia?

Diferentemente do termo educação, o termo pedagogia não se faz tão presente nos discursos do senso comum, ou seja, constitui uma terminologia mais complexa, uma vez que envolve o trato científico do processo educacional. Etimologicamente, a palavra pedagogia deriva do grego: *paidos*, que significa criança, e *agode*, que significa conduzir. Desse modo, o termo significa *condução de criança*, em outras palavras, levá-la a desenvolver sua potencialidade por meio do processo educativo. A educação, no sentido em que descrevemos, antecede a pedagogia, que surgiu entre os séculos XVIII e XIX. A partir do século XIX, a pedagogia passou a se desenvolver, sendo, portanto, uma preocupação da sociedade moderna, pois se compreendeu a necessidade de refletir sobre os processos educacionais.

Para Cambi (1999, p. 22), a pedagogia surge a partir da preocupação das pessoas que, ligadas à escola, ficaram interessadas em organizar a escola para a sociedade que se estruturava (formação de técnicos e cidadãos).

Desse modo, Cambi afirma que:

> “[...] a pedagogia nascia como uma história ideologicamente orientada, que valorizava a continuidade dos princípios e dos ideais, convergia sobre a contemporaneidade e construía o próprio passado de modo orgânico e linear [...]. Tratava-se de uma história persuasiva, por um lado, e teoreticista por outro, sempre muito distante dos processos educativos reais, referente às diversas sociedades, diferenciados por classes sociais, sexo e idade [...]. (GAMBI, 1999, p. 22)

A pedagogia surge, portanto, no contexto da sociedade moderna, tendo como princípio basilar o de organização social, por meio da educação das

novas gerações, tendo a escola como instrumento à concretização de seus objetivos, os quais estavam fundamentados na filosofia que explicava a realidade daquele contexto histórico. A sociedade emergente exigia, assim, ações que promovessem a propagação da ideologia burguesa, de seus princípios e de suas finalidades.

Assim, diferentemente do que, em geral, se pensa, a pedagogia normalmente é concebida como um curso que habilita professores à atuação na escola básica, quando, na verdade, surgiu dos problemas postos pelo processo de desenvolvimento da sociedade e que necessitavam de resoluções, o que implica indagações, questionamentos, ou seja, constitui-se como ciência. A pedagogia é, portanto, um campo científico da educação.

Para Libâneo:

> “[...] é antes de tudo, um campo científico, não um curso. O curso que lhe corresponde é o que forma o investigador da educação e o profissional que realiza tarefas educativas seja ele docente ou não diretamente docente. Somente faz sentido um curso de Pedagogia pelo fato de existir um campo investigativo – o da pedagogia – cuja natureza constitutiva é a teoria e a prática da educação ou a teoria e prática da formação humana (LIBÂNEO, 2002, p. 60).

Partindo do pressuposto de que a pedagogia se ocupa da educação e de seus processos, podemos afirmar que, para cada concepção de educação, há uma pedagogia que lhe fundamenta, que lhe dá subsídios teóricos e práticos para sua organização, o que nos permite afirmar que existe uma grande diversidade de trabalhos pedagógicos, inclusive exterior à realidade escolar. Assim sendo, a docência é apenas um dos campos de atuação do pedagogo. Sobre isso, Libâneo (2002, p. 61) afirma que “[...] todo trabalho docente é trabalho pedagógico, mas nem todo trabalho pedagógico é trabalho docente”, o que implica dizer que os trabalhos se imbricam, mas cada qual possui suas características peculiares, ou seja, cada formação exige uma formação específica de acordo com o campo de atuação, tanto o pedagogo quanto o professor carecem de uma consistente formação pedagógica, de modo que o autor complementa: “[...] a formação de educadores extrapola, pois, o âmbito escolar formal, abrangendo também esferas mais amplas da educação não-formal e formal” (LIBÂNEO, 2002, p. 61).

A pedagogia, sendo um campo que tem a educação como seu objeto de estudo, é capaz de instrumentalizar aqueles que se propõe a dedicar-se à educação, pois, por meio de seu conhecimento, internaliza diferentes concepções filosóficas, bem como domina diferentes técnicas de ensino, questões fundamentais ao estabelecimento dos objetivos que se pretende alcançar.

Assimile

Para que haja clara compreensão do que seja pedagogia, é preciso que se explicite que a educação é seu objeto de estudo, ou ainda, a prática educativa propriamente dita. A educação é um processo eminentemente humano que se articula a outros processos, estabelece influências individuais e coletivas por meio da interação, modifica estruturas psíquicas e cognitivas, envolve várias ações que intervêm no processo de desenvolvimento humano em diferentes grupos e contextos sociais e históricos, mas com um único intuito: a formação do ser humano. Caracterizada como prática social, configura-se apenas entre seres humanos e é este conjunto que interessa, sumariamente, à pedagogia como ciência. A pedagogia, portanto, tem na educação seu campo de estudo e subsidia outras áreas do conhecimento humano que se ocupam em compreender os processos educativos diante das multideterminações.

A pedagogia como ciência da educação e a educação como objeto da pedagogia

Definidos os conceitos de educação e de pedagogia, podemos compreender que a pedagogia, enquanto ciência, se utiliza da educação como objeto de estudo, questões estas que consistem em definir os diversos campos de atuação do pedagogo, uma vez que a educação se processa em diferentes âmbitos além da escola. Franco (2008, p. 361), bem define a pedagogia ao argumentar que:

> “Sabe-se que à medida que a Pedagogia foi (ou é) considerada como tecnologia ela só pode produzir conhecimentos referentes à técnica; se a Pedagogia é considerada em seu viés metodológico, ela produzirá conhecimentos sobre métodos; se, por outro lado, a Pedagogia é concebida como ciência da e para a *práxis* educativa, ela poderá produzir conhecimentos que fundamentam tal prática, delineados a partir dos saberes pedagógicos, construídos pelos docentes (FRANCO, 2008, p. 361).

Para Pimenta (1999, p. 9), a pedagogia, como ciência da educação, pode ser caracterizada como um fenômeno múltiplo, e síntese de múltiplas determinações, pois, a autora define a educação como um fenômeno social e que não se esgota na pedagogia como objeto de estudo, ou seja, outras ciências têm na educação também se ocupado dos fenômenos, pois a educação é um fenômeno social que explora o foco da pedagogia. Ferreira (2010, p. 236) comunga da posição de Pimenta e enfatiza que:

> Quanto ao objeto de estudo central, a Pedagogia tem a educação, esse fenômeno humano, portanto social, político, cultural, epistemológico, antropológico, filosófico, psicológico, enfim, um fenômeno que, para ser estudado, exige esforços conjugados de ciências diferentes associadas à Pedagogia. O fenômeno é do âmbito da Pedagogia; os estudos, os aportes teórico-metodológicos selecionados para estudá-lo podem incluir outras ciências, mas convocadas a partir da perspectiva da Pedagogia (FERREIRA, 2010, p. 361).

Desse modo, todas as demais áreas que se preocupam com a educação partem dos estudos pedagógicos para organizarem seus pressupostos e, no conjunto, colaboram para a organização e reorganização do processo educativo, refletindo as necessidades do contexto social. É mister compreendermos que, sem os aprofundamentos teóricos, sem as análises da prática e sem os aspectos que caracterizam a educação como fenômeno humano e que são desenvolvidos pela pedagogia, haveria maior dificuldade em sistematizar mecanismos científicos para sua organização e para o estabelecimento de seus objetivos, sejam em espaços escolares ou não escolares.

Reflita

A educação é um processo que visa à formação do homem de acordo com determinado objetivo, tendo o potencial para manter as relações de poder impostas pelo modo de produção capitalista ou transformá-las, ou seja, apresenta-se historicamente e socialmente por diferentes paradigmas. Desse modo, é possível ao processo educacional exercer uma ação voltada ao domínio ou, ao contrário, estabelecendo uma relação de parceria em que os interesses coletivos prevaleçam sobre os individuais. Para isso, há de se estabelecer, por meio de um Sistema Nacional de Educação, objetivos que persigam a formação integral a fim de estruturar a condição de desenvolvimento do país enquanto nação e não mera e simplesmente um processo estritamente interessado em cumprir a agenda das necessidades capitalistas de produção de mão de obra excedente ao mercado de trabalho. A educação é um direito inalienável e, transformada em mercadoria, como atualmente se desenham as políticas públicas educacionais, é um equívoco conceitual que necessita ser discutido. Ao analisarmos as atuais políticas educacionais, as parcerias público/privadas, a ênfase na produtividade, é possível perceber efetivamente que o direito à educação como acesso e garantia da apropriação dos conhecimentos têm sido respeitados?

É de fundamental importância estabelecer as relações que se articulam entre os processos educacionais e as reflexões filosóficas inerentes à pedagogia, bem como as possibilidades metodológicas para a efetivação dos princípios que norteiam os objetivos educacionais que tenham por eixo a formação humana e a constituição de sujeitos comprometidos com a transformação da estrutura social. Dessa forma, por meio do saber científico, será possível, de fato, construir uma sociedade justa e democrática.

Estudamos nesta seção os conceitos de Educação e Pedagogia e a importância da ciência para a compreensão da área educacional. Entretanto, ainda há muito a evoluir em relação à atuação do pedagogo nos espaços escolares e também não escolares.

Na próxima seção estudaremos os aspectos históricos e conceituais da Pedagogia no mundo e no Brasil.

Sem medo de errar

Lembra-se de que Ana Paula, pedagoga que atua há oito anos em uma escola, decidiu buscar informações a respeito de novas possibilidades de atuação e, para isso, algumas indagações se apresentaram a ela no decorrer de suas análises. Ela refletiu sobre como o pedagogo pode atuar em outros espaços não escolares que necessitam de um profissional para mediar e articular os processos de aprendizagem de forma intencional e sistemática.

Para que fosse possível um maior aprofundamento, seria necessário, portanto, que ela não só compreendesse as diferenças do conceito de educação no sentido amplo, mas, ao mesmo tempo, estabelecesse a articulação necessária entre Educação e Pedagogia. Assim, é possível perceber que a educação envolve um amplo processo e que a atuação escolar é apenas uma das formas de concebê-la, ou seja, Ana Paula desenvolverá conceitos distintos de educação, compreendendo que se desenvolve a partir das necessidades específicas de um determinado grupo social ou sociedade, pois o ato de educar é inerente ao ser humano e historicamente o acompanha.

É nesse sentido que Ana Paula considerará a importância da pedagogia compreendida como ciência da educação, responsável pelo estudo científico das diferentes formas de aprender e ensinar em diferentes espaços, bem como das formas metodológicas adequadas para sua concretização.

Seria fundamental a Ana Paula e a você a leitura do artigo de Libâneo intitulado *Pedagogia e pedagogos: inquietações e buscas*. No texto, o autor se ocupa de ampliar o conceito de educação que normalmente se tem no senso

comum, enfatizando o papel da pedagogia nesses processos. Um dos fenômenos mais significativos dos processos sociais contemporâneos é a ampliação do conceito de educação e a diversificação das atividades educativas, levando, por consequência, a uma diversificação da ação pedagógica na sociedade. Em várias esferas da prática social, mediante as modalidades de educação informais, não-formais e formais, amplia-se a produção e disseminação de saberes e modos de ação (conhecimentos, conceitos, habilidades, hábitos, procedimentos, crenças, atitudes), levando a práticas pedagógicas. Estamos diante de uma sociedade genuinamente pedagógica. Nesses termos, as considerações de Libâneo procuraram mostrar que a Pedagogia tem um papel fundamental na discussão dos rumos da educação brasileira, particularmente no momento de implantação da nova LDB.

Por meio da reflexão que o texto possibilitará, Ana Paula poderá estabelecer as relações necessária fundamentais à sua atuação como pedagoga, de modo a desenvolver seu trabalho em instituições não escolares, de maneira mais segura e comprometida com a função social inerente à sua profissão.

Faça valer a pena

1. Um dos fenômenos mais significativos dos processos sociais contemporâneos é a ampliação do conceito de educação e a diversificação das atividades educativas, levando, por consequência, a uma diversificação da ação pedagógica na sociedade. Em várias esferas da prática social, mediante as modalidades de educação informais, não formais e formais, é ampliada a produção e disseminação de saberes e modos de ação (LIBÂNEO, 2001, p. 3)
Considerando a afirmação do autor quanto à ampliação do conceito de educação, marque V para as afirmações verdadeiras e F para as afirmações falsas.

( ) Conhecimentos, conceitos, habilidades, hábitos, procedimentos, crenças, atitudes são desenvolvidos apenas por meio da educação escolar.
( ) Equivocadamente, a pedagogia é compreendida como sendo apenas o curso de formação de professores.
( ) Educação e pedagogia são processos distintos e independentes.
( ) Etimologicamente, educação significa o processo de guiar para fora, conduzir o sujeito externamente, considerando-se tanto o mundo exterior, quanto para fora de si mesmo.
( )Os processos formativos educacionais constituem-se no objeto de estudo da pedagogia.

Assinale a alternativa que apresenta a sequência correta.

a) V – V – F – V - F.
b) F – V - V – V – F.
c) F - V – F – V – V.
d) V – F – F – V – V.
e) F – V – V – V – F.

2. Quanto ao objeto de estudo central, a Pedagogia tem a educação, esse fenômeno humano, portanto social, político, cultural, epistemológico, antropológico, filosófico, psicológico, enfim, um fenômeno que, para ser estudado, exige esforços conjugados de ciências diferentes associadas à Pedagogia.

A partir da afirmativa acima, é correto afirmar que a Pedagogia:

I. Possui o status de ciência.
II. Etimologicamente, a palavra "pedagogia" deriva do grego *paidos*, que significa criança e *agode*, que significa conduzir.
III. É objeto de estudo da educação.
IV. Fundamenta apenas o trabalho pedagógico realizado em espaços escolares.

Assinale a alternativa que apresenta a resposta correta:
a) Apenas as afirmações I, II e IV estão corretas.
b) Apenas as afirmações I e III estão corretas.
c) Apenas as afirmações I e IV estão corretas.
d) Apenas as afirmações I e II estão corretas.
e) As afirmações I, II, II e IV estão corretas.

3. Toda educação se dá em meio a relações sociais. Numa sociedade em que essas relações se dão entre grupos sociais antagônicos, com diferentes interesses, em relações de exploração de uns sobre outros, a educação só pode ser crítica, pois a humanização plena implica a transformação dessas relações. Isso significa que a Pedagogia lida com o fenômeno educativo enquanto expressão de interesses sociais em conflito na sociedade em que vivemos (LIBÂNEO, 2001, p. 8).

Considerando a assertiva de Libâneo, podemos afirmar que:

I. A educação é um processo humano, histórico e social isento de posicionamento político.
II. A educação pode apresentar-se sob a perspectiva de manutenção do status quo ou sob a perspectiva da transformação social.
III. A pedagogia jamais interfere sobre os interesses da sociedade de classes.
IV. A educação é um processo intencional.

Assinale a alternativa que apresenta a resposta correta:
a) Apenas a afirmação III está correta.
b) Apenas as afirmações I e II estão corretas.
c) Apenas as afirmações I e IV estão corretas.
d) Apenas as afirmações I e II e III estão corretas.
e) Apenas as afirmações II, e IV estão corretas.

Seção 1.2

História da pedagogia e do pedagogo no Brasil

Diálogo aberto

Caro estudante,

Considerando o processo de constituição histórica da pedagogia e da atuação do pedagogo desde o século XVIII, percebemos o quanto evoluiu cientificamente e socialmente, possibilitando o desenvolvimento educacional. Tais questões valorizam a formação e colaboram para o reconhecimento social.

Pensando a esse respeito, Ana Paula compreendeu o quanto o trabalho do pedagogo não escolar é importante na atual conjuntura histórica e social e analisou a trajetória da pedagogia em um amplo contexto, desde a sua constituição no século XVIII ao XXI. Uma amiga, que sabe dos seus estudos e é professora de um curso de Pedagogia, convidou Ana Paula para falar para a sua turma sobre as inquietações e estudos relacionados à atuação do Pedagogo em espaços não escolares. Ana Paula adorou o convite, mas precisará estudar um pouco e elaborar uma apresentação. O que ela deverá abordar? Como tratará a questão da atuação em ambientes formais e não formais? Quais pontos centrais deverão ser levantados sobre a trajetória da Pedagogia do início à atualidade?

Para que você se aproprie dos subsídios necessários para resolver essas questões, considerando o cenário atual, abordaremos nesta seção a contextualização histórica do processo de constituição da pedagogia e os diferentes papéis desempenhados pelo pedagogo na modernidade e na contemporaneidade. O nosso objetivo é levar você a compreender a importância do desenvolvimento histórico de pedagogia enquanto ciência, a fim de mediar o processo educacional na sociedade. Para isso, serão desenvolvidos os seguintes conteúdos: (i) a pedagogia e o pedagogo no contexto mundial; (ii) a pedagogia e a revolução dos métodos, a revolução do tempo e a revolução dos documentos; (iii) a pedagogia na modernidade; (iv) a pedagogia na contemporaneidade.

Desejamos um ótimo estudo e que as reflexões realizadas lhe possibilitem a apropriação dos conceitos aqui expostos. Esperamos, também, que os apontamentos o auxiliem a refletir sobre situações concretas da profissão.

A constituição histórica da pedagogia e do pedagogo

Quando se fala em pedagogia e pedagogo, é comum que a maioria das pessoas defina o primeiro termo como um curso de formação superior e o segundo como aquela pessoa que cursou tal formação. Não é de todo equivocado, no entanto, considerar, de forma tão simplista, termos educacionais tão relevantes para a compreensão dos processos educativos históricos e sociais significa reduzir sua importância para o desenvolvimento humano.

A história da pedagogia moderna nasceu entre os séculos XVIII e XIX, sendo posteriormente incorporada pela história da educação, enquanto uma sistematização de acontecimentos educacionais. No final do século XIX, a história da educação dá espaço a uma análise da educação a partir do ponto de vista da própria pedagogia, que assume uma postura científica diante dos fatos educacionais, passando, portanto, a estabelecer critérios de pesquisa para estudar a realidade. Nesse sentido, a pedagogia constituiu estudos filosóficos, da *práxis*, estudos das ideias pedagógicas desenvolvidas ao longo do tempo e em diferentes contextos, assim como os problemas educacionais detectados. No entanto, os aspectos priorizados nas investigações deram-se em torno do "[...] estudo das ideias e sua sucessão histórica delineada apenas pela filosofia" (CAMBI, 1999, p. 22).

A Pedagogia foi apresentada ao longo de sua história por diversas formas de compreensão. Segundo Cambi (1999), tais pensamentos, em momentos diferentes, eram considerados revolucionários ao campo da pedagogia como ciência. O autor destaca, primeiramente, a **revolução dos métodos** como fundamental à disseminação do pluralismo entre os homens, ou seja, a condição de se constituir a história do pensamento humano por meio de artifícios subjetivos, amparados nos preceitos focaultianos e na história quantitativa. Para Cambi (1999), o método, enquanto um conjunto de leis que movem a pesquisa e os estudos, interfere diretamente na pedagogia como ciência. Ao mesmo tempo em que sofreu interferências históricas, encontrou seus próprios caminhos para constituir seu próprio conhecimento. A utilização dos variados e diferentes métodos possibilitou a ampliação dos campos da pedagogia, uma vez que o processo educativo passa a ser observado em diferentes campos, em grupos distintos, dando maior amplitude à análise e à leitura dos diversos modos em que a educação se constitui.

Outra revolução apontada por Cambi (1999) foi a do **tempo**, discorrendo que foi Ferdnand Braudel (1902–1985) o responsável por rever a temporalidade histórica ao mostrar que o tempo histórico é diferente do tempo cronológico, "[...] porque plural, poliestruturado, problemático e jamais unívoco-unitário. Diferente, depois, porque ligado ao ponto de vista,

à intencionalidade que guia seu uso e sua estruturação" (CAMBI, 1999, p. 27). Para Braudel, de acordo com Cambi (1999), são três os tempos da história, a saber: (i) o dos acontecimentos ou eventos (próximo do vivido e cronológico), considerado um tempo fracionado e ligado ao caleidoscópio daquilo que acontece, que é o tempo da história-narração; (ii) o da curta duração ou das permanências relativas, relacionado às estruturas políticas, sociais ou culturais, pertencente à história-explicação, história-ciência; (iii) o de longa duração, geográfico, econômico e antropológico, que se ativa na história-interpretação ou história-genealogia/hermenêutica.

Por fim, Cambi (1999) aponta a revolução dos **documentos**, afirmando que é bem recente que o documento seja compreendido a partir da interpretação que dele se faz. A interpretação dos documentos possibilita a análise dos dados que normalmente levarão à análise de outros documentos, outros arquivos que até então estariam excluídos ou ignorados do processo de catalogação, a exemplo da história oral, que também se transforma em documentos em primeira mão, registrando dados que até então não existiam. Nesse sentido, há uma ampliação quanto ao conceito de documentos para além dos documentos oficiais, levando a uma investigação documental que ultrapassa a análise tradicional, auxiliando na compreensão do fazer educativo, da ação do pedagogo e das concepções pedagógicas de cada contexto. Em outras palavras, a ampliação do uso de outros documentos contribui com a pesquisa em história da educação, porque amplia as possibilidades de interpretá-la.

As três revoluções citadas por Cambi (1999) – métodos, tempo e documentos – nos dão maiores subsídios para estabelecermos as relações específicas que a pedagogia e o pedagogo assumiram ao longo da história. Além disso, articulam-se de tal modo que interferem na pedagogia enquanto campo científico, ou seja, área que investiga os fenômenos educacionais e dão embasamento à prática educacional. Tais estudos, por diferentes enfoques, enriquecem a área das ciências humanas, subsidiando novas reflexões a respeito da educação e dos fenômenos educativos. Ao considerarmos diferentes contextos, é possível que nos apropriemos da importância dos registros diários referentes às atividades rotineiras desenvolvidas ao longo do tempo. Dessa forma, é possível considerarmos a modernidade e a contemporaneidade como épocas bastante positivas ao desenvolvimento da pedagogia.

A análise proposta por Cambi (1999) nos reporta à Grécia para analisarmos a contemporaneidade. Dessa forma, é possível compreender o processo que se estabeleceu quanto às especificidades da pedagogia, ou seja, desde seu primeiro conceito, que significava o ato de guiar a criança, sendo a pessoa responsável por guiá-la denominada pedagogo. O objetivo não era propriamente educacional, mas apenas o cuidado com a criança em suas atividades cotidianas.

A filosofia da educação se pautava por influência das ideias de Platão (428 – 347 a.C.), Aristóteles (384 – 322 a.C.), seu discípulo, e de Sócrates (470 – 399 a.C.). Assim, o pensamento grego influencia a educação e a pedagogia até a atualidade, por um paradigma específico. Seus princípios estão presentes na organização da escola, na organização do trabalho pedagógico, na compreensão de desenvolvimento de nossos alunos, nas opções metodológicas e da escolha do currículo para os cursos de formação de professores. Os fundamentos educacionais gregos subsidiaram a organização da educação até a Idade Média, quando, então, a igreja passa a normatizar suas próprias regras e a reorganizar os conteúdos e as metodologias a serem adotadas, optando por eleger o modelo platônico de perfeição humana como base estrutural para educar as novas gerações. Percebe-se, dessa forma, que tais métodos, embora tenham sofrido modificações, ainda estão presentes na educação atual. Saviani (2008) afirma que:

> “Desde a Grécia, delineou-se uma dupla referência para o conceito de pedagogia. De um lado, foi desenvolvendo-se uma reflexão estreitamente ligada à filosofia, elaborada em função da necessidade ética que guia a atividade educativa. De outro lado, o sentido empírico e prático inerente à Paideia entendida como a formação da criança para a vida reforçou o aspecto metodológico presente já no sentido etimológico da pedagogia como meio, caminho: condução da criança (SAVIANI, 2008, p. 2).

O modelo platônico elabora um ideal de homem, perfeito, transcendente, tendo a verdade divina como única possível verdade, questões fundamentais que foram adotadas para o ensino cristão e que deu origem à escolástica, metodologia agostiniana, predominante na Idade Média. Tal metodologia deu à educação um caráter completamente baseado nos princípios do cristianismo. Por oito séculos, a Europa desconsiderou completamente a possibilidade do ensino aristotélico (com base em Aristóteles), o qual só foi retomado ao final do período medieval, com o surgimento da organização capitalista, uma vez que a burguesia que se constituiu, não era adepta dos preceitos agostinianos. Na visão aristotélica, ao contrário do que vigorou, a proposta era de uma escola de Estado.

Saiba mais

Quanto à origem e desenvolvimento da pedagogia, sugerimos a leitura do artigo de Antônio Roberto Xavier: *História e filosofia da educação: da Paideia grega ao pragmatismo romano*.

O texto possibilitará que você elabore com propriedade os principais

momentos do desenvolvimento da pedagogia e do papel do pedagogo em diferentes contextos históricos. Nele, o autor analisa a educação como uma prática social indispensável para viver e evoluir positivamente em sociedade. Para tanto, faz-se necessário entender os diversos princípios, funções e demandas educacionais nos diferentes contextos da história da humanidade. Além disso, evidencia-se o quanto a educação se desenvolveu em compasso com a sociedade, buscando, ora explicá-la, ora questioná-la e transformá-la. Ao desenvolver sua leitura, perceberá que o texto se apresenta com uma linguagem clara e elucidativa!
Boa leitura!

A influência de Santo Agostinho (1214-1274) na pedagogia foi bastante relevante. Por meio da ordem do "tomismo" se institui o pensamento racionalista cristão, o qual defendia que a crença é condição para o entendimento humano e a fé subsidia-se no raciocínio e na lógica dessa mesma crença. Desses princípios surge a ideia de que o conhecimento levaria o homem à plena felicidade e ao desenvolvimento das virtudes humanas. Tal corrente foi a responsável por defender a possibilidade de se educar leigos e pobres, além da criação das primeiras universidades. Na Europa, como consequência, o humanismo toma força, a criança passa a ser compreendida como possuidora de uma natureza peculiar e a escola é considerada como local de aprendizado e ampliação da espiritualidade.

O protestantismo acentua a contestação do cristianismo, exercendo forte influência sobre a educação de modo a valorizar, principalmente, a alfabetização e o aprendizado de outras línguas a fim de que o conhecimento se tornasse acessível a todos e não fosse privilégio. Nesse sentido, a educação assume um caráter social. Em resposta ao movimento protestante, a igreja católica, por meio da contrarreforma realizada pelos jesuítas liderados por Inácio de Loyola (1941-1556), defendia a rigidez no ensino intelectual e físico, admitindo, inclusive, os castigos físicos. Posteriormente, adotando o slogan *ensinar tudo a todos*, Comenius posiciona-se desfavorável aos castigos corporais.

> "Comenius procurou equacionar a questão metodológica da educação. Por esse caminho, procurou construir um sistema pedagógico articulado em que a consideração dos fins da educação constituía a base para a definição dos meios compendiados na didática como arte de ensinar tudo a todos (SAVIANI, 2008, p. 2).

Assimile

Jan Amos Komensky (1592 – 1670), grande nome da história da pedagogia, escreveu *Didática Magna*, obra que marcou o início da sistematização da pedagogia, em que o autor busca a racionalização das atividades educativas e desenvolve a forma de encaminhamentos didáticos e das formas práticas do cotidiano da sala de aula. Como naturalista, Comenius defendia a ideia de que as práticas educativas deveriam fundamentar-se nos processos da natureza. Para ele, a educação deveria valorizar a vida cotidiana de modo a constituir a sistematização dos conhecimentos a todos, incluindo as mulheres que, à sua época, não tinham acesso ao saber. Dedicou-se a evidenciar a importância do ensinar e do aprender como processos diferentes. Mesmo acreditando na ciência como fator preponderante ao desenvolvimento humano, não desconsiderava a existência da majestade divina e, em sua obra, tais princípios estão bastante claros. Comenius influenciou outros pensadores como Rousseau, Locke e Pestalozzi, educadores que subsidiam os ideários da pedagogia escolanovista.

Já no fim do século, Locke (1632-1704), conhecido como um grande filósofo liberalista, defendia a educação como formação do caráter e do intelecto, dando início ao processo educacional da modernidade, anunciando alterações significativas para a pedagogia. Rousseau (1712-1778) foi um dos intelectuais que em muito colaborou para as transformações das ideias pedagógicas que, até então, já havia sido considerado "o pai da pedagogia contemporânea" (CAMBI, 1999). Em sua obra *Emílio*, ele discorre sobre o ideal de educação que deveria ser aplicado à formação do homem e do cidadão de modo a superar sua alienação diante do mundo que o cerca, a fim de torná-lo um novo homem, natural, centrado. Para Rousseau, pedagogia e política são processos que se articulam, a educação necessita ser pensada a partir de um objetivo específico, a formação humana carece de especificidade, não bastando, portanto, constituir-se de forma livresca, autoritária e pedante, de acordo com os princípios aristocratas.

Segundo Cambi (1999), Kant (1724-1804) e Dewey (1859-1952) também influenciaram a história do pensamento pedagógico, sendo responsáveis pela inserção da atividade dos alunos no processo educativo, fato que alterou profundamente as concepções pedagógicas e a história da pedagogia. No século XVIII a Revolução Industrial transforma a Europa em termos sociais e econômicos, modifica-se o modo de produção e, consequentemente, as formas de trabalho e as relações sociais. Modificam-se, assim, as concepções de família, de escola, de educação e dos diferentes processos educativos. Para Cambi (1999), a Revolução Francesa dá início à contemporaneidade

em 1789, iniciando um total desequilíbrio social, econômico e político por toda a Europa. Esse processo constitui um movimento de reorganização em que a história se altera, resultando na organização das indústrias e na consequente conquista de novos direitos, na constituição da democracia burguesa e no surgimento dos movimentos sociais. A pedagogia também sofreu interferências, uma vez que à educação e à instituição educacional caberia, naquele contexto, promover os novos ideais da ordem que se estabeleciam, subsidiando as ações políticas. Todas essas questões, sem dúvida, representam um marco para a história da pedagogia e para o papel do pedagogo, uma vez que se trata de um período de grandes transformações socioculturais, cabendo ao processo educativo sua socialização.

Assim, coube à dimensão pedagógica difundir a ideologia e a organicidade da nascente sociedade capitalista a fim de se obter a unidade social. No entanto, Cambi (1999) aponta o surgimento das contradições que marcaram também o ideário pedagógico. A pedagogia de cunho marxista procura interpretar tais ideias construídas na modernidade sob uma visão crítica, denunciando os aspectos reprodutivistas da pedagogia moderna, questionando a pedagogia e a atuação do pedagogo na contemporaneidade em que se estabelece a sociedade da informação, do conhecimento e da tecnologia, questões que subsidiam novas relações de trabalho.

No Brasil, as primeiras discussões que evidenciam a preocupação com a organização da pedagogia como área profissional ocorrem por meio do movimento da escola nova, o qual buscou redirecionar os objetivos educacionais de modo a estabelecer, na figura do pedagogo, a constituição dos métodos ativos. Desse modo, a pedagogia brasileira estabeleceu-se historicamente tendo em vista as necessidades econômicas de cada contexto, tal como denunciado por Cambi (1999).

Por muitos anos a pedagogia no Brasil permeou os pressupostos tecnicistas, pressupostos fundamentados na objetividade, na neutralidade e na positividade do conhecimento. É uma pedagogia que se coloca como uma teoria para explicar o fenômeno educativo a partir de sua explicação empírica, visando a chegar em enunciados operacionais suscetíveis de orientar a prática educativa, dando origem, assim, à prática pedagógica tecnicista. Na verdade, ela coloca-se como um ramo científico, já que sua base teórica é derivada da linha teórica behaviorista, uma das correntes que se empenharam em garantir à psicologia o atributo de cientificidade, diferenciando-se da psicologia anterior, chamada de psicologia filosófica ou racional. Assim, esta pedagogia se molda por nuances fundamentais para atender à necessidade do mercado de trabalho dos países em desenvolvimento industrial acelerado, buscando corresponder aos princípios de eficiência exigidos pela sociedade moderna.

Exemplificando

Nos dias de hoje, ainda é possível observar, segundo a concepção tecnicista, condutas herdadas das práticas educativas, as quais denominamos neotecnicismo. Um bom exemplo é a utilização da tecnologia por si só, como se fosse capaz de garantir ao aluno a organização do conhecimento, ou seja, quando o professor solicita a pesquisa e leitura de um determinado assunto ou tema na internet e não utiliza para o devido aprofundamento do conhecimento. A partir dessa perspectiva, defende-se que o recurso tecnológico, que dá o necessário suporte pedagógico, deve ser organizado de modo a despertar o interesse do aluno com poucas informações, facilitando, assim, a aprendizagem. É importante ressaltar também que o meio tecnológico passa a ocupar o lugar de maior relevância no processo de ensino-aprendizagem.

Com a necessidade de universalização da instrução elementar, a partir do século XIX a falta de professores foi um problema a ser enfrentado. O caminho encontrado para equacionar essa questão foi a criação das Escolas Normais, de nível médio, para formar professores primários, atribuindo ao nível superior a tarefa de formar os professores secundários.

Nesse contexto, configuram-se dois modelos de formação de professores:

a) Modelo dos conteúdos culturais-cognitivos: para este modelo, a formação dos professores esgota-se na cultura geral e no domínio específico dos conteúdos da área de conhecimento correspondente à disciplina que o professor irá lecionar.

b) Modelo pedagógico-didático: contrapondo-se ao anterior, este modelo considera que a formação propriamente dita dos professores só se contempla com o efetivo preparo pedagógico-didático.

Reflita

Atualmente há, ainda, alguns estados brasileiros que oferecem a formação de professores em nível médio. Quais considerações podemos fazer com relação a esta formação? Quanto aos dois modelos mencionados, podemos considerar que um se sobressai ao outro ou devem complementar-se no processo de formação profissional? De que forma é possível garantir que o futuro professor se aproprie concomitantemente dos conhecimentos culturais, dos conhecimentos pedagógicos e das técnicas e métodos necessários ao exercício profissional, tanto em ambientes escolares quanto não escolares?

Desse modo, o termo pedagogia passou a designar o ato de formar professores. A partir do século XIX, ampliou-se a necessidade pela universalização da instrução elementar e a organização dos sistemas nacionais de ensino e, por sua vez a consequente necessidade em ampliar o número de professores formados. Mundialmente, buscou-se resolver este problema com a criação dos cursos normais, os quais preparavam os professores para atuarem no ensino primário, cabendo ao ensino superior formar os professores para o ensino secundário.

Há ainda grandes desafios à área da pedagogia, pois a busca por sua identidade e pela identidade do profissional ainda se encontram em permanente discussão. Sabemos que no Brasil a história da pedagogia é muito recente, embora as primeiras ideias tenham chegado com os jesuítas. A preocupação com a organização pedagógica deu-se por meio do movimento da escola nova, cujo grupo de educadores passou a discutir as questões educacionais sob um novo patamar. Ainda estamos em processo de construção da pedagogia como ciência e como uma área de profissionalização da docência, ou seja, a pedagogia ainda busca a efetivação de sua identidade e seu reconhecimento histórico e social.

Sem medo de errar

No início desta seção, convidamos você a refletir sobre as possibilidades das questões que Ana Paula deverá abordar na apresentação para o curso que ministrará. Para tanto, ela deverá desenvolver uma temática bastante complexa sobre os conhecimentos fundamentais à compreensão da pedagogia enquanto ciência da educação, tendo como parâmetro a temática da pedagogia em espaços não escolares.

Desse modo, é fundamental que Ana Paula aborde a origem da pedagogia na Grécia antiga, em que aos pedagogos cabia apenas a tarefa de guiar as crianças até a escola, local em que aprenderiam os conhecimentos considerados necessários. É importante que se reflita sobre a evolução da pedagogia posta na modernidade e a visão de educação que se constrói pós-Idade Média, a fim de compreender que a concepção de infância e de criança que se estabelece na modernidade possui uma relação direta com as ideias pedagógicas e com a atuação do pedagogo.

Assim, é impreterível que se aponte também esta influência da pedagogia e do pedagogo na contemporaneidade, buscando elucidar que os ideais de formação burguesa ainda perseguem as ideias, a organização e a estrutura pedagógica da atualidade. É importante que Ana Paula busque um referencial bibliográfico que lhe possibilite compreender a constituição

científica da pedagogia de acordo com a revolução dos métodos, do tempo e dos documentos.

Será preciso evidenciar em sua palestra que o papel da pedagogia e do pedagogo foi sempre relacionado ao tempo histórico, ou seja, que esses papéis foram atendendo às necessidades de cada tempo, mas, concomitantemente, também influenciaram as mudanças propostas nos modelos educativos. É importante que a sua fala deixe transparecer que, hoje, a lógica permanece a mesma, ou seja, que a nossa sociedade está configurada por determinantes que esperam do pedagogo e da pedagogia papéis diferentes em contextos diferentes, na educação formal e na educação não formal. Nesse sentido, conforme as mudanças forem ocorrendo, teremos novas necessidades e esses papéis irão sofrendo alterações. Em contrapartida, a própria pedagogia e o próprio pedagogo, ao mesmo tempo em que absorvem essas demandas sociais de educação, também são responsáveis por, também, proporem mudanças educacionais que melhorem a própria sociedade. Trata-se de uma via de mão dupla, em que a pedagogia e o pedagogo ora precisam atender as demandas educacionais, ora precisam ser protagonistas de mudanças na educação. Conhecer um pouco da história da profissão ajuda a compreender esse movimento.

Ao analisar questões dessa ordem, é possível que Ana Paula estabeleça a articulação necessária quanto às necessidades frente à sua realidade e das instituições em que pretende atuar. Tais aspectos são extremamente importantes e devem constituir o texto que está disposto a organizar.

Faça valer a pena

1. Ao longo de vários séculos, a pedagogia construiu uma rica tradição teórica e científica sobre a prática educativa que deve continuar a se desenvolver. Desde a Grécia, delineou-se uma dupla referência para o conceito de pedagogia. De um lado, desenvolveu-se uma reflexão filosófica, de outro, o sentido empírico e prático entendido como formação da criança para a vida, conceito este que reforça o sentido etimológico da palavra.

Considerando essa dupla referência, é correto afirmar que:

I. A primeira é responsável pela finalidade ética da prática educativa.
II. A segunda é entendida considerando os aspectos metodológicos.
III. O sentido etimológico que se refere à segunda significa "condução da criança".
IV. Os dois aspectos jamais unificaram-se.

Assinale a alternativa correta.

a) As alternativas I e II estão corretas.
b) As alternativas I, II e III estão corretas.
c) Apenas a alternativa III está correta.
d) As alternativas III e IV estão corretas.
e) Apenas a alternativa IV está correta.

2. A pedagogia apresentou-se ao longo de sua história por diferentes formas de compreensão. Cambi (1999) trata esses momentos como revolucionários ao campo da pedagogia como ciência. Para ele, são três momentos revolucionários, a saber: a revolução dos métodos, a revolução do tempo e a revolução dos documentos. Sobre essa classificação, considere verdadeiro ou falso:

( ) Braudel foi o responsável por rever o tempo histórico.
( ) A revolução dos métodos evita a disseminação do pluralismo.
( ) A história oral se transforma em documentos em primeira mão, nunca analisados.
( ) A historiografia atual mantém a certeza do método.
( ) A revolução dos documentos propicia a análise de documentos não oficiais.

Assinale a alternativa correta.
a) V – V – V – F – F.
b) F – F – V – V – V.
c) V – F – V – V – F.
d) V – F – V – F – V.
e) F – V – V – F – F.

3. Segundo Cambi (1999), Kant (1724-1804) e Dewey (1859-1952) também influenciaram a história do pensamento pedagógico, sendo responsáveis pela inserção da atividade dos alunos no processo educativo, fato que alterou profundamente as concepções pedagógicas e a história da pedagogia. Sobre o contexto da modernidade, é correto afirmar que:

I. A Revolução Francesa dá início a um equilíbrio social, econômico e político.
II. A Revolução Francesa inaugura uma época de conquista de direitos.
III. A Pedagogia, na modernidade, passa a ter pouca relevância para a promoção dos ideais burgueses.
IV. O modo de produção passa do feudalismo ao capitalismo.

Assinale a alternativa correta.
a) As alternativas I e IV estão corretas.
b) As alternativas I e II estão corretas.
c) As alternativas II, III e IV tão corretas.
d) Apenas a alternativa III está correta.
e) As alternativas II e IV estão corretas.

Seção 1.3

A formação profissional do pedagogo

Diálogo aberto

Caro estudante,

Ao se deparar com as práticas pedagógicas constituídas historicamente, você perceberá a necessidade de bases legais que estruturem o reconhecimento social para que ele seja, de fato, estabelecido. Nesse sentido, há a posição da Lei de Diretrizes e Bases, que determina sua estrutura e organização.

Lembre-se de que você vem pensando em como ajudar a pedagoga Ana Paula na organização de uma apresentação para a intervenção junto ao grupo de alunos do curso de Pedagogia. Ela já fez uma ampla pesquisa, refletiu e organizou seus conhecimentos a respeito do desenvolvimento da Pedagogia na conjuntura mundial. Porém, antes de finalizar sua apresentação, percebeu que seria importante também trazer à discussão a relação entre a Pedagogia no contexto mundial e o desenvolvimento da ciência no cenário brasileiro, analisando as diferentes legislações que subsidiaram as ideias pedagógicas em nosso país.

Baseando-se em seus estudos, será que Ana Paula pode afirmar que a Pedagogia no Brasil sofreu influências da Pedagogia mundial? Além disso, ela precisa responder as seguintes indagações: a legislação educacional brasileira de 1971 possui qual viés pedagógico? A atual LDB superou por completo a educação tecnicista? Quais as possibilidades de atuação do pedagogo escolar como intelectual orgânico às classes trabalhadoras? Quais os limites e as possibilidades do pedagogo escolar no processo de rompimento da manutenção do *status quo?*

O conteúdo desta seção auxiliará sua reflexão a respeito do desenvolvimento legal da constituição da Pedagogia no Brasil, levando em consideração os objetivos educacionais postos de acordo com as necessidades políticas e econômicas de cada época. Desse modo, analisar esse processo lhe possibilitará compreender o quanto as políticas educacionais estão imbricadas ao contexto econômico, questão que delineia as funções específicas na atuação do pedagogo.

Bons estudos!

A formação do pedagogo nas políticas públicas educacionais brasileiras

Anteriormente, tratamos da constituição da Pedagogia no mundo e a forma como ela se estabeleceu como ciência, considerando sua evolução em diferentes contextos históricos. Essas influências marcaram também o desenvolvimento da educação brasileira, por conta de suas diferentes fases, sempre subsidiadas pelas ideias pedagógicas de cada momento e contexto histórico.

Segundo Saviani (2008), a Pedagogia marca o processo educacional brasileiro a partir de 1549 com a chegada dos jesuítas, dando origem à Pedagogia basílica (1549 – 1599), destinada à educação dos indígenas, de cunho eminentemente cristão em que se priorizava a aprendizagem agrícola e a gramática latina. Em seguida, houve o desenvolvimento da Pedagogia do *Ratium Studiorum* (1599-1759), institucionalizando-se a Pedagogia Jesuítica, ou seja, a educação passou a contar com regras específicas estabelecidas no plano para a província. Posteriormente, a educação passou a ser organizada a partir da Pedagogia Pombalina (1759-1834), em que o ideário iluminista passa a orientar as práticas pedagógicas, sendo um germe da instrução pública no Brasil.

O termo Pedagogia apareceu somente à época da escola de primeiras letras em 1817, em que era compreendido como mínimos necessários a todos. "[...] o termo foi utilizado no projeto de lei do ensino Januário da Cunha" (SAVIANI, 2008, p. 13). A lei promulgada em 15 de outubro de 1817, denominava de Pedagogias as Escolas de Primeiras Letras, no entanto, após várias discussões, optou-se por abolir o termo, considerando sua origem etimológica, ou seja, "guia de meninos". Nessas escolas, incorporou-se o método de ensino mútuo. Para que os professores soubessem como trabalhar aplicando o referido, houve necessidade de receberem as devidas instruções, que explicitavam a questão com a formação dos professores, salientando a parte pedagógica.

A partir de 1835, são criadas as Escolas Normais, em que se trabalhava a partir do método lancasteriano, conhecimentos de leitura e escrita, operações aritméticas, noções de geometria, elementos de geografia, princípios de moral cristã e gramática nacional. O modelo foi implantado em todas as províncias. Essas instituições tinham por objetivo formar professores para atuar nas escolas primárias, apresentando certa especificidade quanto à formação, tendo, portanto, um determinado modelo pedagógico-didático. No entanto, em termos de apropriação do saber, desenvolviam-se os mesmos conhecimentos abordados na Escola de Primeiras Letras, ou seja, os professores deveriam dominar aquilo que ensinariam, não havendo preocupação com os aspectos pedagógicos-didáticos.

Os termos Pedagogia e pedagógico aparecem legalmente pela primeira vez no texto da Reforma Leôncio de Carvalho, a qual foi responsável pela reformulação do ensino primário, secundário e superior, em 19 de abril de 1879. O texto traz em sua redação a necessidade de fundar museus pedagógicos nas Escolas Normais e refere-se à Pedagogia e à prática do ensino primário em geral como uma disciplina da formação de professores desta mesma instituição. A Escola Normal passou em 1890 por uma nova reforma, por meio da Reforma da Instrução Pública do estado de São Paulo, tendo assim "[...] enriquecimento de conteúdos curriculares anteriores; e ênfase nos exercícios práticos de ensino, cuja marca característica foi a criação da Escola-Modelo anexa à escola Normal, na verdade a principal inovação da reforma" (SAVIANI, 2008, p. 18).

Foi somente a partir de 1931 que se iniciou um processo de abertura no espaço acadêmico para a Pedagogia, com a criação dos cursos de educação, ciências e letras nas universidades brasileiras. Nesses cursos, a educação passou a ser objeto de estudo em nível superior, podendo coexistir com as faculdades de Direito, Medicina e Engenharia ou substituir uma delas a fim de que se configurasse a universidade. Esse modelo perdurou até 1935, quando houve o Decreto n° 1.190, de 4 de abril de 1939 (BRASIL, 1939), que organizou a Faculdade Nacional de Filosofia. O preparo para o exercício da docência passou a assumir o caráter de formação profissional, não se relacionando com o desenvolvimento da pesquisa, o que retirou a cientificidade da formação de professores, conquistada anteriormente.

> "O mencionado Decreto nº 1.190/1939, ao organizar a Faculdade Nacional de Filosofia, estruturou-a em quatro seções: filosofia, ciências, letras e pedagogia, acrescentando ainda a didática, considerada "seção especial". Enquanto as seções de filosofia, ciências e letras albergavam, cada uma, diferentes cursos, a de pedagogia, assim como a seção especial de didática, era constituída de apenas um curso cujo nome era idêntico ao da seção. Está aí a origem do curso de pedagogia. (SAVIANI, 2008, p. 39)

Desse modo, todos os cursos da Faculdade Nacional de Filosofia organizaram-se em duas modalidades, bacharelado, que se apresentava com a duração de 3 anos, e a licenciatura. "[...] o curso de Pedagogia foi definido como um curso de bacharelado ao lado de todos os outros cursos das demais seções da faculdade. O diploma de licenciado seria obtido por meio do curso de didática, com duração de um ano" (SAVIANI, 2008, p. 39). É este modelo

que foi conhecido pelo esquema 3+1 e tinha por objetivo formar os professores para atuarem no curso normal, que por sua vez formavam os professores primários. O currículo apresentava-se sob uma influência do ideário da Escola Nova, tendo a psicologia um enfoque privilegiado, pois era a única disciplina ofertada nos três anos.

Essa estrutura permaneceu até a aprovação da lei de Diretrizes e Bases da Educação n° 4.024, de 20 de dezembro de 1961 (BRASIL, 1961). Em 1962, é publicado o parecer nº 251 (BRASIL, 1962), de autoria do conselheiro Valnir Chagas, em que levanta a indefinição do curso de Pedagogia e anuncia a formação de professores primários em nível superior e a necessidade de se formarem os especialistas em educação em nível de pós-graduação, o que poderia levar à extinção o curso de Pedagogia. Desse modo, a estrutura do curso se mantém, sofrendo apenas algumas alterações.

O curso apresenta-se sob um ciclo de quatro anos entre licenciatura e bacharelado, sendo apenas flexibilizado, pois, diferente do modelo anterior, as disciplinas de ambas habilitações poderiam ser cursadas concomitantemente, o que antes era inviável, pois o curso de didática só poderia ser aplicado posteriormente. Desse modo, o esquema 3+1 deixou de existir. A concepção do curso permanecia a mesma, ou seja, formar os professores para atuarem no curso normal.

> "A criação do curso de Pedagogia no Brasil foi consequência da preocupação com a formação de docentes para o curso normal. Surgiu através do Decreto Lei nº 1.190 de 1939. Aos que concluíssem o bacharelado, seria conferido o diploma de bacharel em Pedagogia, ou Técnico em Educação, e quando concluído o curso de Didática, o de licenciado para atuar como professor da Escola Normal caracterizando esta forma de organização como o esquema 3 +1, seguindo o padrão federal universitário. Esta organização curricular baseava-se na separação bacharelado - licenciatura, causando a dicotomia entre dois elementos componentes do processo pedagógico: o conteúdo e o método, a teoria e a prática. (MARTELLI; MANCHOPE, 2004, p. 2)

Tal modelo perdurou até 1968, substituído pela Lei n° 5.540, de 28 de novembro de 1968 (BRASIL, 1968), denominada de Lei da Reforma Universitária, a qual deu outro enfoque ao curso de Pedagogia, com o propósito de oferecer apenas um curso voltado à educação, denominado *curso de*

Pedagogia, compondo-se de uma parte curricular comum e outra diversificada, sendo que nesta segunda se constituiu as diversas modalidades de capacitação ou habilitações.

Saviani (2008, p. 45) transcreve o art. 1º da Resolução:

> "A formação de professores para o ensino normal e de especialistas para as atividades de orientação, administração, supervisão e inspeção no âmbito de escolas e sistemas escolares, será feita no curso de graduação em Pedagogia, de que resultará o grau de licenciado com modalidades diversas de habilitação. (BRASIL, CFE, 1969, p. 113, apud SAVIANI, 2008, p. 45)

Com a reforma universitária, o curso de Pedagogia não só continua a formar professores para atuarem no curso normal, como também forma os especialistas em educação, sendo que o aluno poderia cursar até duas habilitações de forma concomitante e, caso quisesse outra, deveria retornar para cursá-la. Saviani tece a crítica diante dessa organização:

> "Pelas habilitações procurou-se privilegiar a formação de técnicos com funções supostamente bem especificadas no âmbito das escolas e sistemas de ensino que configurariam um mercado de trabalho também supostamente já bem constituído, demandando, em consequência, os profissionais com uma formação específica que seria suprida pelo curso de pedagogia; daí a reestruturação desse curso, exatamente para atender à referida demanda. (SAVIANI, 2008, p. 50)

O autor aponta que as funções dos especialistas não ficaram bem definidas e nem o mercado de trabalho estava pronto para absorver tais profissionais. Tendo em vista o argumento de possibilidade de ampliação da colocação profissional dos graduandos em Pedagogia, a formação manteve-se generalista, trabalhando vários assuntos em disciplinas isoladas. A formação sumariamente técnica que caracteriza este modelo desenvolveu-se por meio de uma lógica de mercado, em que o caráter científico é secundarizado.

Partindo do pressuposto de que a reformulação dos cursos de Pedagogia priorizava o desenvolvimento das técnicas, cabe-nos considerar a concepção de treinamento que permeou a formação, ou seja, a apreensão mecânica dos métodos fim de aplicá-los, posteriormente, nas escolas. Em 1971,

promulga-se a lei da reforma do 1º e 2º grau, a Lei nº 5.692, de 11 de agosto de 1971 (BRASIL, 1971). Em seus artigos 33 e 34, respectivamente, determinara a lei:

> "Art. 33. A formação de administradores, planejadores, orientadores, inspetores, supervisores e demais especialistas de educação será feita em curso superior de graduação, com duração plena ou curta, ou de pós-graduação.
> Art. 34. A admissão de professôres e especialistas no ensino oficial de 1º e 2º graus far-se-á por concurso público de provas e títulos, obedecidas para inscrição as exigências de formação constantes desta Lei. (BRASIL, 1971)

Evidenciava-se, portando, a necessidade de que o especialista em educação, ou seja, o profissional formado no curso de Pedagogia, adquirisse sua diplomação via curso superior. Além disso, a sua admissão no sistema público deveria ser realizada por meio de concursos públicos.

Assimile

Os cursos de Pedagogia foram organizados no Brasil a partir de 1939 e se desenvolveram apoiados em fundamentos legais. Todavia, a partir da década de 1970, novas reformulações foram ganhando expressão no interior do movimento de revisão do curso de Pedagogia e demais licenciaturas. Esses cursos passaram a funcionar como fundamentos paralegais, uma vez que, embora dentro dos limites da legislação, tornaram-se os verdadeiros orientadores das reformulações que se processaram em boa parte dos cursos a partir de 1980 (SILVA, 2002, p. 132).

A formação fragmentada, que caracterizou a formação do pedagogo na Lei nº 5.692/1971, assemelha-se ao trabalho fabril, em que advoga a reordenação do processo educativo de maneira que o torne objetivo e operacional. O trabalhador, no caso o pedagogo, deve adaptar-se ao processo de trabalho produtivo, objetivando-o, planejando-o de forma parcelada. Nessas condições, o pedagogo assume, tal como o trabalhador fabril, seu posto na linha de montagem e executa determinada parcela do trabalho necessário em âmbito educacional com o objetivo de se atender ao mercado.

Percebemos que a reforma educacional configurada pela Lei nº. 5.692/1971 (BRASIL, 1971) em pouco modificou o propósito de atuação do pedagogo

quanto ao proposto pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 4.024/1961 (BRASIL, 1961). A modificação ocorreu diante das funções assumidas por esses profissionais no âmbito escolar, de modo a parcelar e fragmentar ainda mais o trabalho pedagógico aos moldes do modelo fordista de produção, prevalecendo a divisão social do trabalho empresarial, o que justifica fundamentar-se na pedagogia tecnicista. Foi uma organização que não sofreu grandes modificações por quase 30 anos, caracterizando, inclusive, a ideologia do período autoritário e de controle da ditadura civil-militar, que se apresentou sob outro enfoque apenas diante da aprovação da lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN) nº 9.394/1996 (BRASIL, 1996).

Reflita

Segundo Martellie Manchope (2004), a organização curricular destinou-se predominantemente à formação do especialista em educação (supervisor escolar, orientador educacional, administrador escolar, inspetor escolar). Nesse sentido, a concepção dicotômica, característica do currículo anterior, continuava presente na nova estrutura do curso, apenas sobre uma outra forma de organização curricular. Sua essência preconizava a intensa especialização de funções e de formação de técnicos, correspondentes às exigências da divisão social do trabalho (BRZEZINSKI, 1992, p. 77). O curso baseado nas habilitações formava profissional específico para áreas também específicas, contribuindo para a fragmentação e a divisão do trabalho pedagógico e, mais especificamente, do trabalho intelectual, graduando os especialistas (MARTELLI; MANCHOPE, 2004, p. 5).

Ao observarmos a atuação do pedagogo atualmente em âmbito escolar, podemos verificar ainda a existência de algumas características desse tipo de formação? Como você percebe a atuação do pedagogo no espaço escolar? Quais as consequências em se organizar o trabalho pedagógico de forma fragmentada?

A partir da década de 1990 o curso de Pedagogia passa por grandes discussões, tendo por base uma maior consistência teórica a fim de estabelecer sua função, discussões que foram canalizadas para estabelecer seu rumo na nova LDB. Uma nova estruturação econômica capitalista se configurou naquele contexto de modo que:

> “Os recentes debates educacionais, imersos nas questões postas pelo novo modelo de acumulação capitalista, de mudanças tecnológicas, denominado de economia global e ideologicamente caracterizado como modelo neoliberal, analisam, criticam e desvelam o

> gerenciamento das políticas públicas do Estado e o atrelamento de suas propostas às diretrizes gerais dos mecanismos financeiros internacionais. (MARTELLI; MANCHOPE, 2004, p. 8)

Desse modo, a divisão social do trabalho de modelo fordista é substituído pelo modelo toyotista, em que um mesmo sujeito desenvolve mais de uma função, temos, assim, a figura do professor pedagogo, o qual passou a concentrar diferentes funções. Nesse contexto, a educação permanece, no discurso político, sendo o principal alicerce para o desenvolvimento econômico nacional, concepção esta alicerçada na teoria do capital humano.

Nesse sentido, a formação do professor passa a ser rediscutida, de modo que venha ao encontro dos novos interesses econômicos, acirrando a ideia da educação como mercadoria, surgindo, além dos cursos de Pedagogia, outros formatos e possibilidades de profissionalização, como os cursos ofertados pelos Institutos de Educação Superior, que passaram a qualificar em menos tempo os professores que atuariam na educação infantil e nos anos iniciais da educação básica.

Nesse contexto, os cursos normais, denominados por habilitação de magistério pela Lei n° 5.692/1971 (BRASIL, 1971), foram aos poucos entrando em processo de extinção, mantendo-se poucos em alguns Estados da Federação, ou seja, já não fazia sentido formar o professor docente para atuar em tais cursos, momento em que muitas das Secretarias de Estado da Educação tomaram a atitude de encerrá-los. Tínhamos, nesse momento, dois cursos responsáveis pela formação dos professores da educação infantil e dos anos iniciais do ensino fundamental, o que gerou amplas discussões sobre a finalidade do curso de Pedagogia, sendo que o Ministério da Educação, por meio do ofício circular n° 018/1998 (BRASIL, 1998), orientou pela manutenção nas Instituições de Ensino Superior, bem como por sua reformulação.

O artigo 64 da LDBEN n° 9.394 de 1996 (BRASIL, 1996), assim trata a formação dos especialistas:

> “Art. 64. A formação de profissionais de educação para administração, planejamento, inspeção, supervisão e orientação educacional para a educação básica, será feita em cursos de pedagogia ou em nível de pós-graduação, a critério da instituição de ensino, garantindo, nesta formação, a base comum nacional. (BRASIL, 1996)

É evidente a descaracterização e a falta de identidade do curso em questão, uma vez que a formação dos especialistas em educação não se daria apenas no curso de Pedagogia, o que desconsidera a luta dos educadores por uma formação docente como a razão basilar para o curso. Para a Associação Nacional pela Formação dos Profissionais da Educação (ANFOPE):

> “[...] a formação de professores é um processo que exige uma rigorosa qualificação acadêmica na qual está ligado conteúdo/forma, teoria/prática; implica em uma só lida formação científico-metodológica para as pessoas que estão capacitadas na definição e implantação de políticas, na atuação em diferentes condições pedagógicas do sistema educacional, significando o domínio do conhecimento científico de sua área. A desarticulação na formação dos professores - uns voltados para a docência e outros para as especializações - faz parte do projeto governamental da divisão social do trabalho no interior da escola. Não incorporando os princípios de uma formação unificada dos professores, desconsidera-se a base comum necessária para a mesma, se desobrigando da pesquisa e da extensão. (MARTELLI; MANCHOPE, 2004, p. 17)

Exemplificando

A formação de professores deve envolver ampla apropriação teórica e prática de modo que haja possibilidade de estabelecer a práxis pedagógica, buscando a articulação entre esses dois aspectos essenciais à formação de docentes, ou seja, não basta que o curso dê ampla formação teórica se não for possível subsidiar os futuros professores a respeito da prática no exercício profissional. Se disponibilizamos o conteúdo sobre os diferentes níveis de planejamento, não basta que o aluno conheça quais são, mas saiba elaborá-los, pois é necessário ir muito mais além, ou seja, é importante internalizar as formas de executá-lo segundo a teoria eleita desde o momento da elaboração. A legislação educacional exerce forte impacto na atuação profissional, sendo que a formação e atuação dos pedagogos à época da vigência da Lei n° 5.692/1971 produziu-se um estigma quanto aos especialistas em educação, principalmente voltado ao supervisor escolar, o qual exercia a função de supervisionar o trabalho dos colegas de profissão, tal qual era o momento histórico estabelecido pelo regime militar. Ao supervisor caberia alisar os conteúdos abordados em sala de aula e verificar qualquer possibilidade de relações que se voltassem contra o regime. Atualmente, tendo as questões democrá-

> ticas como subsídios fundamentais para a organização de uma sociedade igualitária, as relações que se estabelecem no interior da escola entre os profissionais também permeiam tal princípio, ou seja, a exemplo da verdadeira gestão democrática, temos a constituição do Projeto Político Pedagógico que é uma construção coletiva, junto à equipe gestora.

Em âmbito escolar, é necessário que o pedagogo domine os conteúdos de sua área, tais como os conhecimentos pedagógicos referentes ao processo de ensino e aprendizagem, às metodologias de ensino, ao currículo, aos instrumentos e registros avaliativos, além de compreender o planejamento em diferentes níveis e suas correspondentes teorias a fim de que auxilie os professores da instituição quanto a uma seleção desses aspectos que possibilitem a apropriação do saber pelos alunos.

Sem medo de errar

Você se recorda de que Ana Paula foi convidada para realizar uma intervenção junto aos alunos do curso de Pedagogia, para a qual deveria organizar uma apresentação que abordasse, entre outros aspectos, as questões legais da constituição da Pedagogia de modo amplo, abordando tanto o contexto mundial quanto o brasileiro. Selecionar os itens necessários a serem socializados em um amplo assunto não é tarefa fácil! Contribuir com as reflexões é imprescindível e, para isso, a apresentação poderá se organizar de diversos modos. Um deles seria abordar a forma como a Pedagogia foi inserida no Brasil, ou seja, por meio dos padres jesuítas, que eram influenciados pela cultura europeia em suas práticas.

Nossa pedagoga também poderia salientar que a organização legal da Pedagogia se deu somente a partir de 1961 com a promulgação da LDB nº 4.024/ 1961 (BRASIL, 1961), que foi reformada pela lei nº 5.692/1971 (BRASIL, 1971), sem alterar o que já se tinha até então. Nesse contexto, a formação de um especialista em educação recebe uma função bastante específica e coerente com a proposta do regime militar.

A nova LDB (LDBEN), promulgada em 1996, de nº 9.394/1996 (BRASIL, 1996), embora tenha sido resultado de uma ampla discussão democrática, tendo em vista os amplos debates que a antecederam, não superou o viés tecnicista de formação. Isso porque considera apenas as necessidades postas pela era tecnológica, ou seja, mais uma vez a Pedagogia é organizada tendo em vista as necessidades econômicas, prevalecendo ainda a manutenção do *status quo*. Em outras palavras, as diferenças sociais acirradas permanecem, o que é uma característica da sociedade de classes.

Os estudos de Ana Paula trazem à luz o quanto a Pedagogia no Brasil sofreu e ainda sofre influências da Pedagogia do contexto mundial, haja vista a necessidade de ascensão capitalista por intermédio da educação. No Brasil, a educação sempre reflete as necessidades econômicas do momento. Nesse sentido, a Lei n° 5.692/1971 possui um viés extremamente tecnicista, compartimentando as ações dos chamados especialistas em educação no interior das escolas. Por mais que a LDBEN n° 9.394/1996 tenha avançado em muitas questões educacionais, ainda é uma legislação que corresponde aos interesses do capital e, obviamente, do mercado, de modo que, segundo Saviani (2008), pode ser considerada uma legislação nos modelos neotecnicistas, até mesmo na formação do pedagogo, que se torna um profissional flexível para o mercado, podendo atuar em várias frentes. O papel do pedagogo como intelectual orgânico reside na possibilidade de tornar acessível ao entendimento da comunidade escolar os reais objetivos das políticas educacionais, de modo a constituir no coletivo mecanismos de resistências diante dos processos e descaracterização da escola enquanto instituição, uma vez que é nela que os conhecimentos devem ser assimilados. Tal processo em instituições não escolares deverá ser compreendido da mesma forma, com intuito de mediar possibilidades em se superar a manutenção do *status quo*, ou seja, das diferenças sociais em busca de uma sociedade de fato democrática.

Faça valer a pena

1. Nesses mais de 60 anos do curso de Pedagogia no Brasil, o pedagogo tem sido definido por funções que ora se limitam a dos já denominados técnicos ou especialistas de educação, ora se somam a funções de professor, além de, num determinado momento ter sido proposta a função exclusiva de estudioso da educação. As mudanças passaram a se consubstanciarem a partir de 1969.

A respeito do desenvolvimento da formação oferecida pelo curso de Pedagogia, é correto afirmar que:

I. Até 1962, o curso de Pedagogia formava apenas o bacharel em Pedagogia.
II. A partir de 1962 o curso passa a formar tanto o técnico em educação quanto o docente do curso normal.
III. Com a lei da reforma universitária, o curso de Pedagogia passou a formar os especialistas em educação.
IV. Com a criação dos Institutos Superiores de Educação, os cursos de Pedagogia deixaram de existir.

Assinale as afirmações CORRETAS:

a) Apenas a alternativa I está correta.

b) Apenas as alternativas II e IV estão corretas.

c) Apenas as alternativas I, II e IV estão corretas.
d) Apenas as alternativas I, II, III estão corretas.
e) Apenas a alternativa IV está correta.

2. A partir de 1969, o curso de Pedagogia passa a ter um caráter de formação técnica, em que caberia ao futuro profissional apropriar-se de métodos e técnicas que deveriam ser, posteriormente, aplicadas em âmbito escolar. A esta formação denominamos tecnicista, uma vez que a ênfase do processo de ensino-aprendizagem é dada aos recursos e a forma de manipulá-los.

Quanto a esta fase do desenvolvimento da Pedagogia no Brasil, é correto afirmar:

I. Tanto Lei n° 5.540/1968, denominada de Lei da Reforma Universitária, quanto a Lei n° 5.692/1971, que reformou a educação como um todo, possuíam caráter autoritário.
II. A tendência tecnicista deixou de existir a partir de 1983.
III. Eram habilitações do curso de Pedagogia à Administração Escolar e à Inspeção Escolar.
IV. As funções de Supervisão Escolar e de Orientação Educacional não necessitavam de concursos públicos para o ingresso.

Assinale as afirmações CORRETAS:
a) Apenas as alternativas I e II estão corretas.
b) Apenas as alternativas I e III estão corretas.
c) Apenas as alternativas I, II e III estão corretas.
d) Apenas a alternativa IV está correta.
e) As alternativas I, II, III, e IV estão corretas.

3. Por ter uma formação mais abrangente, o pedagogo ainda continua sendo formado para atuar em espaços escolares, dentro e fora da sala de aula, e também em outros espaços onde se fizer necessária a sua presença. A respeito da formação proporcionada pelo curso de Pedagogia no Brasil ao longo de sua história, julgue as afirmações que seguem como verdadeiras (V) e falsas (F), com base no conteúdo fornecido e em seus conhecimentos.

( ) A identidade do pedagogo está atrelada à do processo de constituição da profissão docente, mas não com o processo de instalação da escola pública no Brasil.
( ) O curso vem sofrendo alterações em sua grade curricular, ora se adaptando às necessidades do mercado de trabalho, ora das políticas externas e internas do país.
( ) O curso, desde seu início, formava bacharéis e licenciados em Pedagogia, sendo os 3 anos dedicados às disciplinas de conteúdo, ou seja, para os próprios fundamentos da educação.

( ) A partir de 1960 há a marca do tecnicismo e a necessidade de se formarem trabalhadores para o mercado capitalista, entre eles os profissionais da educação, atendendo ao apelo desenvolvimentista da época.
( ) A formação de professores é um processo que não exige uma rigorosa qualificação acadêmica, pois basta ter conhecimentos práticos da docência.

Marque a alternativa que corresponde à sequência correta:
a) V – V – F – F – V.
b) F – F – F – V – V.
c) F –V – V – V – F.
d) V – V – F – V – F.
e) F – F – V – V – F.

Referências

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **O que é educação.** São Paulo: Brasiliense, 1989. (Coleção Primeiros Passos).

BRASIL. **Decreto nº 7.247, de 19 de abril de 1879 – Carlos Leôncio de Carvalho.** Reforma do Ensino Primário e Secundário do Município da Corte e o Superior em todo o Império. Disponível em: http://www.histedbr.fe.unicamp.br/revista/edicoes/34/doc01a_34.pdf. Acesso em: 19 out. 2018.

BRASIL. **Decreto-Lei nº 1.190, de 4 de abril de 1939.** Dá organização à Faculdade Nacional de Filosofia. Disponível em: http://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1930-1939/decreto-lei-1190-4-abril-1939-349241-publicacaooriginal-1-pe.html. Acesso em: 19 out. 2018.

BRASIL. **Lei n° 4.024, de 20 de dezembro de 1961.** Fixa as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Disponível em: http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1960-1969/lei-4024-20-dezembro-1961-353722-publicacaooriginal-1-pl.html. Acesso em: 19 out. 2018.

BRASIL. **Lei n° 5.540, de 28 de novembro de 1968.** Fixa normas de organização e funcionamento do ensino superior e sua articulação com a escola média, e dá outras providências. Disponível em: http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1960-1969/lei-5540-28-novembro-1968-359201-publicacaooriginal-1-pl.html. Acesso em: 19 out. 2018.

BRASIL. **Lei n° 5.692, de 11 de agosto de 1971.** Fixa Diretrizes e Bases para o ensino de 1° e 2º graus, e dá outras providências. Disponível em: http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1970-1979/lei-5692-11-agosto-1971-357752-publicacaooriginal-1-pl.html. Acesso em: 19 out. 2018.

BRASIL. **Lei n° 9.394, de 20 de dezembro de 1996.** Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394.htm. Acesso em: 19 out. 2018.

CAMBI, Franco. **História da pedagogia.** São Paulo: UNESP, 1999.

FERREIRA, Liliana Soares. Pedagogia como ciência da educação. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos.** v. 91, n. 227. Brasília, jan/abr, 2010. p. 233-251.

FRANCO, Maria Amélia Santoro. Didática e pedagogia: da teoria do ensino à teoria da formação. In: ENCONTRO NACIONAL DE DIDÁTICA E PRÁTICA DE ENSINO (Endipe), 14., 2008, Porto Alegre. **Anais do XIV Endipe.** Porto Alegre: Ed. PUC-RS, 2008. p. 350-371.

FURLAN. Cacilda Mendes Andrade. **História do Curso de Pedagogia no Brasil**: 1939-2005. Disponível em: http://educere.bruc.com.br/arquivo/pdf2008/164_885.pdf. Acesso em: 25 ago. 2018.

GRAMSCI, Pedagogia e pedagogos: inquietações e buscas, disponível em: http://www.scielo.br/pdf/er/n17/n17a12.pdf. Acesso: em 26 ago. 2018. Antonio. **Cadernos do cárcere.** São Paulo: Civilização Brasileira, 2004.

KANT, Immanuel. **Sobre a Pedagogia.** São Paulo: UNIMEP, 2006.

LIBÂNEO, José Carlos. Ainda as perguntas: o que é pedagogia, quem é o pedagogo, o que deve ser o curso de pedagogia. In: PIMENTA, Selma Garrido (Org.). **Pedagogia e pedagogos:** caminhos e perspectivas. São Paulo: Cortez, 2002, p. 59-98.

MARTELLI, Andréa Cristina; MANCHOPE, Elenita C. P. A história do curso de pedagogia no Brasil: da sua criação ao contexto após LDB 9.394/1996. **Revista eletrônica de ciências da**

educação. v. 3. n. 1, 2004. Disponível em: http://www.periodicosibepes.org.br/index.php/reped/article/view/517/400. Acesso em: 20 set. 2018.

PIMENTA, Selma Garrido. **Saberes pedagógicos e atividade docente.** São Paulo: Cortez, 1999.

PIMENTA, Selma Garrido. **Pedagogia e Pedagogos:** caminhos e perspectivas. São Paulo: Cortez, 2002.

PIMENTA, Selma Garrido. **Pedagogia e pedagogos:** inquietações e buscas. Educar. n. 17, Curitiba: Editora UFPR, 2001, p. 153-176.

SAVIANI, Dermeval. **A pedagogia no Brasil:** história e teoria. Campinas, São Paulo: Autores associados, 2008.

SILVA, Carmem Silvia Bissolli da. Curso de pedagogia no Brasil: uma questão em aberto. In: PIMENTA, Selma Garrido. **Pedagogia e pedagogos:** caminhos e perspectivas. São Paulo: Cortez, 2002.

XAVIER, Antônio Roberto. História e Filosofia da Educação: da Paideia Grega ao Pragmatismo Romano. **Revista Dialectus.** n. 9. set / dez. 2016. Universidade Federal de Santa Catarina, 2016, p. 81-99.

Unidade 2

Contextos não escolares de atuação do pedagogo: aspectos regulatórios, culturais, sociais e políticos

Convite ao estudo

Caro estudante, iniciamos mais uma unidade da nossa disciplina! A Unidade II, intitulada **Contextos não escolares de atuação do pedagogo: aspectos regulatórios, culturais, sociais e políticos**, abordará os marcos regulatórios do curso de pedagogia no Brasil de forma que você estabeleça as relações que constituíram sua futura profissão. Desse modo, trataremos do conteúdo que se estabelece nas Diretrizes Curriculares do curso de pedagogia definidas nos Pareceres CNE/CP n°. 05/2005 (BRASIL, 2005), n°. 01/2006 (BRASIL, 2006) e na Resolução CNE/CP n°. 01/2006 (BRASIL, 2006). A proposição das diretrizes exige que sua formação atenda as perspectivas filosóficas, sociais históricas e psicológicas a fim de lhe dar consistência teórica, conferindo a você a qualidade prevista para uma atuação competente inclusive junto a grupos de adultos propostos pela andragogia e pela heutagogia, assuntos também abordados.

Talvez, quando você escolheu este curso, fazia uma ideia de formação profissional um tanto divergente do que está posto nos documentos. Assim, apresentaremos as questões em torno das Diretrizes Curriculares Nacionais do curso de pedagogia para que você compreenda os objetivos de sua própria formação e as possibilidades de atuação profissional. Nesse sentido, esta unidade irá levá-lo a conhecer os encaminhamentos à sua constituição como pedagogo para que possa, nesse processo, estabelecer as relações necessárias ao desenvolvimento de sua profissão nos diferentes espaços educativos, sejam escolares ou não escolares.

Nesse sentido, você poderá refletir sobre os encaminhamentos realizados por Ana Paula que, na medida que se envolve com as possibilidades de atuação em diferentes espaços, mais informações consegue agregar. Como ela, você perceberá que, ao estudar as questões específicas da pedagogia não escolar, a busca por mais informações sobre as políticas públicas que dão subsídios à atuação do pedagogo é essencial. Dentre os documentos que Ana Paula julgou imprescindível, destaca-se as Diretrizes Curriculares do curso de pedagogia. Esse documento torna explícito a importância ímpar dos outros

espaços, além da escola, que contribuem para a formação do indivíduo. As diferentes áreas que subsidiam a formação do pedagogo dão suporte para que ele compreenda as múltiplas determinações que se explicitam no ato de educar e amparam a apropriação dos diferentes paradigmas educacionais de modo a constituir uma ampla visão de homem, mundo e sociedade, necessária à atuação em diversas frentes educacionais. Ana Paula deparou-se com novos conceitos que ainda não faziam parte de sua formação, tais como andragogia e heutagogia, o que lhe fez compreender a necessidade real da presença e atuação pedagógica em espaços não escolares a fim de acompanhar as transformações sociais impostas pela sociedade.

Para tanto, a unidade está organizada em três seções que se articulam e que dispõem dos elementos necessários para que você reflita sobre os aspectos estabelecidos na regulamentação do curso de acordo com as necessidades sociais e históricas do momento. As três seções em conjunto lhe darão as condições de refletir sobre a profissão.

Convidamos você para participar dessa reflexão, a qual envolveu vários intelectuais dispostos a reorganizar um curso de pedagogia em que sua prática como educador fizesse a diferença para os avanços e desafios postos pela atualidade!

Desejamos a você bons estudos!

Seção 2.1

Pedagogia nas políticas educacionais

Diálogo aberto

Caro aluno, ao optar pelo curso de pedagogia, talvez você não tenha se dado conta do quão rica é a possibilidade de formação. Você poderá atuar em diferentes frentes profissionais, tais como a docência na educação infantil e a docência nos anos iniciais, terá um conhecimento em gestão educacional, poderá atuar em cursos de formação de professores em nível médio, poderá direcionar-se à pesquisa em educação com foco nas práticas pedagógicas, entre outras. Como você pode perceber, é uma formação ampla, prevista nas Diretrizes Curriculares Nacionais de seu curso.

Estudar esta seção lhe trará o entendimento de sua futura profissão e também dos campos de atuação profissional possíveis, assim como para nossa pedagoga Ana Paula, que está muito interessada em desenvolver suas atividades profissionais em espaços não escolares. Ana Paula buscou compreender por meio das políticas educacionais a complexidade que envolve a formação do pedagogo. Diante do estudo das Diretrizes Curriculares do curso de pedagogia, como você avalia os objetivos da política educacional proposta e sua viabilidade de concretização? As áreas de formação que compõem esta formação contribuem especificamente à compreensão do processo educacional. Como podemos garantir que a compreensão da complexidade educacional se estabeleça no processo de formação? Partindo dos conceitos de andragogia e heutagogia, quais os aspectos que deverão ser considerados em turmas de adultos para que se efetive o processo de ensino-aprendizagem?

Você terá consistente fundamentação teórica para resolver essa situação a partir do estudo das Diretrizes Curriculares Nacionais. Tal estudo lhe trará condições de compreender a importância da ampla formação pedagógica e a necessidade de selecionar diferentes metodologias de ensino em diferentes espaços formativos.

Um estudo que, de fato, fará com que você encontre, entre as opções disponibilizadas, a que melhor vai ao encontro de seu interesse profissional.

Ótima reflexão!

A pedagogia nas políticas públicas e a atuação do pedagogo

A pedagogia é uma ciência multidisciplinar, de modo que se estabelece a partir dos conhecimentos sociológicos, filosóficos, históricos, biológicos e psicológicos, cabendo a cada uma das áreas sua contribuição à formação do pedagogo de modo a possibilitar a constituição de um profissional com ampla visão de mundo. A área de ciências humanas estabelece as relações fundamentais para que, articuladas, deem subsídios suficientes ao futuro profissional. Isso significa que a Pedagogia, enquanto ciência da educação, só se constitui a partir de uma visão múltipla de ciências e correntes filosóficas que, juntas, voltam-se aos fenômenos educacionais e suas relações com a sociedade e o meio ambiente.

A Sociologia, por exemplo, contribui com os diferentes paradigmas educacionais estabelecendo teorias que abordam formas de manutenção do status quo, ou seja, manutenção das relações de opressão social e de transformação social. Assim, o conhecimento da sociologia subsidia o profissional a perceber as relações de poder existentes na escola e em outras instituições sociais. A discussão diante das perspectivas do "otimismo pedagógico" e do "pessimismo pedagógico" permite analisar quais são e quais devem ser as prioridades no âmbito das ações educacionais. Nesse sentido, especificamente, a chamada Nova Sociologia (SACRISTÀN, 2000) tem uma vertente de seus estudos com o olhar sobre a educação e foca a investigação dos fenômenos sociais nos espaços em que há processos educacionais, convergindo significativamente para o avanço do entendimento da educação na sociedade atual.

Concomitante às discussões sociológicas, as discussões de cunho filosófico auxiliam o pedagogo no esclarecimento das visões de homem, mundo e sociedade que sua prática deve perseguir. O estudo das correntes filosóficas nos permitem compreender a construção das ideias pedagógicas construídas histórica e socialmente – e de acordo com cada concepção de homem e de mundo das sociedades – de modo que transferem a sua ramificação possibilidades de constituição humana e permitem o desenvolvimento das teorias psicológicas que se desenvolveram na modernidade, posteriormente. Essencialmente e em geral, os estudos filosóficos contribuem para a educação à medida que evidenciam a necessidade de manter uma postura sempre reflexiva frente aos fenômenos produzidos pela sociedade e pelo homem; ou seja, ao se voltar para a educação, força o educador a observar os processos e fenômenos educacionais sempre questionando os modos como ocorreram e sempre buscando respostas para solucionar os problemas persistentes e seus possíveis passos futuros. De acordo com essa interpretação, Saviani (1990, p. 7) afirma que:

> O estudo crítico dos grandes filósofos, isto é, dos clássicos da filosofia, é uma via de acesso privilegiada à compreensão da problemática humana o que tem grande valor educativo, já que a educação não é outra coisa senão o processo através do qual se constitui em cada indivíduo a universalidade própria da espécie humana. (SAVIANI, 1990, p. 7)

Entre todas as ciências ou áreas do conhecimento, a Psicologia é aquela que, da segunda metade do século XX em diante, mais influenciou as questões relacionadas ao desenvolvimento da aprendizagem no indivíduo. Com o apoio, muitas vezes, da Biologia e da anatomia humana, alguns estudos de psicólogos do desenvolvimento auxiliaram significativamente a compreensão dos mecanismos de aprendizagem do ser humano, refletindo, então, nos modos de ensinar. Alguns desses psicólogos se dedicaram mais a compreender as características individuais dos homens como pré-condição de seu desenvolvimento. Outros, focaram suas pesquisas em bases sociais, dedicando-se especialmente a entender como os mecanismos biológicos e psicológicos individuais reagiam às interações sociais, aprendendo, portanto, na interação social e no coletivo.

Atualmente, psicólogos, em especial os da educação, buscam respostas para entender como os homens estão aprendendo no contexto tecnológico e como esses processos de aprendizagem têm se modificado à medida em que a sociedade se transforma com uma rapidez nunca antes vista. Para tanto, contam, também, com a colaboração de neurocientistas.

Entender, ainda que em linhas gerais, que a Pedagogia só se constitui a partir da colaboração de um conjunto de áreas do conhecimento que, essencialmente, dedica-se a olhar para os homens em sociedade, pode ampliar o olhar do futuro profissional quando estiver diante de situações em que a própria ciência pedagógica não lhe for suficiente para resolver problemas cotidianos da sua profissão de educar. Ou seja, o pedagogo, além de suas bases científicas próprias de investigação educacional, ao manter uma postura investigativa, busca em outras fontes de conhecimento o apoio que necessita para enfrentar os desafios diários da profissão.

A pedagogia como ciência é histórica, ou seja, todas as relações estabelecidas entre a sociologia, a filosofia, a psicologia e outras áreas do conhecimento fazem parte de sua constituição, sendo assim, é imprescindível articular tais conhecimentos com momentos específicos, ou seja, a constituição histórica da pedagogia como ciência da educação é condição fundamental na formação do profissional consciente e disposto a trabalhar em prol do direito à educação a todos os cidadãos.

A compreensão da trajetória histórica da constituição da Pedagogia, com base na contribuição de outras áreas do conhecimento que investigam o homem e como ele se comporta em sociedade, ajuda-nos a entender um pouco melhor que o curso sempre buscou constituir uma identidade própria, mas que ele, também, sempre esteve relacionado a concepções de mundo e modelos pedagógicos próprios de seus tempos históricos.

Sabemos, por exemplo, que, atualmente, todos os cursos de graduação possuem suas Diretrizes Curriculares, de modo a organizar a estrutura curricular nas instituições de ensino superior, fruto de um intenso processo de discussão acerca de projetos educativos que marcariam os modelos pedagógicos recentes. O currículo do curso de Pedagogia, no decorrer desse processo, é marcado por abordagens que contemplam a **teoria-prática**, o **conteúdo-forma** e o **objeto-sujeito**, voltando-se às questões epistemológicas, sociais e culturais que explicitam as suas características mais modernas.

As Diretrizes Curriculares do curso de Pedagogia procuram, assim, definir o perfil do pedagogo, sua formação e os campos de atuação de modo que:

> "O movimento de discussão e elaboração das diretrizes da pedagogia tem um marco importante em 1998, quando a Comissão de Especialistas de pedagogia, instituída para elaborar as diretrizes do curso, desencadeou amplo processo de discussão, em nível nacional, ouvindo as coordenações de curso e as entidades – ANFOPE, FORUMDIR, ANPAE, ANPED. O resultado desse processo foi a elaboração do Documento das Diretrizes Curriculares do Curso de Pedagogia e seu encaminhamento ao CNE, em maio de 1999, após uma grande pressão de todos esses segmentos junto à SESU e à Secretaria de Ensino Fundamental, do Ministério da Educação, que resistiam em enviá-las ao CNE, na tentativa de construir as diretrizes para o curso normal superior, criado pela LDB e prestes a ser regulamentado. (AGUIAR et. al., 2006, p. 825)

O conflito existente quanto à formação do professor dos anos iniciais do ensino fundamental e da educação infantil gera um impasse quanto aos objetivos do curso de pedagogia, que permanece sem uma especificidade. A formação de professores para atuação na educação básica permanece sendo a principal bandeira das principais representações que defendem a formação de docentes com qualidade a fim de se constituir a base educacional às novas gerações. Foi um amplo processo de debates e discussões, encaminhamentos de documentos e análise a fim de se definir os objetivos do curso.

Assimile

A organização da formação e do trabalho docente estabelecida pelas DCN-Pedagogia ocorreu a partir do que já acontecia no meio educacional brasileiro, principalmente a partir dos anos de 1990. Daquela época até os dias atuais, o campo de atuação do docente, em qualquer licenciatura, não se restringiu mais à escola com sua materialidade histórico-cultural, mas sim às diversas possibilidades de sistemas educativos, que se revestiram de uma construção discursiva fluída e permeável, abarcando diferentes espaços-tempos e diversas formas e condições de trabalho. Temos assim, também, a ampliação da atuação do pedagogo em espaços escolares e não escolares. É importante estabelecer as relações que se configuram a partir dessa proposta de formação e as condições estruturais e curriculares que se exige das Instituições de Ensino Superior.

As Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Pedagogia, definidas nos Pareceres CNE/CP n°. 05/2005 (BRASIL, 2005), n°. 03/2006 (BRASIL, 2006) e na Resolução CNE/CP n°. 01/2006 (BRASIL, 2006), foram fundamentais para a redefinição da formação do pedagogo e seus campos de atuação, pois surgiram de amplos debates e das necessidades educacionais da atualidade, dando uma nova característica à formação do profissional. Assim determina o parecer n°. 05/2005 (BRASIL, 2005).

> “As DCN-Pedagogia definem a sua destinação, sua aplicação e a abrangência da formação a ser desenvolvida nesse curso. Aplicam-se: a) à formação inicial para o exercício da docência na educação infantil e nos anos iniciais do ensino fundamental; b) aos cursos de ensino médio de modalidade normal e em cursos de educação profissional; c) na área de serviços e apoio escolar; d) em outras áreas nas quais sejam previstos conhecimentos pedagógicos. A formação assim definida abrangerá, integradamente à docência, a participação da gestão e avaliação de sistemas e instituições de ensino em geral, a elaboração, a execução, o acompanhamento de programas e as atividades educativas. (BRASIL, 2005, p. 6)

Essa perspectiva permite a atuação do pedagogo em várias frentes educativas, possibilitando às Instituições de Ensino Superior estabelecer as prioridades de formação do futuro pedagogo. Percebemos que, além da formação específica para a docência, cabem, ao pedagogo, outras atividades educativas que necessitam dos saberes pedagógicos. Isso posto, estabelece-se uma nova relação profissional, amparada legalmente e que inaugura uma nova era ao curso de pedagogia no Brasil. Desse modo, é mister apontar a importância

das Diretrizes Curriculares tendo em vista sua capacidade na ampliação da atuação política do pedagogo e, consequentemente, de novas possibilidades de educar pessoas por meio de aptidões específicas, assim delineadas conforme a Resolução CNE/CP n°. 01/2006 (BRASIL, 2006), em seu artigo 4º

> “Art. 4º - O curso de Licenciatura em pedagogia destina-se à formação de professores para exercer funções de magistério na Educação Infantil e nos anos iniciais do Ensino Fundamental, nos cursos de Ensino Médio, na modalidade Normal, de Educação Profissional, na área de serviços e apoio escolar e em outras áreas nas quais sejam previstos conhecimentos pedagógicos. Parágrafo único. As atividades docentes também compreendem participação na organização e gestão de sistemas e instituições de ensino, englobando: I - planejamento, execução, coordenação, acompanhamento e avaliação de tarefas próprias do setor da Educação; II - planejamento, execução, coordenação, acompanhamento e avaliação de projetos e experiências educativas não-escolares; III - produção e difusão do conhecimento científico-tecnológico do campo educacional, em contextos escolares e não-escolares. (BRASIL, 2006, [s.p.])

Está presente assim o processo de formação articulada entre docência, gestão e desenvolvimento da pesquisa científica na área educacional, garantida no curso de pedagogia. Libâneo:

> “apontava as críticas sofridas pela pedagogia quanto à sua cientificidade, posteriormente garantida nas Diretrizes Curriculares. Afirma o autor, perante tais críticas ela não cobriria os requisitos de “cientificidade”; seria uma tarefa voltada para a prática, estando mais no campo da instituição da arte do que no campo científico; não teria objeto de estudo próprio porque o fenômeno educativo é pluridimensional, assim como não disporia de um sistema claro e coerente de conceitos. (LIBÂNEO, 2001, p. 130)

O autor salienta que há anos as ciências sociais, de modo geral, perpassam pelas mesmas dificuldades, assim como também questionam os críticos que levantam as polêmicas, afirmando que as dificuldades epistemológicas do curso de pedagogia não são razões suficientes para que a prática pedagógica seja desconsiderada como objeto de estudo do campo do conhecimento

pedagógico. Desse modo, devemos compreender que a pedagogia, sendo responsável diretamente pela formação humana, constitui dimensões inerentes ao desenvolvimento do homem em seus aspectos filosóficos, sociais, psicológicos e históricos, cujas áreas são específicas para a formação do pedagogo, garantidas, assim, pelas Diretrizes Curriculares.

Reflita

Pelas novas Diretrizes, o Curso de Pedagogia passou a destinar-se a diversas formações e campos de atuação: a professores para a educação infantil, para os anos iniciais do ensino fundamental e para o ensino nos cursos de nível médio na modalidade normal; ao ensino na educação profissional na área de serviços e apoio escolar; às atividades de organização e gestão educacionais e às atividades de produção e difusão do conhecimento científico-tecnológico do campo educacional. Tais competências são definidas nas DCN para o curso de pedagogia.

Ao refletir a respeito de ampla formação, quais as ações que o pedagogo, tendo ampla formação nas áreas de filosofia da educação, sociologia da educação, história da educação e psicologia da educação, poderá desenvolver diretamente em cada segmento de atuação posto nas DCN?

Quanto à docência estabelecida nas Diretrizes do curso, ela não se limita apenas ao ato de ministrar aulas. Esse ato se amplia de modo a configurar todo o trabalho pedagógico na natureza educacional, tanto em instituições escolares como não escolares, conforme se estabeleceu no Parecer do Conselho Nacional de Educação nº. 05/2005 (BRASIL, 2005).

> “Entende-se que a formação do licenciado em pedagogia fundamenta-se no trabalho pedagógico realizado em espaços escolares e não-escolares, que tem a docência como base. Nesta perspectiva, a docência é compreendida como ação educativa e processo pedagógico metódico e intencional, construído em relações sociais, étnico-raciais e produtivas, as quais influenciam conceitos, princípios e objetivos da pedagogia. Dessa forma, a docência, tanto em processos educativos escolares como não escolares, não se confunde com a utilização de métodos e técnicas pretensamente pedagógicos, descolados de realidades históricas específicas. Constitui-se na confluência de conhecimentos oriundos de diferentes tradições culturais e das ciências, bem como de valores, posturas e atitudes éticas, de manifestações estéticas, lúdicas, laborais. (BRASIL, 2005, p. 7)

Dessa forma, a capacidade de refletir criticamente a respeito da realidade educacional, tanto nos espaços escolares como não escolares se faz presente e é garantida pelo trabalho articulado por diferentes áreas, as quais contribuem intrinsecamente para a constituição do profissional, independentemente de seu futuro espaço de atuação. A articulação com diferentes áreas é fundamental, uma vez que o Parecer n°. 05 do CNE (BRASIL, 2005) estabelece que:

> “Para a formação do licenciado em pedagogia é central o conhecimento da escola como uma organização complexa que tem a função social e formativa de promover, com eqüidade, educação para e na cidadania. (...) Também é central, para essa formação, a proposição, realização, análise de pesquisas e a aplicação de resultados, em perspectiva histórica, cultural, política, ideológica e teórica, com a finalidade, entre outras, de identificar e gerir, em práticas educativas, elementos mantenedores, transformadores, geradores de relações sociais e étnico-raciais que fortalecem ou enfraquecem identidades, reproduzem ou criam novas relações de poder (...). Finalmente é central a participação na gestão de processos educativos, na organização e funcionamento de sistemas e de instituições de ensino, com a perspectiva de uma organização democrática, em que a corresponsabilidade e a colaboração são os constituintes maiores das relações de trabalho e do poder coletivo e institucional, com vistas a garantir iguais direitos, reconhecimento e valorização das diferentes dimensões que compõem a diversidade da sociedade, assegurando comunicação, discussão, crítica, propostas dos diferentes segmentos das instituições educacionais escolares e não-escolares. (BRASIL, 2005, p. 6-7)

A formação proposta, como se percebe, é ampla, cabendo às instituições que ofertarem o curso subsidiar teoricamente seus alunos sob uma concepção articuladora de educação, escola, pedagogia, docência, licenciatura e ciência de modo a situá-las em um amplo contexto em que se efetivem as práticas educativas a partir das práticas sociais constituídas no processo de construção histórica e social. Desse modo, as Diretrizes Curriculares Nacionais propostas para o curso de pedagogia determinam uma sólida fundamentação teórica a fim de subsidiar os pressupostos das práticas pedagógicas aplicadas em instituições escolares e não escolares. É evidente que tais práticas devem alicerçar-se sob a égide da constituição do pensamento crítico do futuro profissional, fundamentando-se, portanto, nas diferentes ciências e nos diferentes saberes que constituem a pedagogia como campo.

Evidencia-se dessa forma a interdisciplinaridade como principal fundamento da formação, sendo o currículo estruturado e articulado com todas as áreas de formação. Temos, portanto, na área da gestão, um grande salto qualitativo uma vez que as habilitações se apresentaram historicamente de forma fragmentada, visão superada nas Diretrizes Curriculares, uma vez que assim compreendem a gestão educacional:

> "Gestão educacional, entendida numa perspectiva democrática, que integre as diversas atuações e funções do trabalho pedagógico e de processos educativos escolares e não-escolares, especialmente no que se refere ao planejamento, à administração, à coordenação, ao acompanhamento, à avaliação de planos e de projetos pedagógicos, bem como análise, formulação, implementação, acompanhamento e avaliação de políticas públicas e institucionais na área de educação. (BRASIL, 2005, p. 8)

A formação de especialistas deixa assim de existir dando espaço à formação específica do gestor educacional, o qual deve compreender sua dimensão pedagógica e administrativa a fim de garantir a qualidade da educação, do ensino e da aprendizagem. Consideramos assim que o curso de pedagogia, ao mesmo tempo em que permite uma ampla formação, subsidiando possibilidades de compreensão da realidade, também se impõe um grande desafio, tendo em vista a constituição da gestão democrática nos meios educativos escolares e não escolares de modo a atender as demandas necessárias que se instituem.

Desse modo, a formação atinge novos patamares, não por intermédio da pedagogia, que se constitui historicamente em seu significado etimológico de condução da criança à escola, a qual, atualmente, como vimos, envolve-se por um amplo campo de desenvolvimento do saber científico, como, também, a andragogia e a heutagogia.

O termo andragogia surgiu em 1967, compondo um campo disciplinar integrado ao processo de educação de adultos. Eduard Lindeman (1885 – 1953) foi um grande impulsionador da educação de adultos e defendeu que a educação não é preparo para a vida, como tanto se prega, mas é a própria vida, e mesmo a formação profissional quando buscada pelos adultos tem o propósito de educar em processos sistemáticos, pois as explicações para suas diferentes situações vivenciadas são importantes.

Desse modo, segue-se a premissa de que os adultos aprendem diferentemente das crianças e, portanto, possuem outras necessidades, ou seja, não se pode tentar ensinar um adulto do mesmo modo em que se ensina a criança. Osório (2003) assim conceitua andragogia:

> [...] a andragogia é, portanto, a arte e a ciência de ajudar os adultos a aprender, por oposição à pedagogia como arte e ciência de ensinar às crianças. A andragogia baseia-se noutros pressupostos de aprendizagem e de ação com os adultos. Portanto, é necessário um salto qualitativo no momento de estudar, compreender e praticar a educação de adultos. (OSORIO, 2003, p. 93)

Para o adulto não basta que lhe apresente o conteúdo, pois ele tem a necessidade de compreender como e por que esse conteúdo é como é e qual o processo que o envolve. Ele sabe e já consegue se auto gerir e gerenciar seu tempo de estudo, as experiências vivenciadas possuem grande importância no processo de aprendizagem e necessitam de atenção a fim de que possibilitem as relações necessárias com o conhecimento.

Exemplificando

Sendo a andragogia um termo relativamente novo, há necessidade de se compreender como tem subsidiado o trabalho escolar, ou não, na educação de adultos. Um adulto que chega à instituição em busca de conhecimento traz consigo uma experiência de vida. Desse modo, o professor deverá considerar conteúdo a ser trabalhado sob alguns aspectos relevantes que servem de exemplo para planejar aula, promovendo um ambiente seguro em que o sujeito não seja julgado, devendo auxiliar na proposição dos conteúdos de ensino, estimulando a participação constante dos alunos para que possam contribuir com as discussões e terem responsabilidade sob os objetivos de estudo, compreendendo e executando o processo de autoavaliação.

A heutagogia por sua vez responsabiliza o aluno pelo resultado de sua própria aprendizagem, ou seja, não há mediação ou organização do processo de ensino-aprendizagem pelo pedagogo ou professor. O sujeito é seu próprio professor; ele seleciona o conteúdo a ser aprendido e a metodologia que considera melhor de modo a buscar e aprofundar-se em um determinado conhecimento, já não necessitando do processo de mediação. **Segundo Hase e Kenyon:**

> Heutagogia é o estudo da aprendizagem autodeterminada. E dentre as diversas razões para a adoção de tal abordagem, são citados a conjuntura atual, na qual a mudança é tão rápida que os métodos tradicionais de treinar e educar são inadequados; disciplina baseada nos conhecimentos é inadequada para capacitar as

> pessoas para viver em modernas comunidades e locais de trabalho; aprendizagem está crescentemente alinhada com o que nós fazemos; modernas estruturas organizacionais requerem práticas flexíveis de aprendizagem; e existe uma necessidade imediata de aprender. (KENYON; HASE, 2000, [s.p.], tradução nossa)

Podemos dizer, portanto, que a cada novo contexto, a cada nova necessidade de organização social, a pedagogia também se reestrutura a fim de atingir os interesses e as possibilidades de desenvolvimento do conhecimento por diferentes sujeitos. As Instituições de ensino superior, por meio da estruturação de seus cursos de pedagogia, possibilitam uma ampla formação, de modo que caberá ao futuro profissional utilizar-se dos conhecimentos a fim de promover o acesso ao saber sistemático, historicamente produzido pela humanidade.

Sem medo de errar

Você se recorda que nossa pedagoga está bastante interessada em ampliar seus conhecimentos sobre o trabalho do pedagogo, compreendendo melhor sua complexidade, tendo em vista outros campos de atuação que não somente as instituições escolares. Nesse processo, Ana Paula buscou direcionar um bom tempo ao estudo das Diretrizes Curriculares Nacionais do curso de pedagogia para refletir sobre suas possibilidades, pois já havia pesquisado a constituição histórica da formação do pedagogo no Brasil. Agora lhe interessava conhecer o processo de formação na atualidade.

Desse modo as DCN podem ser avaliadas como um grande avanço na formação do pedagogo, uma vez que constitui uma ampla formação, abandonando a visão fragmentada que se dava no processo de formação do especialista em educação. O documento traz uma série de orientações para garantir uma formação de qualidade ao futuro profissional a fim de que ele seja capaz de atuar em diferentes frentes profissionais, tais como em classes de educação infantil, em classes dos primeiros anos do ensino fundamental, em classes de formação de professores em nível médio, na gestão educacional de diferentes instituições educacionais escolares ou não, bem como no desenvolvimento da pesquisa como forma de compreender a educação como fator social. É nesse sentido que se estabelece a necessidade do aprofundamento das áreas que dão subsídios

teóricos consistentes para a compreensão da realidade social, pois, sem eles, dificilmente haverá possibilidade de organização de planejamento e intervenção adequados aos objetivos.

As áreas do conhecimento que se envolvem no processo de formação se articulam de modo que o futuro profissional desenvolva a reflexão crítica diante da realidade educacional atual e busque intervir no processo educacional democrático, seja na docência, na gestão ou na pesquisa; ou seja, o pedagogo possui uma consistente fundamentação teórica para conceber as novas metodologias de ensino, tais como a andragogia e a heutagogia, metodologias específicas que pressupõem as diferentes formas de assimilação do conhecimento pelo adulto. No processo de aprendizagem há de se levar em conta algumas situações características do adulto, como suas experiências vividas, seu nível de autonomia, sua visão e concepção do mundo, sua capacidade de compreender a necessidade de apreender um ou outro conteúdo. Considerando que são metodologias atuais, ainda pouco difundidas, há necessidade de se buscar um aprofundamento teórico diante delas, pois em muitos espaços não escolares, a presença do adulto será predominante.

É necessário que Ana Paula compreenda, portanto, o quanto os estudos pedagógicos se ampliaram a fim de possibilitar a democratização do aceso ao conhecimento, possibilitado pela intervenção do próprio pedagogo. Desse modo, há a necessidade de que ela considere os objetivos propostos à formação do pedagogo nas DCN, considerando a amplitude de formação e sua complexidade, que deve se dar por meio da apropriação teórica e prática; ou seja, é fundamental que a práxis pedagógica transformadora se efetive como garantia da compreensão do próprio trabalho em todas as possibilidades de atuação, seja em ONG's, hospitais e empresas. Em outras palavras, os domínios técnicos e teóricos das diversas áreas de formação subsidiam a constituição do compromisso político de forma consciente, considerando que o adulto possui uma característica peculiar quanto ao seu modo de aprender, pois possui diversas vivências, experiências e interesses diferenciados aos das crianças e dos adolescentes.

Faça valer a pena

1. Após a promulgação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº. 9.394 de 1996 (BRASIL, 1996), os cursos de licenciaturas e formação de professores passaram por reformulações, entre eles o curso de pedagogia. O documento que são as Diretrizes Curriculares Nacionais estabelece as condições específicas para a formação, sob o qual cada instituição deve se adequar.

Sobre a formação e atuação, segundo as DCN's é correto afirmar:

I. Não contou com a participação das entidades que se posicionam a respeito da formação de professores.
II. Aplica-se à formação de professores da educação infantil e anos iniciais do ensino fundamental, exceto à docência em cursos de formação de professores em nível médio.
III. Prevê a atuação de pedagogos em espaços educativos escolares e não escolares.
IV. O pedagogo não é formado para atuar na gestão educacional, pois essa formação está prevista em cursos de pós-graduação.

Assinale a alternativa correta:

a) Apenas as alternativas I e III estão corretas.
b) Apenas as alternativas II e IV estão corretas.
c) Apenas as alternativas II e III estão corretas.
d) Apenas a alternativa III é correta.
e) Apenas a alternativa IV é correta.

2. De acordo com Canário (1999), seria por meio da Andragogia, considerada por Knowles como a "nova arte da formação", que se tornaria possível acabar com a forma de educar os adultos como se fossem crianças, deixando de lado o modelo pedagógico consolidado na forma escolar tradicional.

A respeito da metodologia denominada andragogia, assinale V para Verdadeiro e F para Falso.

( ) Pode ser aplicada em classes de adultos e de educação infantil.
( ) Aprendizagem encarada como resolução de problemas e tarefas da vida cotidiana.
( ) Os educandos apenas sabem que devem aprender aquilo que o professor lhes ensina.
( ) Os estudantes devem participar da elaboração do programa de estudos que deve ser efetivo para o conteúdo e para o processo de aprendizagem.

Assinale a alternativa que indica a sequência correta de afirmações verdadeiras e falsas.

a) V – F – F – V.
b) V – V – F – V.
c) F – F – V – F.
d) F – V – F – V.
e) F – F – V – V.

3. Os estudos revelam que os adultos aprendem de modo diferente das crianças. Uma metodologia que se encontra em processo de ascensão é a heutagogia, bastante utilizada em cursos de ensino superior.

A respeito das características dessa metodologia, é correto afirmar que:

I. Os papéis de professor e aluno não deixam de existir.
II. O aprendiz determina o que, como e quando deve ser aprendido.
III. O domínio das tecnologias de informação é indispensável.
IV. A autonomia do aluno deve ser considerada como a principal característica.

Marque a alternativa correta:

a) Apenas as alternativas I e IV estão corretas.
b) Apenas as alternativas II e III estão corretas.
c) Apenas as alternativas II, III e IV estão corretas.
d) Apenas a alternativa III está correta.
e) Apenas a alternativa IV está correta.

Seção 2.2

O pedagogo em espaços não escolares

Diálogo aberto

Caro estudante, a presente seção trata de uma nova demanda social que exige a atuação do pedagogo nos locais em que o trabalho pedagógico planejado, organizado e voltado aos objetivos sumariamente formativos e educacionais são necessários.

Por acaso, você já se deparou refletindo a respeito das crianças que estão nas esquinas das ruas de sua cidade muitas vezes vendendo algum produto ou simplesmente pedindo trocados? Já refletiu sobre a questão do direito constitucional ao acesso à educação desses sujeitos?

Diante desse contexto, recorde-se das reflexões que você tem feito com a pedagoga Ana Paula sobre as possibilidades de atuação em espaços não escolares, diferentemente do que ela tem feito há oito anos. Tendo em vista tal possibilidade, Ana Paula percebeu o quanto sua formação poderá auxiliar no desenvolvimento humano de tantos outros sujeitos nesses espaços. Refletindo sobre a realidade social de muitos sujeitos, buscou enriquecer o seu processo de formação profissional continuada, pois as desigualdades sociais e o fato de muitos alunos deixarem de frequentar a escola por problemas sociais ou de saúde é uma realidade frequente em nosso país. Percebeu que com as transformações sociais o conceito de educação se ampliou, atingindo espaços importantes de formação humana, os quais complementam as ações da escola.

Nesse sentido, quais as mudanças sociais que você consegue identificar e em quais Ana Paula poderia atuar como pedagoga, colaborar com sua organização, ampliação e desenvolvimento? De que forma as políticas educacionais possibilitam a inserção do pedagogo em espaços não escolares? Quais as atividades que poderão ser desenvolvidas em espaços não escolares?

Assim, a seção lhe auxiliará na compreensão das mudanças sociais e apresentará a necessidade de se educar em espaços não escolares, já postas pelas políticas educacionais, possibilitando que você conheça a atuação do pedagogo não escolar. Abordaremos, ainda, a complexidade do contexto social e político do pedagogo nesses espaços, tendo em vista a proposta de formação definida nas Diretrizes Nacionais do Curso de Pedagogia, de modo que você estabeleça a necessidade de atuação pedagógica nos espaços para além da escola.

Bons estudos!

Atuação do pedagogo em espaços não escolares

A formação do pedagogo lhe dá uma ampla possibilidade de atuação, isso já garantido pela legislação e ainda em processo de reconhecimento social. Se ainda vemos problemas no reconhecimento das funções pedagógicas no âmbito escolar, nos espaços não escolares esse processo é um tanto mais complexo. As Diretrizes Curriculares (DCN) do curso de Pedagogia dão um redirecionamento ao profissional a fim de que ele atue em espaços não-escolares e que necessitem, tanto da organização pedagógica, como da ação direta do pedagogo em algumas ações.

A consideração dada pela DCN possibilita a atuação do pedagogo em espaços para além da escola e indica a necessidade de uma nova demanda social que deve ser suprida, o que evidencia que a pedagogia não está restrita e não deve restringir-se à docência. Nesse sentido, é importante salientar os espaços de educação informal e não formal que são disponibilizados. A escola é, sumariamente, um espaço de educação formal, uma vez que o sistema educacional é organizado e sistematizado a partir de normas, diretrizes e toda uma estrutura específica para atender aos objetivos formais previstos e, de certa forma, impostos pelo currículo previamente estabelecido.

Muitas organizações sociais requerem os conhecimentos de profissionais da área de educação e de outras áreas (psicólogos, assistentes sociais, educadores físicos, profissionais da saúde, etc.) a fim de constituir um processo de atendimento social interdisciplinar e multidisciplinar. A formação do pedagogo atende a uma dada demanda tendo em vista os encaminhamentos necessários à compreensão da educação em espaços não escolares que possui.

O pedagogo detém conhecimento necessário para elaborar, desenvolver, aplicar, gerir administrar e avaliar projetos educativos tanto em instituições formais como não formais com o objetivo de democratizar o saber socialmente construído e contribuir para os processos de formação dos seres humanos em suas diferentes fases da vida e ambiente sociais. Nesse sentido cabe ao pedagogo estabelecer as relações necessárias a respeito das políticas educacionais de modo a garantir o direito à educação, realizando intervenções adequadas ao cumprimento do preceito constitucional.

A Diretriz Curricular Nacional para o Curso de Pedagogia, Resolução CNE/CP Nº 1, de 15 de maio de 2006, traz algumas recomendações específicas que cabem ser reproduzidas para auxiliar o entendimento do que significa a atuação do pedagogo em espaços não escolares, tais como:

> Parágrafo único. As atividades docentes também compreendem participação na organização e gestão de sistemas e instituições de ensino, englobando:
> [...]
> IV - trabalhar, em espaços escolares e não-escolares, na promoção da aprendizagem de sujeitos em diferentes fases do desenvolvimento humano, em diversos níveis e modalidades do processo educativo;
> [...]
> IX - identificar problemas socioculturais e educacionais com postura investigativa, integrativa e propositiva em face de realidades complexas, com vistas a contribuir para superação de exclusões sociais, étnico-raciais, econômicas, culturais, religiosas, políticas e outras;
> X - demonstrar consciência da diversidade, respeitando as diferenças de natureza ambiental-ecológica, étnico-racial, de gêneros, faixas geracionais, classes sociais, religiões, necessidades especiais, escolhas sexuais, entre outras;
> XI - desenvolver trabalho em equipe, estabelecendo diálogo entre a área educacional e as demais áreas do conhecimento; (BRASIL, 2006, p. 2).

A partir dessas definições, pode-se dizer que a educação não escolar ocorre em espaços educativos não formais, ou seja, espaços de educação não sistematizados, que não se organizam de acordo com as normativas a que as escolas estão submetidas, caracterizando-se por experiências diárias específicas e apresentando relação direta com a vida. Esses espaços são mecanismos de garantia de direitos humanos, uma vez que na Constituição Federal de 1988, a educação é direito inalienável de todo cidadão. Os espaços não escolares priorizam, em sua grande maioria, a educação em direitos humanos, entendendo-a como uma educação permanente, que não se restringe apenas aos conhecimentos racionais e à aprendizagem cognitiva desenvolvidos na escola.

Há de se considerar ainda as questões afetivas e valorativas que precisam receber atenção em tais espaços, tendo em vista que o número de crianças, adolescentes e jovens em situação de risco é elevado, e é nesse sentido que a educação não escolar deve contribuir com a formação humana. As ações das quais estamos falando abrangem um campo da educação amplo, focado no atendimento a questões também amplas, que envolvem processos educativos relacionados ao social. Outras formas de atuação do profissional pedagogo serão abordadas em outros momentos, mas aqui é importante que

você compreenda a dimensão social da educação, portanto, da atuação do pedagogo nesses contextos de direitos humanos.

A educação como fator social amplo não ocorre apenas nas instituições formais de ensino, sendo também pertencente a espaços não escolares e sociais. Para isso, há necessidade em se desenvolver as funções pedagógicas nesses espaços com saberes específicos, oferecidos por meio do curso de pedagogia, o qual detém conhecimentos pedagógicos e científicos na área da educação, capazes de contribuir para a construção de princípios e fundamentos da aprendizagem intrínsecos aos propósitos da educação. Cabe, portanto, ao pedagogo a função de gerir os espaços não escolares, conhecendo e reconhecendo as necessidades impostas pela atual organização social, e, assim, abrir novos espaços de atuação, como: organizações não governamentais, empresas, hospitais, espaços especializados em inclusão social e educação especial, sindicatos e outras associações, secretarias governamentais, entre outros.

Assimile

A prática educativa compõe uma prática social que permite compreender que a primeira ocorre em diferentes espaços na sociedade e de várias maneiras. Quando se fala em prática educativa, logo se pensa em um processo de ensino-aprendizagem que acontece exclusivamente no ambiente escolar, mas com a compreensão dessa prática, como uma prática social, a educação pode ser considerada de outra forma. Passar a estabelecer o processo de ensino-aprendizagem de uma maneira ampla, em que o ser humano, protagonista desse processo, é entendido como um ser que vive e se desenvolve socialmente, torna lógica a conclusão de que a todo o momento e em todos os lugares ele ensina ou aprende algo. É a partir dessa lógica que a educação social pode ser compreendida e reconhecida. Eventualmente é redundante adjetivar a educação de social, uma vez que a prática educativa é social por si mesma. Talvez o termo social apareça como um adjetivo, justamente para demarcar uma visão de educação que não é a mesma referente à de transmissão de conteúdos escolares ou que representem perspectivas. (MACHADO, 2010, p. 45)

Uma das modalidades de educação não escolar de grande importância na conjuntura atual é a pedagogia social, em que o pedagogo atua como mediador de conflitos e estabelece as relações necessárias a fim de que os educandos recebam apoio educacional. Para que tal objetivo seja efetivamente atendido, o pedagogo e os demais profissionais devem ser preparados para analisar e interpretar os fatos sociais que constituem a individualidade

dos sujeitos e também para conviver com diferentes culturas e modos de perceber a vida. O apoio dado pela pedagogia social permite às pessoas momentos de reflexão sobre suas ações e as formas que constituem a realidade, portanto, o pedagogo que atua por esse viés deve compreender que a pedagogia social se dá por meio de um trabalho efetivo junto a grupos de excluídos que sofreram diretamente as consequências da desigualdade, da marginalização, do conflito social e do abandono, atuando para amenizar os problemas que se configuram em uma sociedade de classes.

> “Historicamente, o termo Pedagogia Social foi usado inicialmente para referir-se às teorias da educação e/ou a uma determinada área da Ciência da Educação. O conceito deu lugar a ideias opostas a abordagens individualistas de Educação. A Pedagogia Social como conceito da teoria educacional e como campo de estudo originou-se como crítica da educação focada no desenvolvimento dos indivíduos sem considerar as dimensões da existência humana. (OTTO, 2009, p.35)

A Pedagogia social não visa a adaptação dos indivíduos à ordem capitalista. Sua origem é marcada exatamente para questionar e transformar a lógica de mercado e dos privilégios de classe. Desse modo, ela exige um olhar integral da constituição humana e respeita as questões individuais, devem resultar em ações e projetos que considerem as diferenças e, ao mesmo tempo, resultem em mudanças de paradigmas, na transformação das concepções elitistas que acompanham a leitura do fracasso social, sempre permeado pelo senso crítico. A pedagogia social, portanto, de caráter intencional, com o objetivo da representatividade junto aos interesses das minorias, deve amparar-se na não violência, mas questionar os fatores que a geram, não desconsiderando os espaços de educação formal, mas com posicionamento crítico sobre as instituições que representam a ideologia do Estado burguês.

Saiba mais

Sugerimos o e-book *Fundamentos da Pedagogia Social*, um ótimo material que trata dos fundamentos históricos da Pedagogia Social, incluindo o desenvolvimento do trabalho em outros países, em que a profissão já alcança um reconhecimento social bastante relevante. Atente-se, especialmente, para a leitura das páginas 15 a 28 disponíveis no material a seguir:

MACHADO, E. R. Fundamentos da Pedagogia Social. Paraná: Unicentro, [s.d.].

Os espaços não escolares não possuem o objetivo educacional como fim, a exemplo da escola, que é reconhecidamente a instituição responsável pela socialização do saber histórico e científico. As instituições não escolares não possuem a intenção direta na promoção da educação, no entanto, organiza sua estrutura a partir dela. Para Libâneo:

> “O campo do educativo é bastante vasto, uma vez que a educação ocorre em muitos lugares e sob variadas modalidades: família, no trabalho, na rua, na fábrica, nos meios de comunicação, na política, na escola. Ou seja, ela não se refere apenas às práticas escolares, mas a um imenso conjunto de outras práticas educativas. Ora, se há uma diversidade de práticas educativas, há também uma diversidade de pedagogias: a pedagogia familiar, a pedagogia sindical, a pedagogia dos meios de comunicação, a pedagogia dos movimentos sociais etc., e também, obviamente, a pedagogia escolar. (2002, p. 33)

Uma vez que existem espaços que exijam conhecimentos pedagógicos, mesmo no que diz respeito à gestão ou organização do trabalho pedagógico em sala de aula, há a necessidade de um pedagogo e de pedagogias específicas para tais espaços. Ou seja, o pedagogo atua em diferentes frentes, na gestão e em sala de aula, uma vez que precisa compreender todo o trabalho administrativo-pedagógico, e não apenas metodológico e de conteúdo da sala de aula. Por isso, a organização do trabalho pedagógico está além desse limite.

A rua, como um ambiente externo à escola, mas parte da vida do aluno, é o principal lugar em que as pessoas se sentem tentados a frequentar, uma vez que oferece prazer e diversão. Muitos alunos faltam às aulas para deixar-se levar pelas surpresas que a rua oferece, sendo exatamente esse o maior obstáculo da escola. A rua dá a possibilidade de diversão vulgarizada, a liberdade para burlar regras e leis, de submeter-se à marginalidade, à violência, ao crime, à prostituição, ao uso de drogas, entre outros fatores extremamente negativos e adversos aos valores propostos pela escola. É preciso considerar a vivência dos alunos nesses espaços externos e partir de um planejamento que considere todo esse contexto porque os alunos trazem suas experiências para dentro da escola, e entendê-los em suas múltiplas determinações ajuda o professor a fazer intervenções mais adequadas e que darão maior resultado. Em espaços não escolares, o profissional faz outro tipo de planejamento, com objetivos parecidos, mas considerando uma gama extensa que envolve a vida das pessoas com as quais vai atuar em processos de aprendizagem.

Reflita

É importante considerar que, pelo fato da Pedagogia Social ser, no Brasil, uma área ainda recente, as publicações e discussões estão sendo formuladas em diferentes lugares e também com diferentes enfoques e perspectivas. Existem relatos de eventos que discutiram a Pedagogia Social e/ou a Educação Social em algumas universidades e que evidenciam a realização de atividades isoladas ou regionais (MACHADO, 2010, p. 123). A realidade educacional é multifacetada, apresentando-se sob diferentes perspectivas e necessidades. Assim sendo, qual a importância do desenvolvimento teórico e prático referente à pedagogia social e à possibilidade de mediação do saber em espaços não-escolares?

Na sua formação em Pedagogia, onde consegue identificar subsídios necessários para uma futura atuação como pedagogo não escolar? Quais conhecimentos podem lhe ajudar a entender suas possibilidades profissionais fora do ambiente escolar formal ou institucionalizado?

Atualmente várias crianças, adolescentes e jovens estão em situações de risco, no entanto, a rua não possui apenas fatores negativos, pois também se configura como local de trabalho, na presença do Estado e de leis. Quando crianças e jovens, em idade escolar, são submetidos ao trabalho forçado ou necessário ao sustento da família, acabam por abandonar a escola, buscam meios ilícitos de ações, caindo na marginalidade e contribuindo para aumentar os índices de violência e criminalidade. Essa é uma realidade que já não é apenas característica das grandes cidades.

Daí surge a necessidade de se ter um profissional capacitado para avaliar o meio social em que os sujeitos estão inseridos, que seja capaz de considerar a realidade social das crianças e que, ao mesmo tempo, compreenda a importância do processo educacional a fim de desenvolver mecanismos para que retornem às escolas, e se, por algum motivo, esse processo não for possível, deve-se educar tais sujeitos onde estiverem. Foi em função dessa necessidade que surgiu a pedagogia social com o intuito de orientar os sujeitos que se desviaram do processo de educação formal para que construam suas identidades, tornando-se pessoas críticas, constituindo uma visão de mundo e de realidade capaz de conduzi-las à transformação, que busca, como defende Moraes (2007, p. 8) "[...] reflexão pautada na ação para a transformação, ou seja, como agentes sociais de mudança, um trabalho vinculado à família, à comunidade, à cultura, à sociedade".

O trabalho educativo assim desenvolvido possui uma outra característica que não a de sistematização dos conhecimentos científicos que são desenvolvidos na escola, mas de subsidiá-los o suficiente a fim de que compreendam

o mundo e construam uma filosofia própria a partir do ambiente em que se inserem. É um trabalho de desenvolvimento da consciência da realidade social amplamente necessária de modo que estabeleçam as relações necessárias à transformação.

Exemplificando

Uma das características das instituições de educação não formais como as ONG's é a flexibilidade quanto aos conhecimentos trabalhados, e também referente à estrutura e organização do espaço, sendo modificados de acordo com as necessidade que se configuram no desenvolvimento das atividades planejadas e dos objetivos almejados e baseados em princípios, tais como: apresentar-se sob caráter voluntário, proporcionar elementos para a socialização e solidariedade; visar o desenvolvimento social; favorecer a participação coletiva; proporcionar a investigação e, sobretudo, proporcionar a participação dos membros do grupo de forma descentralizada. O que deve ser priorizado é o anseio da comunidade com a qual se pretender trabalhar, como atendimento a adolescentes grávidas, dependentes químicos, portadores de doenças específicas (HIV, câncer, etc.), entre outros.

A conjuntura atual da sociedade capitalista produz circunstâncias nas quais há necessidade imediata de intervenção, cabendo ao pedagogo, nesses casos, detectar e analisar os problemas sociais, atuando para atenuar suas causas com conhecimento e organização de modo formal, promovendo a devida orientação, formando e informando aos sujeitos que se encontram em situação de marginalização. Assim sendo, o papel do trabalho pedagógico passa a ser o de promoção da educação integral, orientando os indivíduos para que organizem seu processo de aprendizagem e desenvolvam sua autonomia de decisão com responsabilidade, promovendo o desenvolvimento da humanidade e a construção da cidadania. Os conhecimentos nas áreas de gestão, psicologia, sociologia e serviço social são fundamentais para tal atuação, uma vez que o pedagogo deverá organizar e coordenar projetos sociais, equipes e também prever e prestar contas de recursos financeiros.

Muitas vezes o pedagogo não escolar sente-se impotente e julga que sua intervenção é de difícil realização ou a considera impossível quanto à modificação da realidade dos sujeitos, tendo em vista as condições a que estão submetidos. Os casos de abuso sexual, nessas situações são bastante comuns, o que exige a participação de outros profissionais, no entanto, a habilidade do pedagogo de mobilizar os encaminhamentos corretos de cada profissional faz toda a diferença.

O trabalho junto ao ser humano envolve sua compreensão nos diferentes aspectos de formação humana, cabendo ao pedagogo estabelecer seu próprio espaço, construir seus referenciais teóricos, estabelecer seus objetivos de ação, respeitar o contexto e, ao mesmo tempo, não desistir em transformá-lo, pois o processo cultural, político e econômico estão em constantes mudanças.

Sem medo de errar

A pedagogia não escolar possui um compromisso diante da realidade que se estabelece com os sujeitos envolvidos, os quais possuem, além de suas características individuais, fortes marcas impostas pela sociedade. O pedagogo não escolar auxilia, ao refletir sobre a dura realidade social, sendo capaz de conduzir o processo educacional libertador. Ana Paula percebeu o quanto sua atuação poderá colaborar para ampliar o desenvolvimento de pessoas que não mais frequentam as instituições formais de educação e buscou informações compatíveis com seus interesses.

Desse modo a ação pedagógica de Ana Paula poderá direcionar-se a espaços hospitalares, auxiliando os educandos a manterem o contato com o processo escolar mesmo enquanto têm sua saúde atendida. O pedagogo hospitalar não só garante o desenvolvimento educacional do internado como também dá apoio aos familiares. O importante nesse processo é sempre considerar o bom desenvolvimento educacional e médico do aluno.

Outra possibilidade de atuação de Ana Paula poderá ser em ONG's ou mesmo em projetos na rua, tendo focos específicos de trabalho. Nesses espaços há necessidade de que nossa pedagoga organize projetos, estabeleça objetivos claros, acompanhe sua equipe, avalie os resultados obtidos e reveja ações. É um trabalho que se estabelece de forma a superar os problemas sociais que acometem os sujeitos que são colocados à margem do desenvolvimento social e que perderam, muitas vezes por completo, a identidade e a dignidade.

As políticas públicas possibilitam a formação do pedagogo voltado às causas sociais específicas por meio da inserção em projetos da pedagogia não escolar, por meio de discussões que se direcionam a tais questões, questões necessárias ao subsídio teórico e prático do futuro profissional. Desse modo, as atividades planejadas devem realizar-se buscando agregar conhecimentos e reflexões sobre os problemas enfrentados pelo grupo, tais como: grupos focais, palestras específicas de orientação aos cuidados referentes aos problemas majoritários do grupo, produção de materiais informativos pelo próprio grupo de alunos, enfim, atividades em que os sujeitos se sintam pertencentes à sociedade e que a tomada de decisões seja efetivamente coletiva.

Saber que sua atuação deve se dar, ainda mais, em conjunto com outros profissionais, em espaços não escolares, é papel do pedagogo. A exemplo disso temos a relação entre Pedagogia e Assistência Social, que pode ser observada em *O trabalho do pedagogo nas entidades sociais: análise das ações pedagógicas integradas às políticas públicas de assistência social*, referenciado ao final da seção.

Esse é só um exemplo da atuação do pedagogo com outros profissionais, mas as possibilidades são vastas e o pedagogo que atua em espaços não escolares deve procurar entender essas possibilidades, sempre pesquisando mais.

Faça valer a pena

1. As Diretrizes Curriculares do curso de Pedagogia dão um redirecionamento ao profissional a fim de que ele atue em espaços não escolares que necessitem tanto da organização pedagógica como da ação direta do pedagogo em algumas ações.

Com base no que prevê as Diretrizes Curriculares do curso de Pedagogia, assinale a alternativa correta sobre o contexto de atuação do pedagogo em espaços não escolares.

a) Demonstrar consciência de alguma diversidade, mas respeitando as diferenças de natureza ambiental-ecológica, étnico-racial, de gêneros, faixas geracionais, classes sociais, religiões, necessidades especiais, escolhas sexuais, entre outras, que ocorrem esporadicamente no Brasil.
b) Identificar problemas socioculturais e educacionais com postura investigativa, integrativa e propositiva no que se refere a realidades complexas no Brasil com o objetivo de contribuir para a superação de exclusões sociais, étnico-raciais, econômicas, culturais, religiosas, políticas e outras.
c) Desenvolver um trabalho individual estabelecendo diálogo entre a área educacional e as demais áreas do conhecimento, mas compreendendo que não é possível atuar em conjunto com outros profissionais tendo em vista que a infraestrutura das organizações não formais não permitem muitas possibilidades de trabalho integrado.
d) Trabalhar em espaços escolares e não-escolares na promoção da aprendizagem de sujeitos na fase da educação infantil, em seu desenvolvimento humano, em processos educativos.
e) Entender as políticas educacionais e as possibilidades de atuação do pedagogo em espaços não escolares, independentemente do contexto social e político que se estabelece.

2. Por se tratar de uma educação para um público diferenciado, o pedagogo social que atua em diversos espaços não escolares deve compreender o processo de consti-

tuição dos sujeitos em sua individualidade, desenvolvendo uma escuta atenciosa para que possa trabalhar de forma integral. Ele precisa agir pensando e refletindo no sujeito como um ser completo, íntegro.

Quanto à atuação do pedagogo social, é correto afirmar que:

I. A Pedagogia Social, como conceito da teoria educacional e como campo de estudo, originou-se como crítica à educação focada no desenvolvimento dos indivíduos sem considerar as dimensões da existência humana.
II. Uma das modalidades de educação não escolar de grande importância na conjuntura atual é a pedagogia social, em que o pedagogo atua como mediador de conflitos e estabelece as relações necessárias a fim de que os educandos recebam apenas atendimento assistencial.
III. A pedagogia social se constitui como um trabalho efetivo junto a grupos de excluídos, que sofreram diretamente as consequências da desigualdade, da marginalização, do conflito social e do abandono.
IV. Uma das características das instituições de educação não formais, como as ONG's, é a flexibilidade quanto aos conhecimentos trabalhados e também referente à estrutura e organização do espaço.

A partir da análise do excerto acima, marque a alternativa correta.

a) Apenas as alternativas I e III estão corretas.
b) Apenas as alternativas II e III estão corretas.
c) Apenas as alternativas I, III e IV estão corretas.
d) Apenas as alternativas I e IV estão corretas.
e) Apenas as alternativas III e IV estão corretas.

3. "Os elementos econômicos, sociais, políticos e educacionais estão totalmente relacionados e configuram o contexto em que a sociedade se desenvolve. São questões indissociáveis, que podem contribuir no entendimento da constituição da Pedagogia Social na realidade educacional brasileira" (MACHADO, 2010, p. 146). Sabemos que há ainda grande abandono da escola por muitos estudantes, os quais acabam por educar-se nas ruas, sendo fundamental a organização de um trabalho pedagógico.

Nesse sentido, é correto afirmar que:

I. As Diretrizes Curriculares do Curso de pedagogia não preveem a formação do pedagogo para atuar na rua, pois é competência do Conselheiro Tutelar.
II. As crianças e os adolescentes, sem exceção, abandonam a escola por preguiça de estudar e consideram a rua um ambiente mais divertido.
III. Cabe ao pedagogo organizar projetos para possibilitar o desenvolvimento educacional àqueles que, por algum motivo, deixaram de frequentar a instituição escolar.
IV. O trabalho educativo assim desenvolvido não possui a característica de sistematização dos conhecimentos científicos que são desenvolvidos na escola, mas

de subsidiar os sujeitos a fim de que compreendam o mundo e construam uma filosofia própria.

Utilizando os conhecimentos, marque a alternativa correta.

a) Apenas as alternativas I, II e IV estão corretas.
b) Apenas as alternativas I e II estão corretas.
c) Apenas as alternativas II e III estão corretas.
d) Apenas as alternativas III e IV estão corretas.
e) Apenas as alternativas II, III e IV estão corretas.

Seção 2.3

Intervenção do pedagogo não escolar

Diálogo aberto

A realidade social no Brasil é marcada por extrema desigualdade, de modo que reflete, sobretudo, no desenvolvimento escolar dos alunos. Muitos acabam por abandonar a escola, seja por dificuldades de aprendizagem, fruto de precárias condições de vida, seja pela necessidade financeira, levando-os a ajudar na manutenção da família. O contexto social clama, assim, pela atuação de diferentes profissionais responsáveis por amenizar os problemas sociais e resgatar a dignidade de vida de muitas pessoas.

As reflexões no campo educacional nos fazem concluir que não basta atuarmos nos espaços de educação formal, pois as pessoas frequentam outros espaços, tanto formais quanto informais, e possuem o direito ao desenvolvimento educacional em sua plenitude. Dessa forma, justifica-se o trabalho e a atuação do pedagogo não escolar, tendo em vista seu compromisso social de auxiliar na constituição de identidades, buscando a reflexão junto aos diversos grupos a respeito da realidade social opressora e desigual que nos cerca, e, com isso, possibilitar a atuação da educação em mecanismos de transformação social por meio da garantia dos direitos constitucionais.

Você já pensou em como as pessoas que abandonam os bancos escolares sentem-se diante de uma sociedade letrada como a nossa, que a todo momento apresenta novos resultados, fruto do desenvolvimento do conhecimento científico? Já pensou se essas pessoas se sentem pertencentes à sociedade da qual devemos nos compreender como sujeitos ativos, uma vez que muitos já sofreram a exclusão no sistema educacional?

A partir da história da profissão do pedagogo, do conhecimento da legislação, que embasa a profissão em espaços não escolares, e da compreensão do seu papel nesses diferentes espaços, é possível fazer escolhas conscientes e fundamentadas para realizar intervenções didático-pedagógicas nos diferentes processos que envolvem a aprendizagem.

Tendo em vista sua reflexão a respeito da importância do pedagogo não escolar, de que forma você auxiliaria Ana Paula a concluir que a intervenção do pedagogo em espaços não escolares é de suma importância, uma vez que contribui com o desenvolvimento integral dos sujeitos? Quais os desafios e limites que deveriam ser pensados e discutidos com ela? De que forma você levantaria, junto à Ana Paula, a necessidade do reconhecimento social do pedagogo escolar, ou seja, a valorização de seu trabalho pela comunidade?

Essa seção tem o papel de levá-lo a compreender as dificuldades da constituição do pedagogo não escolar em termos de profissionalização e atuação, bem como de possibilidades de bem desenvolver seu trabalho. Conhecer os grandes desafios profissionais que emergem da profissão o lavará a desenvolver um compromisso maior com sua formação, e é por esse motivo que conteúdos como os desafios da atuação do pedagogo em espaços não escolares, o reconhecimento profissional do pedagogo não escolar e os espaços não escolares de possível atuação serão abordados nas próximas páginas.

Bons estudos e ótimas reflexões!

Não pode faltar

O pedagogo não escolar como interventor da realidade educacional: em busca do reconhecimento social

A história da pedagogia no Brasil sempre se estruturou por necessidades sociais estabelecidas a cada contexto histórico, de modo que no final do século XX se apontavam necessidades para além dos espaços escolares, até então, principal local de atuação deste profissional, cuja origem epistemológica do termo está vinculada à escola. À medida que a sociedade capitalista se reestrutura, novas demandas se fazem necessárias e, dessa forma, também o papel e a função do pedagogo se reestabelecem. No atual contexto, há, portanto, a necessidade de que o pedagogo seja um profissional qualificado para atuar também em espaços não escolares, de acordo com o proposto nas Diretrizes Curriculares Nacionais do curso de pedagogia.

Assimile

As mudanças frente às necessidades sociais permitiram avanços significativos em relação à estrutura organizacional a fim de que se consolidasse a pedagogia não escolar sob o enfoque da pedagogia social no Brasil. Constituir e estabelecer sua importância é compreender a necessidade de superar a concepção de que seu objetivo é exclusivamente de trabalho assistencial, sem compromisso educativo.

A valorização do campo da pedagogia não escolar se estabelece diante da organização e luta de modo a pressionar o Estado a fim de que se garanta o direito à educação a todos os cidadãos. Desse modo, os avanços da pedagogia social no Brasil se registram nas suas dimensões política, epistemológica, sociopedagógica e cultural. Destaca-se, no meio acadêmico, a ampliação de estudos e pesquisas da educação para além das questões tradicionais sobre a responsabilidade da escola.

Se a conquista do espaço na escola ainda é um processo desafiador, tendo em vista o preconceito que ainda está por trás do trabalho pedagógico desenvolvido em espaços não escolares, podemos dizer que esse desafio se amplia não só pelo reconhecimento do trabalho, mas também pelas dificuldades em desenvolvê-lo, até mesmo porque o grande objetivo da pedagogia social, de modo geral, é a transformação social do contexto que se apresenta na atualidade. Desse modo, a pedagogia não escolar compromete-se a construir conhecimentos na vertente crítica da educação.

Nesse sentido, devemos levar em consideração o processo de exploração que caracteriza a história do Brasil de modo a excluir indígenas e negros dos processos educativos. À medida em que o desenvolvimento econômico brasileiro cumpre com os objetivos capitalistas, não só indígenas e negros são excluídos, mas a grande massa da população pertencente à classe trabalhadora, incluindo mulheres e homossexuais. Os projetos desenvolvidos por instituições educativas buscam, assim, destinar relevante atenção a esses grupos que ainda sofrem grande discriminação social.

Se o objetivo em si já se põe como desafiador, a ação do pedagogo não escolar vai muito além de uma simples atuação profissional, mas também se estabelece e se efetiva a partir de determinada concepção filosófica, sociológica, histórica e psicológica, ou seja, neutralidade é uma palavra que não se estabelece na *práxis* educativa do pedagogo não escolar, tendo em vista que sempre se educa com uma finalidade específica e de acordo com um projeto educativo e uma concepção de sociedade.

> “A ação educativa nesse âmbito constitui-se num processo de criação e recriação do conhecimento que parte de uma determinada teoria dialética do conhecimento, pois parte da prática, teoriza sobre ela e volta à prática para transformá-la, ou seja, parte do concreto, realiza um processo de abstração e regressa ao concreto, num movimento reflexivo crítico e sistematizador –ação/reflexão/ação. Essa abstração busca penetrar nas raízes da realidade concreta, descobrir seu movimento interno, suas causas e suas leis, buscando desvelar suas contradições, para lucidamente poder transformá-la. (GRACIAN, 2006, p. 6)

Para o pedagogo não escolar, a necessidade do desenvolvimento da visão crítica da prática social é indispensável, a leitura dos clássicos no processo de formação é condição *cine qua non* a fim de se constituir uma atitude questionadora diante das adversidades sociais. Essa questão pode ser apontada como um grande desafio à formação do pedagogo não escolar, tendo em vista as abordagens que se discutem no interior dos diversos cursos de graduação, nas

diversas Instituições de ensino superior e nas modalidades por elas ofertadas, ou seja, nem sempre haverá, ainda na graduação, a condição objetiva real para que o futuro profissional possua subsídios teóricos que auxiliem sua atuação para além da escola.

Dito isso, reiteramos que o desafio que se coloca é, de fato, que o pedagogo não escolar tenha plena consciência de seu papel como agente de transformação social, disponibilizando-se constantemente a aprofundar e ampliar seus conhecimentos sobre as ações educativas voltadas a permitir aos sujeitos da classe popular sua ação na constituição da história como sujeitos ativos.

> "O processo de construção do conhecimento tem como ponto de partida sempre a prática, que nos dá os dados sensoriais, via percepção da realidade objetiva, e a abstração nos permite realizar um ordenamento lógico dessas percepções, relacionando-as entre si, até formularmos conceitos. Com o descobrimento das contradições internas da realidade social, podemos elaborar deduções e juízos próprios, passando do conhecimento empírico a um conhecimento racional teórico. Nesse sentido, a prática social será a fonte dos conhecimentos e o critério de sua verdade possível. Para teorizar, é preciso uma reflexão significativa que leve em conta os seguintes pontos: realizar um processo ordenado de abstração por meio de aproximações sucessivas, com muita coerência, e há que se ter uma visão totalizadora da realidade captada na articulação dinâmica e conjunta. (GRACIAN, 2006, p. 6)

Entendemos que toda ação educativa visa o desenvolvimento das capacidades e potencial do ser humano em sua plenitude, ao que denominamos de educação integral, ou seja, visa oferecer as condições necessárias para que o sujeito pense e aja de forma autônoma e independente a fim de que se constitua o bem comum à sociedade como um todo.

O olhar que deve ser direcionado aos sujeitos que foram excluídos do sistema escolar é o de instrumentalizá-los à compreensão da realidade, e, para isso, deve-se considerá-los sujeitos concretos, que possuem sua história e constituição individual, com seus valores, medos, experiências e expectativas. Conhecer tais características é fundamental a fim de que se possa estabelecer um processo educativo que almeje o alcance dos objetivos que a pedagogia não escolar pressupõe. Há de se considerar no trabalho do pedagogo não escolar que as crianças, os adolescentes e todos os excluídos do sistema educacional formal buscam a própria subsistência e lutam diariamente pela sobrevivência todos os dias em condições extremamente precárias e desumanas.

Esse trabalho exige alguns pontos essenciais para que de fato se concretize, tendo em vista que não possui a formalidade e a sistematização existente nos ambientes escolares formais. Há necessidade de focar questões importantes, como as apontadas por Arruda:

> “a. Auxiliar na apropriação pelos educandos de todo conhecimento científico, histórico, político, cultural acumulado pela humanidade ao longo da história e que possa servir às suas necessidades e objetivos específicos;
> b. Auxiliar na apropriação dos instrumentos de avaliação crítica daqueles conhecimentos, de modo que os educandos possam identificar seu caráter histórico-cultural e se proponham a renová-lo, atualizá-lo e mesmo recriá-lo; e
> c. O mais importante, auxiliar na apropriação pelos educandos dos instrumentos adequados para a teorização da própria prática e, mais ainda, nas suas diversas dimensões, quer dizer, para a criação de novos conhecimentos, adequados aos seus objetivos de transformação da realidade, do mundo, de si próprios. (ARRUDA, 1988, p. 3)

A responsabilidade por articular as três tarefas é um desafio constante ao exercício profissional, tendo em vista que canaliza esforços para que os educandos, ao se apropriarem do conhecimento, ao mesmo tempo, exerçam a cidadania em plenitude, o que pressupõe participar democraticamente da vida social. São, portanto, princípios da educação libertadora defendida por Paulo Freire em oposição à educação bancária e domesticadora, ainda comum nos espaços educativos, tanto escolares como não escolares, a qual reduz os sujeitos a meros recipientes, alvo de saberes despidos de criticidade e construção coletiva.

Compreender a educação libertadora é construir um trabalho na adversidade social, não se caracterizando como uma tarefa fácil, dificultando o reconhecimento social, haja vista que a sociedade capitalista, que se baseia na exploração dos homens pelos homens, deseja a manutenção da ordem já dada.

Reflita

Os motivos que levam os alunos a abandonarem a escola permeiam desde as dificuldades de aprendizagem até as necessidades financeiras que os levam a auxiliar a sobrevivência da família. A pedagogia não escolar permite que esses sujeitos continuem a desenvolver suas potencialidades. Fundamentada na pedagogia libertadora de Paulo Freire, o principal foco de desenvolvimento é a criticidade frente à realidade

social. A partir do momento em que se discute o quanto a sociedade capitalista e suas instituições oprimem a classe trabalhadora e a forma como se estabelece as relações de poder diante da ideologia dominante, o nível de reflexão a respeito das problemáticas sociais é aprofundado. Considerando que tal trabalho visa o desenvolvimento da autonomia intelectual dos indivíduos tendo como prerrogativa a transformação social, quais questões seriam necessárias ao se trabalhar com adolescentes que abandonaram o espaço escolar?

Educar socialmente sujeitos que já passaram por um processo de exclusão significa posiciona-se contra a ordem, significa não aceitar as regras impostas como se esses educandos não tivessem garantia do direito constitucional à educação. A crítica aos efeitos das desigualdades sociais é o objeto de luta do pedagogo não escolar a fim de que possa recriar a sociedade de forma coletiva e libertadora visando a emancipação humana. Formar com o intuito de levar à compreensão dos educandos seu posicionamento contra qualquer tipo de exploração é também reconstruir cotidianamente suas concepções e suas práticas.

O pedagogo não escolar é sumariamente um agente político uma vez que suas ações tendem a causar impactos, pois atua diretamente nos problemas sociais e nas necessidades dos grupos excluídos. Um projeto para intervenção com os educandos carece de empenho não só a fim de caracterizar a comunidade com a qual se trabalhará como também o planejamento de recursos e de infraestrutura necessários. Desse modo, caberá ao pedagogo:

> – Possuir uma visão crítica e consciente das causas geradoras do processo de exclusão das crianças e adolescentes: da pauperização, da marginalização e da injustiça social;
> – Desenvolver ações conjuntas com participação de todos os envolvidos no processo educativo, quebrando as relações de poder hierárquico entre educador/educando;
> – Propor uma ação organizada e orgânica entre poder governamental e organizações não governamentais, buscando nas forças comunitárias populares o apoio e o incremento da ação educativa;
> – Valorizar e democratizar a cultura e socializar o saber popular, discutindo e sistematizando-o a partir das formas de expressão e comunicação das camadas populares;
> – Acreditar que a construção do conhecimento gestado e elaborado pelo conjunto de participantes não somente é um processo de aprendizagem para o educando e o educador, mas também da sociedade no seu conjunto;

> – Revigorar o estado de ânimo dos educadores, implementando suas condições objetivas de vida e trabalho, realimentando sua competência técnica e política pelos avanços significativos do conhecimento, não só na área de educação, como em áreas afins, restaurando a qualidade do ensino e, consequentemente, da aprendizagem, como formação e capacitação permanente por processos de ação/reflexão/ação crítica do processo educativo. (GRACIAN, 2006, p.15)

O trabalho em si é difícil, assim como o reconhecimento do pedagogo não escolar enquanto profissional. Em termos de titulação, no Brasil, não há reconhecimento diferenciado, sendo todos que participam dos projetos denominados educadores sociais. As Diretrizes Curriculares do curso de pedagogia preveem tal atuação, no entanto, não a diferencia em termos específicos. Essa discussão permeia os campos educacionais brasileiros, sendo que ao pensar a pedagogia não escolar como especialização, inclui outras áreas da graduação que não a pedagogia.

Nesse sentido, a sociedade beneficia-se com profissionais de diferentes áreas atuando como especialistas em pedagogia não escolar, pois uma equipe multidisciplinar e com uma formação específica provê as melhores condições para a superação dos problemas detectados, no entanto, pedagogos, psicólogos, assistentes sociais, advogados e outros profissionais buscarão especializar-se na área se, de fato, houver reconhecimento social do profissional.

Diante disso, sabe-se que a atuação profissional do pedagogo não escolar ainda carece de reconhecimento. Devido ao fato de não haver uma formação mais específica e estar atrelado a outras formações, o exercício da profissão também passa por problemas de reconhecimento e, consequentemente, de remuneração. Aprovada em 2006, as DCN do curso de pedagogia inclui a formação do pedagogo não escolar, no entanto, a implantação e o reconhecimento do profissional se dá de forma processual, e a inclusão de disciplinas no curso ou o cumprimento de algumas horas de estágio em instituições não escolares não possibilita condições ideais, necessárias para uma formação mais consistente, além do que, a literatura na área é ainda escassa, o que dificulta a constituição da identidade desse profissional.

Na medida em que a prática profissional se constitui e é reconhecida, bem como o campo de atuação compreendido como o local ideal para a prática profissional, considerando os avanços sociais e o alcance dos objetivos previstos, e a profissão se materializa, o pedagogo não escolar percebe sua importância e a valoriza, pois sua formação é de grande complexidade, exigindo comprometimento com os avanços teóricos que discutem as diferentes relações sociais e o compromisso político frente à realidade que o norteia. Obviamente, o

profissional almeja o reconhecimento social de sua profissão, fator este que envolve os aspectos legais, políticos, financeiros e psicológicos.

Os espaços em que o pedagogo não escolar poderá atuar constituem-se espaços formais e não formais, ocorrendo em sindicatos, hospitais, empresas, museus e ONG's diversas. Tais espaços requerem do pedagogo organização de ações para a aprendizagem, ou seja, socialização de conhecimentos, assim como contribuições para a formação humana. São espaços em que há necessidade de se trabalhar com os valores humanos comuns aos objetivos sociais de transformação e de compromisso com o desenvolvimento humano.

Atendendo setores marginalizados, o papel do pedagogo não escolar é de extrema importância uma vez que seu trabalho visa preservar a cultura construída pela coletividade humana ao mesmo tempo em que promove a dignidade da pessoa, de diferentes povos, comunidades e segmentos. Desse modo, a presença do pedagogo não escolar em movimentos sociais assume um caráter de inclusão social por meio de atividades socioeducativas, socialmente necessárias, a fim de se respeitar a dignidade de todos os sujeitos.

O atendimento pedagógico em hospitais é bastante atual, bastante recente, sendo mais evidente a partir da promulgação do Estatuto da Criança e do Adolescente, tendo em vista o direito à educação, questão inexistente até então. Se a criança ou o adolescente adoecesse, perderia o ano por abandono escolar. Assim, é possível que os educandos deem continuidade aos estudos, sem prejuízo ao ano letivo e ao acompanhamento escolar, cumprindo o papel de zelar pela saúde e educação a que todo cidadão tem direito.

Mesmo apresentando-se na atualidade como uma necessidade, a formação do pedagogo que atuará em um contexto não escolar é ainda desmerecida no próprio processo de formação, uma vez que ao educador social não se exige formação específica. No interior dos cursos de pedagogia as críticas permeiam exatamente essa questão, ou seja, a desvalorização da pedagogia social, que não recebe a devida atenção durante a graduação, tampouco no exercício da profissão, pois os próprios espaços de atendimento sofrem extremo preconceito. Esses espaços caracterizam-se de diferentes formas, atendem a um público diferenciado e possuem objetivos específicos para manter a integridade humana, sendo que o profissional que aí atuará necessita, como já frisamos, possuir uma formação consistente diante da realidade que enfrentará.

O reconhecimento pela atividade do pedagogo não escolar deve ser conquistado tendo em vista a autonomia das ações eleitas como necessárias e fundamentais a fim de que o processo democrático de participação de fato se concretize, uma vez que o acesso à educação e à cultura são a essência para tal. A sociedade de modo geral deve considerar o valor que denota nas

ações que visam contribuir com a constituição de identidades e possibilitar a superação do preconceito e da discriminação.

Exemplificando

A falta de reconhecimento pela profissão é destacada no posicionamento de muitos educadores que desenvolvem seus trabalhos em diversos espaços não escolares.

A pesquisa de Evelcy Monteiro Machado, da Universidade Federal do Paraná, retrata alguns posicionamentos de pedagogos que atuam em espaços não escolares e expõe a dificuldade do reconhecimento desses profissionais.

"Tem que ser uma pessoa muito perseverante, porque não é uma área fácil. É uma área dura, tem pouca informação, a questão da formação dos profissionais que atuam na área é bastante diversa" (MACHADO, 2013, p. 8).

"Então eu acho que... o primeiro passo para você poder continuar trabalhando como pedagogo na área social é ser perseverante. Ser persistente e insistir." (MACHADO, 2013, p. 8)

"(...) força de vontade [para superar dificuldades]. ... só uma pessoa que realmente quer progredir, tem força de vontade, consegue..." (MACHADO, 2013, p. 9)

Nesse sentido, outro viés que permite ao pedagogo não escolar buscar seu reconhecimento se dá por meio de pesquisas de cunho científico na área das ciências sociais e da educação, ou seja, pesquisar temáticas que envolvem as problemáticas da pedagogia não escolar, elegendo seus objetos de estudo. Por meio da pesquisa acadêmica o futuro pedagogo estabelece as relações necessárias sobre a possibilidade de atuação em ambientes não escolares e aprofunda seus conhecimentos específicos na área. A riqueza de temas que se estabelece auxilia o acadêmico quanto à clareza de suas ações, suas dificuldades, seus desafios, o conhecimento por diferentes espaços, tais como aqueles em que se atende pessoas com necessidades especiais, pessoas que enfrentam problemas com drogas, crianças e adolescentes que, por via de lei, encontram-se em instituições socioeducativas, idosos que recebem atendimento em asilos ou outras instituições com projetos específicos de modo a conhecerem seus direitos e exercerem sua cidadania plena, além de locais como hospitais e empresas.

Todos os níveis de inserção do pedagogo não escolar propiciam a elaboração de projetos de pesquisa que contribuam com a produção do conhecimento e divulgação do trabalho desses profissionais. É importante considerar que o aluno do curso de pedagogia, mesmo ainda em formação, poderá produzir conhecimentos a fim de colaborar com a divulgação e o trabalho do pedagogo não escolar e superar as limitações impostas pelo currículo do curso, dando

condições reais ao acadêmico de compreender as funções, os objetivos, a realidade, os meios estabelecidos em cada espaço, destacando assim a ampliação das pesquisas para além das problemáticas restritas ao espaço escolar.

Em síntese, a atuação do pedagogo não escolar e seu reconhecimento social caracteriza-se como uma conquista social que visa a conquista e manutenção de direitos por meio de uma visão crítica da sociedade, almejando as transformações necessárias para que, de fato, seja construída uma sociedade efetivamente democrática.

Sem medo de errar

Como futuro pedagogo, é importante que você tenha por hábito refletir a respeito de sua função em instituições não escolares prevendo situações que mereçam a devida atenção de intervenção, pois o que nos importa é o desenvolvimento integral dos sujeitos.

Assim, como Ana Paula, você necessitará estabelecer os limites e as possibilidades de atuação tendo em vista a busca pelo reconhecimento da profissão em espaços não escolares.

Sendo assim e tendo em vista sua reflexão a respeito da importância do pedagogo não escolar, de que forma você auxiliaria Ana Paula a concluir que a intervenção do pedagogo em espaços não escolares é de suma importância ao contribuir com o desenvolvimento integral dos sujeitos? Quais os desafios e limites que deveriam ser pensados e discutidos com ela? De que forma você levantaria, juntamente à Ana Paula, a necessidade do reconhecimento social do pedagogo escolar, ou seja, como auxiliaria nossa pedagoga a constituir sua importância junto à comunidade a fim de que ela valorize seu trabalho?

Partindo do pressuposto de que nossa sociedade se mantém com base na desigualdade social, há necessidade iminente de se desenvolver ações que busquem a transformação de modo a transformar o convívio democrático a fim de que todas as pessoas possam usufruir dos benefícios constituídos coletivamente, e entre eles está a educação. Sabemos que os problemas sociais afastam as pessoas do convívio escolar e do processo educativo, surgindo a necessidade, portanto, do trabalho e da valorização dos profissionais que procuram auxiliar o resgate da dignidade humana.

Assim, o trabalho do pedagogo não escolar não é um trabalho assistencial, embora atue com uma equipe de profissionais que possuem tal objetivo. O trabalho do pedagogo é o de educar para a transformação, educar considerando o poder de criticidade dos sujeitos a fim de que estabeleçam novas relações sociais a partir do desenvolvimento da consciência coletiva.

Desse modo, podemos apontar algumas questões para auxiliar Ana Paula na problemática de sua atuação, sendo a primeira delas a questão da valorização de seu trabalho enquanto pedagoga não escolar. Primeiramente, caberá a ela estabelecer as relações legais de sua profissão junto aos grupos que endossam a luta pelos direitos trabalhistas de constituição do reconhecimento profissional. A intervenção do pedagogo escolar estrutura ações que possibilitam àqueles que já não pertencem aos espaços de educação formal receberem condições reais de desenvolvimento, pois os diversos projetos que podem ser desenvolvidos ampliam as possibilidades de se efetivar a educação integral em sua essência. Promover a formação de consciência coletiva de modo a constituir uma sociedade mais justa e democrática são princípios basilares da pedagogia não escolar.

Os desafios impostos são muitos, como o próprio reconhecimento da profissão, legalmente e socialmente falando, já comentado anteriormente. Embora os cursos de pedagogia tenham subsídios nas DCN para formar o pedagogo não escolar, muitas instituições ainda priorizam o exercício da docência, e os debates e horas de estágio também são priorizados nesses espaços. Há a necessidade de que sejam desenvolvidos cursos de extensão que foquem o trabalho nas instituições não escolares, que nesses locais se levantem problemáticas de pesquisa a serem desenvolvidas, que se estabeleça a importância da ampliação das referências bibliográficas da área.

O reconhecimento junto à comunidade se dá a partir do momento em que, com persistência, comprometimento, dá-se o estabelecimento de relações sociais que visem o processo de transformação e, de fato, auxiliem as pessoas a compreenderem a realidade e a necessidade de transformá-la. São desafios amplos e que carecem de muito empenho e estudo, ou seja, somente com uma fundamentação consistente na área é possível buscar, de fato, o reconhecimento tão almejado.

Infelizmente nossa sociedade ainda não vê a real importância do desenvolvimento do trabalho com as pessoas que foram colocadas às margens da sociedade, excluídas do convívio social em diversas instituições e que necessitam resgatar sua dignidade.

Faça valer a pena

1. Apesar da escola, referência básica da formação profissional do pedagogo, ser, atualmente, um ambiente de interconexão de novos espaços educativos, permanecem as diferentes especificidades do trabalho escolar e do trabalho socioeducativo escolar e não escolar. Esses conhecimentos abrangentes, diversificados e diferenciados em relação ao fazer escolar têm espaço no currículo da Pedagogia, mas em um espaço muito restrito. A respeito da atuação do pedagogo, marque (V) para VERDADEIRO e (F) para FALSO:

( ) No Brasil, o reconhecimento profissional do pedagogo não escolar se deu a partir do momento em que houve inclusão de disciplinas no curso de pedagogia.
( ) A literatura freiriana fundamenta o trabalho do pedagogo não escolar.
( ) A pesquisa acadêmica na área de pedagogia não escolar é uma forma de contribuir para o reconhecimento da profissão.
( ) O trabalho do pedagogo não escolar busca a adaptação dos sujeitos à ordem social já estruturada.
( ) O reconhecimento da profissão do pedagogo não escolar permeia somente aspectos legais.

Marque a alternativa que apresenta a sequência correta:
a) V – F – F – V – V.
b) F – F – V – V – F.
c) F – V – V – F – F.
d) V – V – F – V – F.
e) F – F – V – V – F.

2. Os espaços de atuação do pedagogo possuem diferentes características de modo que sua formação deve garantir ampla visão da realidade que se configura em cada um deles. Embora as DCN deem condições de uma formação geral ainda há a necessidade de um movimento de valorização profissional.
Nesse sentido, é correto afirmar que:
I. É recomendável que o pedagogo busque ampliar seu processo de formação para atuar em espaços não escolares em cursos de extensão e projetos de pesquisa.
II. As DCN´s do curso de pedagogia têm possibilitado a ampliação do olhar educativo diante das novas necessidades socais.
III. O pedagogo tem competência apenas para atuar nos espaços educacionais formais.
IV. A atuação do pedagogo nos espaços não escolares deve ser pautada por princípios democráticos e de cidadania, contribuindo com práticas educativas inovadoras.

Marque a alternativa correta.
a) Apenas as alternativas I e III estão corretas.
b) Apenas as alternativas I, II e IV estão corretas.
c) Apenas as alternativas I e IV estão corretas.
d) Apenas as alternativas II, III e IV estão corretas.
e) Apenas as alternativas II e III estão corretas.

3. O educador social é considerado como agente de mudança social, como dinamizador de grupos sociais pela ação educativa, na qual sua identidade profissional se apoia no fator educativo e no pedagógico da ação. Assume assim responsabilidade

social perante uma concepção que não lhe permite neutralidade. Considerando tais aspectos, são características do pedagogo não escolar:

I. Imagem: refere-se aos constructos sociais externos, que dão credibilidade ao pedagogo para atuar na área social.
II. Persistência: reforça aspectos da construção da identidade pela credibilidade necessária para atuar e/ou para permanecer na área social.
III. Liderança, para atuar com grupos grandes sem perder a característica de atendimento individual.
IV. Criatividade: representa o elemento que propicia o rompimento de fatores externos que limitam a ação do pedagogo na área social.

Marque a alternativa correta:

a) Apenas a alternativa I está correta.
b) Apenas as alternativas I e III estão corretas.
c) Apenas as alternativas II e IV estão corretas.
d) Apenas as alternativas III e IV estão corretas.
e) Todas as alternativas estão corretas.

Referências

AGUIAR, M. Â. da S. et. al. Diretrizes curriculares do curso de pedagogia no Brasil: disputas de projetos no campo da formação do profissional da educação. **Educação e Sociedade**, Campinas, v. 27, n. 96, p. 819 – 842, out. 2006. Disponível em: http://www.scielo.br/pdf/es/v27n96/a10v2796.pdf. Acesso em: 10 set. 2018.

ARRUDA, M. **Metodologia da práxis e formação dos trabalhadores**. Rio de Janeiro, 1988.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. Conselho Pleno. Resolução CNE/CP Nº 1, de maio de 2006. Institui Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Graduação em Pedagogia, licenciatura. **Diário Oficial da União**, Brasília, n. 92, seção 1, p.11-12, 16 maio 2006.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Parecer CNE/CP Nº 5/2005. Relatório. Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Pedagogia. Brasília, 2006. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/pcp003_06.pdf. Acesso em: 12 dez. 2018.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional da Educação. Relatório. Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Pedagogia. Brasília, 2006. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/pcp05_05.pdf. Acesso em: 12 dez. 2018.

GONZÁLEZ, E. **Necessidades educacionais específicas**. Porto Alegre: Artmed, 2007.

GRACIANI, M. S. S. Pedagogia social: impasses, desafios e perspectivas em construção. In: I CONGRESSO INTERNACIONAL DE PEDAGOGIA SOCIAL, 2006. Anais... 2006. Disponível em: http://www.tjpe.jus.br/documents/72348/118265/GRACIANI_Impasses%2C+desafios+e+perspectivas+da+pedagogia+social.pdf/69510419-cc27-48c8-b8d-4-8ae2dfe5ece1?version=1.0. Acesso em: 2 nov. 2018.

KENYON, C.; HASE, S. **Moving from andragogy to heutagogy in vocation education**. New South Wales: Southern Cross University, 2001. Disponível em: http/www.avetra.org.au/abstracts and papers 2001/Hase-Kenyon full.pdf. Acesso em: 18 set. 2018.

LIBÂNEO, J. C. Ainda as perguntas: o que é pedagogia, quem é o pedagogo, o que deve ser o curso de pedagogia. In: PIMENTA, S. G. (Org.). **Pedagogia e pedagogos: caminhos e perspectivas**. São Paulo: Cortez, 2002. p. 59-97. LIBÂNEO, J. C. Que destino os educadores darão à pedagogia? In: PIMENTA, S. G. (OEG.). **Pedagogia, ciência da educação?** 4. ed., São Paulo: Coertez, 2001. p. 107–134.

MACHADO, 2013, p. 8 e p. 9. Disponível em: http://quadernsanimacio.net/ANTERIORES/diecisiete/pdfs/CONSTRU.pdf. Acesso em 01 nov. 2018.

MACHADO, É. R. **A constituição da pedagogia social na realidade educacional brasileira**. Florianópolis: UFSC, 2010, Disponível em: https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/93844/284248.pdf?sequence=1&isAllowed=y. Acesso em 17 out. 2018.

MACHADO, E. M. **Construção da identidade profissional do pedagogo social no Brasil.** n. 17, 2013. Disponível em: http://quadernsanimacio.net/ANTERIORES/diecisiete/pdfs/

CONSTRU.pdf. Acesso em: 31 out. 2018.

MACHADO, E. R. Fundamentos da Pedagogia Social. Paraná: Unicentro, [s.d.]. Disponível em: http://repositorio.unicentro.br:8080/jspui/bitstream/123456789/951/5/Fundamentos%20da%20pedagogia%20social.pdf. Acesso em: 5 nov. 2018.

MORAES, C. A. de. **Pedagogia Social comunidade e formação de educadores:** na busca do saber sócio-educativo. 2007. Disponível em: http://gephisnop.weebly.com/uploads/2/3/9/6/23969914/pedagogia-social.pdf. Acesso em 17 out. 2018.

NEAD UNICENTRO UAB. **Intervenção sociocultural em contextos escolares e não escolares** – Unidade 3. 24 nov. 2014. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=Pe-t_9lU7kU. Acesso em: 28 out. 2018.

NETO, J. C. de S., SILVA, R. da, MOURA, R. (Org.). **Pedagogia social no Brasil: antecedentes**, inspirações, status quo e tendências. São Paulo: Editora Expressão e arte, 2009.

OLIVEIRA, K. A. do N. et al. **O trabalho do pedagogo nas entidades sociais**: análise das ações pedagógicas integradas às políticas públicas de assistência social. **Revista on-line de Política e Gestão Educacional**, Araraquara, v. 21, n. 1, p. 227-247, jan.-abr., 2017. Disponível em: https://periodicos.fclar.unesp.br/rpge/article/view/9453/6600. Acesso em: 11 de nov. 2018.

OSORIO, A. R. **Educação Permanente e Educação de Adultos**. Lisboa: Horizontes Pedagógicos, 2003.

OTTO, H. U. Origens da Pedagogia Social. In: SOUZA, N., et al. (Orgs.). **Pedagogia Social**. São Paulo: Expressão e Arte, 2009.

RIBEIRO, A. E. do A. **Pedagogia Empresarial**: Atuação do pedagogo na empresa. 5. ed. Rio de Janeiro: Wak, 2008.

SACRISTÀN, J. G. **O currículo**: uma reflexão sobre a prática. 3. ed. Porto Alegre: Artmed, 2000.

SAVIANI, D. Contribuições da Filosofia para a Educação. **Em aberto**, Brasília, ano 9, n. 45, p. 3-9, jan./mar. 1990. Disponível em: http://rbep.inep.gov.br/index.php/emaberto/article/download/1762/pdf. Acesso em: 7 nov. 2018.

ZENAIDE, M. T. de N. T. **Educação em Direitos Humanos no Brasil**. [s.d.]. Disponível em: http://eaulas.usp.br/portal/video.action?idItem=769. Acesso em: 12 nov. 2018.

Unidade 3

Atuação do pedagogo em diferentes espaços não escolares

Convite ao estudo

Tivemos até aqui a oportunidade de conhecer um pouco mais sobre os aspectos históricos, conceituais e regulatórios que envolvem a pedagogia. Avançaremos nesta unidade no intuito de conhecermos alguns dos espaços não escolares de atuação do pedagogo, para que você, futuro profissional da educação, compreenda seu papel nos diferentes espaços e seja capaz de fazer escolhas conscientes e fundamentadas para realizar intervenções didático-pedagógicas nos diferentes processos que envolvem a aprendizagem.

Para ajudar você a conhecer um pouco mais a respeito dos diferentes contextos de educação não escolar e as possíveis formas de atuação dos pedagogos nesses diversos ambientes, propomos um desafio no qual você deverá se colocar no lugar de Gabriel, um aluno do curso de Pedagogia, que inicia seus estudos e pesquisas com o intuito de expandir suas possibilidades de atuação profissional. Acompanhando a trajetória de Gabriel você poderá identificar seu próprio perfil profissional. Nosso convite é para você siga com ele nessa busca.

Gabriel é um aluno do último ano do curso de Licenciatura em Pedagogia. No percorrer de sua vida acadêmica, com a experiência sendo construída com os estágios, ele percebeu que não quer atuar em espaços escolares, ou seja, não deseja se tornar professor nem gestor em escolas. Contudo, ele gosta muito da área da educação e deseja buscar novas experiências como futuro pedagogo para saber quais espaços são mais adequados às suas características profissionais. Sendo assim, ele procurou um de seus professores para pedir orientação, que aceitou e indicou algumas tarefas que ele deveria cumprir para, assim, conhecer melhor os diferentes campos de atuação do pedagogo. Nas seções que seguem, iremos acompanhar as tarefas repassadas a Gabriel.

O proposto para a primeira seção é que tenhamos como norte uma postura crítica e reflexiva do pedagogo ao se inserir nos contextos de educação. Para isso, retomaremos alguns conceitos importantes como o de formação e emancipação do indivíduo. Eles serão fundamentais para que você faça escolhas de atuação conscientes e fundamentadas em práticas profissionais futuras.

Na segunda e na terceira seção, abordaremos as práticas do pedagogo nos diversos setores econômicos (primeiro, segundo e terceiro). O objetivo será o de conhecer como esse profissional pode e deve atuar em instituições privadas, instituições públicas, organizações não governamentais, fundações, no sistema prisional; além dos contextos de responsabilidade social, meio ambiente e projetos sociais.

Sendo assim, ao final da unidade, esperamos que você continue buscando respostas para a seguinte questão: qual é a dimensão da ação pedagógica na sociedade atual? Para isso, é preciso que durante os estudos aqui realizados, você tenha sempre em mente a finalidade da educação, ou seja, educação para quê? Sem esse princípio como norteador, corre-se o risco de termos práticas apenas adaptativas, sem que o pedagogo colabore para autonomia e esclarecimento dos indivíduos.

Desejamos bons estudos!

Seção 3.1

O processo educativo como estudo e prática do pedagogo

Diálogo aberto

Olá, caro aluno,

Você já se questionou a respeito do principal objetivo da educação? Quando pensa na sua atuação profissional, em quais espaços você se imagina? Nossa missão será fazê-lo identificar e pensar seu papel como agente social de transformação dos diversos espaços que educam.

Para isso, vamos retomar as inquietações de Gabriel, um aluno que cursa pedagogia e que se sente inquieto pelo fato de se identificar com a tarefa da educação, mas não se sentir confortável para atuar como docente em contextos escolares. Para solucionar suas angústias, ele recorre a um de seus professores, que passará algumas tarefas para ajudá-lo. Partiremos com ele na pesquisa e reflexão do papel do pedagogo em diferentes espaços não escolares, buscando encontrar sua(s) identidade(s) como educador.

Nosso estudante, em sua busca por diferentes campos de atuação do Pedagogo, recebeu como primeira tarefa de seu professor orientador, realizar uma pesquisa tendo em vista responder ao seguinte questionamento: como o pedagogo pode contribuir para promover ações educacionais em diferentes espaços da sociedade? Para responder à questão, ele deveria escolher um espaço não escolar, e nele reconhecer os processos educativos que ali ocorrem, utilizando o seguinte roteiro de pesquisa:

- Descrever o espaço não escolar de pesquisa.
- Descrever as pessoas e as interações que ocorrem ali, utilizando diferentes recursos (fotos, vídeos, diário de campo, entrevistas).
- Identificar e refletir quais os processos educativos estão presentes no espaço escolhido e como eles acontecem.
- Pensar como o Pedagogo poderia contribuir para melhorar os processos educativos identificados no espaço.

Para lhe ajudar nessa tarefa, nesta seção faremos uma discussão a respeito da finalidade da educação, fazendo-o refletir sobre a importância do pedagogo para promoção de uma formação emancipadora, que eduque os indivíduos para serem críticos e reflexivos, capazes de questionar a realidade

na qual estão inseridos. Iremos também constatar que as possibilidades de atuação desse profissional ultrapassam os muros da escola, percorrendo diferentes espaços não escolares.

Vamos refletir juntos a respeito das contribuições do pedagogo para a sociedade?

Não pode faltar

O processo educativo como estudo e prática do pedagogo

A sociedade atual é tão complexa quanto inovadora. Compreendê-la se faz uma tarefa árdua, que é enfrentada por muitos sociólogos, cientistas sociais, filósofos e outros profissionais que buscam reflexões necessárias para todos os campos do conhecimento. Para o pedagogo, os estudos que permitem traçar um panorama atual da sociedade são fundamentais, uma vez que suas ações devem promover autonomia do indivíduo, que precisa se posicionar diante dos acontecimentos que o cercam.

Há diversos autores e teorias que tornam possível o estudo da sociedade atual e dos processos educativos. As opções teóricas que fizemos aqui têm como predicado a criticidade e, ao mesmo tempo, a promoção da autonomia. Sendo assim, a pergunta que nos norteará é também tema de uma das publicações de Theodor W. Adorno, *Educação para quê?*. Na publicação, fruto de uma entrevista para a rádio de Hessen em 1966, o autor afirma que a educação não deveria ser uma mera transmissão de conhecimentos, "[...] mas a produção de uma consciência verdadeira" (ADORNO, 1995, p. 141). Tal ação promovida pela educação é, antes de tudo, uma exigência política para o autor, pois a democracia demanda pessoas emancipadas.

Assimile

O conceito de emancipação está presente na coletânea de textos de Adorno (1995) denominada *Educação e Emancipação*. Nela o autor afirma que emancipação significa conscientização, racionalidade. Assim, a educação seria impotente se não preparasse os homens para se orientarem no mundo. Seria ela também questionável se ficasse nisso, apenas produzindo pessoas ajustadas (ADORNO, 1995, p. 143).

Assim, se faz necessário discutir o conceito de formação para além da adaptação aos modelos culturais ou de mercado. Um pedagogo deve assumir a tarefa de uma educação para a liberdade e para a promoção da consciência dos indivíduos, que por sua vez, não deve ser apenas

reprodutor da cultura, mas sim produzi-la exercendo sua autonomia e liberdade.

Nesse sentido, vale lembrar que existem teóricos que criticam veementemente os rumos que demos à educação nos últimos anos, justamente por termos falhado no projeto de esclarecimento. Para eles, o ideário burguês – liberdade, igualdade e fraternidade – não cumpriram suas promessas, levando os homens à condição de alienação e adaptação ao existente, sem exercer uma postura crítica e criativa diante dos contextos que o permeiam. A justiça burguesa acabou por se tornar a mesma justiça da troca mercantil. O valor das coisas passou a ser equivalente ao valor das mercadorias, ou seja, tudo se submete ao valor da calculabilidade e da utilidade. As desigualdades sociais permaneceram, e criou-se a ilusão de que todos podem alcançar a riqueza e o poder, que passam a ser a busca do homem. Para isso, ele foi capaz de abdicar de seu próprio projeto de esclarecimento.

Assim, para Theodor W. Adorno e para os teóricos da Escola de Frankfurt, a crítica aos modelos formativos da atualidade consideram que as condições históricas e materiais nos levaram à qualidade de alienação e semiformação (uma formação deformada), liquidando com o ideário de educação para a autonomia dos homens, capaz de torná-los livres e iguais. Uma das críticas mais contundentes se dá ao fato de que o ritmo da educação obedece à lógica da indústria cultural, que consiste na ideia de que não há tempo a perder, o que impede os processos reflexivos. A lógica da velocidade, do imediatismo, do descartável, acaba prejudicando a elaboração do passado como instrumento de crítica ao presente, assim como o desenvolvimento de um raciocínio capaz de ir além da apreensão dos conceitos, podendo refletir e formar opiniões críticas.

Saiba mais

O termo utilizado pelos teóricos de Frankfurt, indústria cultural, engendra inúmeras possibilidades de interpretar a condição econômica pelo viés da crítica cultural. Para os teóricos, o que deveria ser um "caos cultural", devido ao período de transição da sociedade, onde estão presentes a influência da Igreja, resíduos pré-capitalistas, a diferenciação técnica e social e a extrema especialização, ao contrário, foram transformadas na cultura do semelhante, e é justamente ela que alicerça a "cultura de massa". Temos então uma constante da necessidade de nos adaptar a padrões, produzindo uma busca pelo consumível que nunca se vê saciada, garantindo a existência da própria indústria. Seu resultado é a formação de pessoas adaptadas e alienadas de si (ADORNO; HORKHEIMER,1985).

Há uma forte inclinação a-histórica que permeia os processos formativos nos dias de hoje, na visão de Adorno. "Na reposição imediata dos produtos semiculturais, têm-se a impressão de que o passado não possui nenhuma ligação com o presente e com o futuro" (ADORNO, 1995, p. 117). Pode-se questionar: Mas qual é a necessidade de estudar o passado, evitando tal tendência em negar ou esquecer a história? Segundo as ideias de Adorno (1995) em sua obra *O que Significa a Elaboração do Passado*, não se trata somente de rememorar o passado, mas sim de reelaborá-lo no presente, como possibilidade de crítica e autocrítica. Isso porque a lógica vigente induz a uma tendência de se relegar a história ao esquecimento, desligando fatos e impossibilitando conhecer as causas que determinaram o presente. Um exemplo da necessidade de se reelaborar o passado citado por Adorno (1995) foi o ocorrido em Auschwitz, que corresponde aos atos de extermínio da Segunda Guerra Mundial, relembrando o que o autor chama de barbárie. Ele diz que para a educação é preciso que Auschwitz não se repita, e isso só pode ser concretizado pelo resgate das causas que possibilitaram tal fato, podendo perceber se elas ainda persistem na atualidade.

Essa perda do passado histórico pode estar associada ao progresso da sociedade burguesa, segundo o autor, uma vez que ela se baseia no princípio da troca, expandindo-se sem permitir a permanência de nada, remetendo-se a algo atemporal. "[...] isso significa que a sociedade burguesa em desenvolvimento liquida memória, tempo e recordação como restolhos irracionais" (ADORNO, 1995, p. 19). As recordações e o resgate do passado histórico devem existir com a finalidade de orientar o presente, combatendo as atitudes comuns do indivíduo semiculto, que dizem respeito à falta de tempo em proporcionar algum tipo de aprofundamento sobre qualquer assunto. Nesse aspecto, a mídia, e mais atualmente as redes sociais, comumente oferecem fatos de maneira superficial e fragmentada, dificultando ainda mais o raciocínio crítico, transfigurado em curiosidade ou em um "compartilhar" eterno e cego.

Ao analisar a formação, Adorno (2010) expõe as massas como receptoras de bens de formação por inúmeros meios, sendo bombardeadas pela ideologia do consumo, da padronização. O modelo de totalidade contra o indivíduo produz nele um vazio de forma; os indivíduos não conseguem construir sua própria imagem, pois não encontram apoio em si mesmos. É a falta total de liberdade, que impõe padrões a serem seguidos e reproduzidos com a prerrogativa de adaptação a modelos impostos a partir do exterior. Desse modo, vemos o reforço da semicultura, numa realidade em que as estruturas estão previamente colocadas ao indivíduo como imposição para sua formação, que se converte em semiformação, pregando o conformismo e a alienação (ADORNO, 2010, p. 20).

Sendo assim, nós, como educadores, devemos servir de agentes que atuam e opõem-se contra o esquecimento das causas passadas. Assim como propõe Adorno (1995), o passado só pode ser elaborado quando as causas que produziram esse passado forem eliminadas. Está aí o grande desafio, já que as condições históricas e materiais que permitiram tamanhos horrores em nosso passado ainda persistem, reproduzindo uma sociedade cheia de contradições, desigualdades e alimentada pelo espírito da semiformação.

Exemplificando

Em um dos textos, *Educação contra a Barbárie*, também fruto das entrevistas organizadas na obra *Educação e Emancipação*, Adorno (1995) fala um pouco a respeito da necessidade de reelaborar o passado no sentido de evitar que a barbárie sobreviva nos dias atuais. O autor também afirma que a forma que a barbárie assume atualmente é revestida "[...] em nome da autoridade, dos poderes estabelecidos, praticam-se precisamente em atos anunciando [...] o impulso destrutivo e a essência mutilada da maioria das pessoas" (ADORNO, 1995, p. 159). Assim, podemos evidenciar um exemplo da necessidade de se estudar o passado como condição para a existência da democracia e do esclarecimento. O pedagogo, nesse sentido, deve assumir a tarefa de uma educação para combater a barbárie.

Assim sendo, o pedagogo se vê diante de um grande desafio na atualidade, e mesmo partindo da necessidade de compreensão das relações sociais e da cultura, deve exercer uma função crítica, acima de tudo. Atuar somente de forma adaptativa é justamente aquilo que a educação deve evitar sendo função de quem educa.

Reflita

Diante desse contexto preocupante, nos colocamos a refletir: qual a tarefa educativa para além dos espaços formais de educação? Como produzir consciência verdadeira, se a própria lógica do sistema nos induz à alienação por meio de seus mecanismos?

A busca por uma relação ativa na educação

Também reconhecido pelo potencial crítico de suas análises no campo da educação como crítica social, temos Paulo Freire, autor que escreveu diversas obras para a educação em nosso país. Em uma delas, *Educação como prática*

da liberdade, ele afirma que o educador brasileiro tem como contribuição à sociedade, juntamente a outros profissionais, uma educação crítica e criativa. Para Freire (1971), a educação deveria discutir com o homem comum seu direito à participação na democracia. Isso porque, para se incorporar a democracia, é preciso vivenciá-la. Esse princípio pode ser expandido para qualquer intenção do ato educativo, qual seja o de que não se ensina algo que está longe de sua esfera de percepção. O aprendizado precisa ser ativo, precisa fazer sentido "na e para" a vida daquele que aprende. Nesse aspecto, ressalta que as ideias não devem ser recebidas, mas sim utilizadas e transformadas em novas combinações.

Freire (1971) faz uma crítica ao citar a nossa sociedade como sendo de homens desenraizados, os quais se massificam ao deixar de assumir uma postura crítica diante da vida. Eles deixam de tomar as próprias decisões, veem-se ludibriados pelos meios de publicidade.

Reflita

Você já parou para pensar na influência que a mídia, especialmente as redes sociais, tem sobre os indivíduos? Reflita a respeito do poder que terão aqueles que se colocarem na posição de manipuladores dessas mídias, assim como na importância que tem o esclarecimento das pessoas para usá-las com autonomia e criticidade.

Assim sendo, como pensar uma proposta de educação? Freire (1971, p. 89-90) responsabiliza o educador pela tarefa de possibilitar ao homem realizar uma discussão corajosa de sua problemática, inserindo-se nela. Conscientes dos perigos de seu tempo, ele deve ganhar força e coragem, dialogar com o outro, predispor-se a constantes revisões e análise crítica de seus achados. Assim, "[...] a educação teria de ser, acima de tudo, uma tentativa constante de mudança de atitude" (FREIRE, 1971, p. 93). Contudo, não seria qualquer tipo de educação capaz de realizar tal mudança. Aquela educação pautada na palavra vazia e sem experiência no fazer de nada contribuirá.

Freire (1971) apresenta profunda crítica à educação que se impõe, na qual ideias são ditadas, fórmulas são decoradas. Não há possibilidade de um pensar autêntico, que exija reinvenção, recriação e procura. Se o conhecimento é dado como pronto e acabado, enfraquece-se a possibilidade de diálogo, da troca, da autonomia. É justamente contra essa postura que ele se coloca, reafirmando o poder libertador que a educação pode ter.

Na obra de Freire (1971) também é proposta a superação da dicotomia

humanismo-tecnologia, ou seja, que pudéssemos compreender os processos educativos para além da formação de uma especialidade. Seria necessário que a educação promovesse criticidade de sua consciência, que permitisse atitudes necessárias para vivenciar e atuar nos espaços democráticos.

Partindo das ideias previamente apresentadas, podemos considerar que os processos educativos não deveriam ser voltados a ações adaptativas, com intuito de apenas transmitir conteúdos, mas sim, promover a reflexão por meio de aprendizado ativo. Nesse aspecto, como pensar no ato educativo nos espaços não escolares? Uma questão ainda anterior: quais os espaços em que ocorrem as práticas pedagógicas? No decorrer de nossos estudos, procuraremos investigar como o pedagogo pode compreender seu papel de agente de transformação social em diferentes espaços educativos.

O pedagogo nos espaços não escolares

Você já pensou em quais são os campos de atuação do pedagogo? Libâneo (2001) alerta para o fato de que ocorreu uma ampliação do campo educativo, contudo, ainda é grande o número de intelectuais e profissionais que identificam a pedagogia apenas como docência. No entanto, é preciso compreender a ação pedagógica para além dos muros da escola, já que ela envolve os processos educativos em uma sociedade que se vê hoje conhecida como "sociedade do conhecimento". Assim sendo, quais os espaços em que podemos enxergar a difusão de práticas pedagógicas?

Exemplificando

Existem práticas pedagógicas nos espaços midiáticos, como jornais, revistas, internet, redes sociais; na produção de material informativo e instrucional; na elaboração de jogos, brinquedos; nas empresas; nos espaços públicos e privados de educação em geral; nos serviços estatais; na área da saúde; na educação a distância; nos projetos culturais e sociais; ou seja, em qualquer local que existam práticas educativas intencionais.

Partindo dos apontamentos feitos por Libâneo (2001), é possível verificar que a atuação do pedagogo se vincula não somente aos espaços escolares, mas também aos espaços de convívio social, os quais se configuram como espaços educativos. Sendo assim, torna-se essencial que o pedagogo amplie seu olhar, compreendendo seu papel como agente social de transformação em diferentes espaços educativos.

O mundo atual, em constante transformação, passa por mudanças no campo da economia, da ciência, e de diversas áreas, trazendo a necessidade de requalificar o profissional que atua no mercado e na produção do conhecimento. Diante de tal fato, torna-se essencial uma constante formação.

Saiba mais

Leia o artigo de Ricardo Antunes e Giovanni Alves, no qual os autores abordam as atuais mutações do mundo do trabalho. (Ler páginas 336 a 347).

ANTUNES, Ricardo; ALVES, Giovanni. As mutações no mundo do trabalho na era da mundialização do capital. In: **Educ. Soc.**, Campinas, v. 25, n. 87, p. 335-351, maio/ago. 2004.

Assim sendo, podemos questionar qual seria o novo perfil desejado para o trabalhador? É de suma importância que o pedagogo estude e reflita a respeito do seu papel para a formação do profissional que atua nos diversos setores da sociedade.

No campo da prática cultural, Libâneo (2001) busca entender a pedagogia como forma de trabalho cultural, envolvendo prática intencional de produção e internalização de significados. Desse modo, não podemos conceber apenas um modo de educar, já que existem diversas culturas, em diferentes contextos sociais, momentos históricos e sujeitos. Para isso, se faz necessário que o pedagogo tenha sempre um olhar atento para o contexto em que está inserido, percebendo a cultura que permeia o ambiente educativos em que atua. Também é preciso respeitar e reconhecer as práticas culturais, assim como possibilitar a autonomia e posturas críticas dos indivíduos.

Sendo assim, Libâneo (1971) ao pensar a ação do pedagogo nos espaços não escolares, demonstra que seu papel ultrapassa o campo da docência. A pedagogia, para ele, "[...] tem um caráter ao mesmo tempo explicativo, praxiológico e normativo da realidade educativa, pois investiga teoricamente o fenômeno educativo, formula orientações para a prática a partir da própria ação prática e propõe princípios e normas relacionados aos fins e meios da educação" (LIBÂNEO, 1971, p. 6). Desse modo, o ato educativo é uma ação humana intencional e uma prática social, ou seja, toda prática pedagógica tem uma intencionalidade e deve saber qual seu objetivo.

Por fim, esperamos que os estudos realizados aqui tenham apresentado a dimensão do trabalho educativo que realiza o pedagogo, o qual atua para além dos muros da escola. Para saber onde e como atuar, acreditamos ser

necessário refletir o "para quê" de sua atuação, ou seja, qual a finalidade de seus atos educativos.

Sem medo de errar

Vamos relembrar a tarefa de Gabriel passada pelo seu professor orientador? Ele deveria pensar a respeito das práticas educativas em um espaço não escolar, detalhando os seguintes itens:

- Descrever o espaço não escolar de pesquisa.
- Descrever as pessoas e as interações que ocorrem ali, utilizando diferentes recursos (fotos, vídeos, diário de campo, entrevistas).
- Identificar e refletir quais os processos educativos estão presentes no espaço escolhido e como eles acontecem.
- Pensar em como o pedagogo poderia contribuir para melhorar os processos educativos identificados no espaço.

Até o momento, pudemos ter uma visão de qual deveria ser a postura do pedagogo como promotor de práticas educativas ativas e críticas, capazes de transformar sujeitos em produtores conscientes de sua história. Pensando em ações que possibilitem modificar os indivíduos em diferentes espaços sociais, é preciso antes identificar o potencial educativo que permeia esses espaços. Você já conseguiu pensar em um espaço educativo não escolar?

Propomos que idealizemos no momento um espaço educativo, preferencialmente um espaço público, como uma praça, campo, parque, um terreno usado para atividades variadas. Você já reparou quais pessoas costumam frequentar espaços como os citados e em quais momentos do dia? Será que há brinquedos para diversão das crianças? Será que existem bancos ou mesas para que as pessoas permaneçam mais tempo no local? Há árvores, grama, jardim, espaços verdes? As pessoas que frequentam o espaço têm cuidado e respeito por ele? Todas as questões que pudemos levantar são muito importantes, especialmente se queremos compreender como acontecem ali as práticas educativas.

Após compreendê-las, é preciso pensar como enriquecê-las. O cuidado e preservação do ambiente é algo especialmente necessário e uma prática que traz à consciência da necessidade do cuidado, da preservação, o espírito coletivo e cooperativo, enfim, inúmeros são os ganhos. Por exemplo, criar ambientes que sejam bonitos e agradáveis, com área verdes, sombras de árvores, jardins cuidados, lixeiras, são exemplos de algumas das contribuições a se fazer.

Se pensamos em locais que são frequentados por crianças, por exemplo, podemos propor parques com brinquedos infantis, tanque de areia, áreas para piqueniques familiares, eventos diversos como contação de histórias, apresentações teatrais, festa, e outras atividades que possibilitem levar as crianças a conviver em espaços abertos e públicos, que ofereçam a elas possibilidades de se desenvolver e de interagir.

Há muitas praças e parques frequentados por pessoas idosas, que passam suas manhãs ou tardes em busca de convívio social. Para esses, há também diversas possibilidades como instalação e manutenção de mesas e bancos para que fiquem confortáveis; espaços para jogos de cartas, tabuleiro, bocha, entre outros; espaços para troca e empréstimos de livros ou trocas de coleções; eventos que promovam a integração entre crianças e idosos.

Outro exemplo de intervenção pedagógica nos espaços que exemplificamos é em relação àqueles espaços em que jovens e adultos utilizam para o tráfico de drogas. Como promover práticas educativas em espaços assim? Há algumas possibilidades a se pensar, uma delas objetivando trazer famílias e jovens que antes não frequentavam o local, colocando iluminação noturna, contando com o apoio da polícia para constantes rondas e deixando o espaço atrativo para que a comunidade toda fique à vontade para ocupá-lo. Outra ação possível é tornar aquele espaço ressocializador para aqueles que já o frequentam, com propostas de grupos de apoio para dependentes, adaptando o espaço para atividades que atraiam os frequentadores, como esportes, danças, música, lazer no geral.

Assim sendo, percebemos que as ações pedagógicas em diferentes contextos de aprendizagem precisam levar em conta o objetivo da educação, ou seja, educação para quê? Se conseguirmos ter como norte uma proposta de educação que valorize as individualidades, que promova relações de troca, de respeito com o meio ambiente e com o outro, de valorização da cultura e história local, entre outras ações, teremos maior possibilidade de que o indivíduo se torne mais ativo e mais autônomo. É verdade que a educação sozinha não dará conta de modificar a sociedade, mas ela tem importante papel na valorização de ações humanas, justas, que promovam igualdade e esclarecimento. Por isso, você, pedagogo, precisa desenvolver um olhar sensível e crítico nos diferentes espaços de atuação, com vistas a modificá-los de forma positiva.

Enfim, são muitos os exemplos de espaços que podemos observar, assim como são muitas as possibilidades de intervenção pedagógica capazes de promover educação. Por isso, é preciso desenvolver um olhar atento e sensível aos diferentes contextos sociais, bem como para as necessidades das pessoas. Somente assim será possível promover uma educação capaz de colaborar para a autonomia dos indivíduos.

O olhar para o brincar

Descrição da situação-problema

Alunos do curso de Pedagogia foram convidados a elaborar um projeto que envolva processos educativos em um parque da cidade em que estudam. No parque há algumas árvores, espaços/caminhos utilizados por adultos para corrida e caminhada, além de um gramado grande. Considerando o local descrito, qual projeto a turma poderá propor para o local?

Resolução da situação-problema

Ao se reunirem para pensar no projeto que desenvolveriam no parque, o grupo de alunos decidiu fazer uma lista na qual cada integrante pudesse descrever suas percepções a respeito do local. Um dos alunos percebeu que aquele, por ser um dos maiores e únicos parques da cidade, não era frequentado por crianças. Outro aluno, ao ouvir sua observação, relatou não perceber na cidade espaços acolhedores para os pequenos. A partir disso, resolveram, então, desenvolver um projeto de leitura e contação de histórias para criança no local, além de construir um tanque de areia grande e cercado para que as crianças pudessem brincar. Também propuseram eventos que tivessem como objetivo trazer tanto o público infantil quanto o jovem, buscando parcerias com alunos de outros cursos na universidade.

É importante lembrar a importância do brincar ao ar livre para o desenvolvimento da primeira infância. Há inúmeras pesquisas que comprovam que o brincar auxilia de forma positiva o desenvolvimento humano, mais do que atividades acadêmicas precoces. A Dra. Reggie Melrose apresenta a visão da neurociência a respeito do brincar, relacionando-a a uma das propostas pedagógicas conhecidas mundialmente, a pedagogia Waldorf, a qual prioriza em suas propostas o brincar e o contato com a natureza. Segundo Melrose, os educadores Waldorf não supervalorizam cedo demais atividades puramente acadêmicas, valorizando o neocórtex, que só estará completamente desenvolvido quando chegarmos aos vinte e um anos. Em vez disso, eles valorizam e nutrem a parte do cérebro responsável pelos sentidos e emoções, parte essa mais acessível à criança pequena, para que as conexões fundamentais para o aprendizado posterior se consolidem. Para a Dra. Reggie, numerosos estudos mostraram que o brincar, em qualquer estágio de desenvolvimento, aumenta o QI, o funcionamento socioemocional, o aprendizado e o desempenho acadêmico. Além de ressaltar a importância do brincar para a neurociência, ela

também aponta que brincar e estar em contato com a natureza é "zona de excitação" ideal para o aprendizado, ou seja, o estado de excitação é ideal porque não é baixo ou excessivo demais. Isso sinaliza que o brincar livre em espaços abertos, em contato com a natureza, é essencial para o desenvolvimento saudável da criança.

Ao analisarmos a realidade atual, vemos crianças confinadas em espaços cada vez menores, passando horas em contato com eletrônicos, sem se movimentarem. Nas escolas, o brincar tem diminuído, e as atividades acadêmicas e/ou escolarizadas ganham cada dia mais espaço. As crianças são anestesiadas pelos eletrônicos e, ao mesmo tempo, submetidas a excesso de atividades regradas, deixando pouco espaço para o que elas mais necessitam para se desenvolver de forma saudável, o brincar livre e em contato com a natureza.

Portanto, trabalhar no intuito de promover o brincar livre e em contato com a natureza é uma atitude necessária, tanto para o desenvolvimento intelectual quanto para o emocional na primeira infância, e por isso, se torna fundamental que o pedagogo pense em ações capazes de promover o desenvolvimento saudável da criança tanto nas escolas como fora delas.

Faça valer a pena

1. O conceito de emancipação, abordado por teóricos da Escola de Frankfurt na Alemanha, como Theodor W. Adorno, acabou sendo o título de uma obra denominada *Educação e Emancipação*. Nela, o autor afirma que emancipação significa conscientização, racionalidade.

Considerando o autor e obra citados, qual alternativa contém uma afirmativa correta a respeito da proposta de educação para a emancipação?

a) Educação para se orientar no mundo.
b) Educação como esclarecimento e autonomia.
c) Educação para se ajustar ao mundo.
d) Educação para adaptação.
e) Educação para reforçar figuras autoritárias.

2. Libâneo (2001, p.6) define o termo pedagogia como sendo "[...] o campo do conhecimento que se ocupa do estudo sistemático da educação – do ato educativo, da prática educativa como componente integrante da atividade humana, como fato da vida social, inerente ao conjunto dos processos sociais".

Partindo da compreensão de Libâneo (2001) destacada no trecho acima, pedagogia se refere a:

a) Teoria e prática da educação.
b) Ação docente que ensina crianças.
c) Ação docente nos espaços escolares.
d) Pesquisa e teoria da educação.
e) Métodos e técnicas da educação.

3. A partir das ideias expostas por Paulo Freire em sua obra *Pedagogia para a liberdade*, considere:

I. A educação deve possibilitar ao homem uma discussão corajosa de sua problemática, de sua inserção nela, capaz de adverti-lo dos perigos de seu tempo.
II. As mídias atuais trazem a possibilidade do homem se autogovernar, pois, esclarecem questões que eles não são capazes de resolver por si sós.
III. A educação deveria discutir com o homem comum seu direito à participação na democracia, vivenciando-a.

Pode-se afirmar que:

a) Todas as alternativas estão corretas.
b) Nenhuma das alternativas está correta.
c) Somente a alternativa II está correta.
d) Apenas a alternativa III está correta.
e) Apenas as alternativas I e III estão corretas.

Seção 3.2

O pedagogo no primeiro e no segundo setor

Diálogo aberto

Olá, aluno!

Nesta seção, vamos juntos alargar um pouco mais os horizontes de ação do pedagogo, entendendo melhor os espaços e as possibilidades de atuação. Para isso, vamos retomar a história de Gabriel, um estudante de pedagogia que recebe de seu professor orientador uma série de tarefas. O objetivo delas é que Gabriel conheça e reconheça as possibilidades futuras de atuar como pedagogo fora da escola, já que precisa se descobrir como futuro profissional.

A segunda tarefa que Gabriel recebeu de seu orientador foi a de realizar uma pesquisa a respeito dos campos de trabalho do pedagogo no primeiro e no segundo setor, com vistas a identificar, em cada um dos setores citados, o perfil desejado para este profissional. Em sequência, ele deveria pesquisar pelo menos dois cargos que poderia ocupar em cada um dos setores, ou seja, dois cargos no setor público e dois cargos no setor privado destinados a pedagogos.

Você conhece as diferenças entre o primeiro e o segundo setor? Conhece a importância do pedagogo em cada um deles? Até aqui, você já havia pensado que poderia, como pedagogo, ocupar cargos em diferentes setores? Os conteúdos que trabalharemos nesta seção irão ajudá-lo a resolver esse desafio.

Além de conhecer melhor as possibilidades futuras de trabalhar nos dois setores, também iremos aprofundar um pouco mais os estudos a respeito da importância da atuação do pedagogo nos sistemas prisionais, sabendo do compromisso com a Educação em Direitos Humanos e com a ressocialização de pessoas encarceradas. Iremos, ainda, nos aprofundar no estudo dos desafios e das possibilidades de atuação desse profissional em empresas.

No final da unidade, o intuito é que você tenha uma visão mais clara das possibilidades e responsabilidades que terá como futuro profissional da educação para além dos muros da escola.

Vamos em frente?

Atuação do pedagogo em diferentes espaços não escolares

A dimensão pedagógica do trabalho no mundo atual está relacionada à educação em todos os seus processos e espaços. Isso implica pensarmos que, também no mundo do trabalho, as ações voltadas para o campo da educação podem ser compreendidas como função do pedagogo. Tal entendimento, entretanto, está longe de ser simples, uma vez que requer uma análise do mundo moderno com suas complexas relações e transformações. Para isso, faz-se necessário realizar constantes estudos e reflexões a respeito do nosso modo de vida e organização social.

Desse modo, buscaremos inicialmente reflexões acerca do papel do pedagogo em diferentes setores da sociedade, tendo como foco as mudanças do mundo do trabalho. Para nos auxiliar nos estudos, buscaremos apoio na obra *Tudo que é sólido desmancha no ar: a aventura da modernidade e do modernismo*, de Marshall Berman. Nela, o autor faz uma análise da modernidade, com foco nas mudanças no campo da ciência e do conhecimento. O método utilizado por ele para caracterizá-la se baseia no estudo dialético, descrevendo o período como um conjunto de experiências compartilhadas entre os indivíduos, de tempo, de espaço, de si mesmo e dos outros, dos perigos e possibilidades. Ao considerar o desenvolvimento da ciência moderna como mola propulsora do capitalismo, aponta sua primazia pela descoberta de novas tecnologias, que surgem com a promessa de tornar a vida mais fácil e mais moderna. Contudo, "nos despeja a todos num turbilhão de permanente desintegração e mudança, de luta e contradição, de ambiguidade e angústia" (BERMAN, 1986, p. 15).

Berman (1986, p. 16) divide a Modernidade em três fases:

- Século XVI a XVIII – as pessoas começam a experimentar a vida moderna, mas não têm ideia ainda das mudanças que representa a modernidade para suas vidas.
- Século XVIII a XIX – acontecem grandes ondas revolucionárias, como a Revolução Francesa, e é marcado pelo sentimento revolucionário que viviam os sujeitos, mas ainda com a clareza de que não viviam em um mundo moderno por inteiro.
- Século XX – a modernização abarca virtualmente o mundo todo, e a cultura mundial do modernismo em desenvolvimento atinge a arte e o pensamento, contudo, ao mesmo tempo em que se expande, a modernidade perde a capacidade de dar sentido à vida das pessoas, perdendo suas raízes com a própria modernidade.

Assim, o autor apresenta sua crítica à modernidade no fato de que ela trouxe, no século XX, um crescimento a partir de uma velocidade estonteante e imprevista de transformações, que passou a condicionar a vida humana de tal forma que as próprias sensações passaram a ser anestesiadas pelos sentidos. Isso gerou dificuldade para que pudéssemos assimilar todos os acontecimentos e informações que circulam. Esse crescente movimento, que se vê impulsionado pelas tecnologias, sobretudo as digitais, faz do profissional da educação um agente fundamental em todos os espaços sociais. A ele compete a função de trazer à luz os processos formativos envolvidos na lógica social vigente, requerendo adaptação ao real que se vê em constante transformação, porém tendo como finalidade uma postura sempre crítica e reativa.

Conhecendo a diferença entre o primeiro e o segundo setor

Você já ouviu falar em primeiro, segundo e terceiro setor da sociedade? Com o fenômeno da industrialização e da urbanização, ocorreu uma divisão conceitual da sociedade em três setores, divisão esta que favorece um entendimento legal e administrativo da economia. O primeiro setor diz respeito ao Estado e suas instituições. O segundo setor refere-se a empresas privadas com fins lucrativos. Por fim, o terceiro setor é composto por entidades/organizações sem fins lucrativos, e oferecem ações voltadas à cidadania, as quais tentam suprir serviços que deveriam estar à cargo do Estado.

Assimile

Primeiro setor: é aquele reservado ao poder público, como governos municipais, governos estaduais e governos federais, assim como todos os entes que os representam. Esse setor não possui fins lucrativos, e todos os serviços ofertados por ele são de interesse público, assim como seus recursos.

Segundo setor: são iniciativas que giram em torno da obtenção do lucro. É formado por empresas de capital privado, cujas atividades atendem a demandas de produção e serviços para o mercado consumidor. Essas empresas possuem um CNPJ e podem ser de pequeno, médio ou grande porte ou, até mesmo, multinacionais.

As organizações públicas do primeiro setor têm como objetivo prestar serviços à sociedade. Para Pires e Macêdo (2006), elas cumprem suas funções, buscando maior eficiência da máquina pública e um melhor atendimento à sociedade. Elas também são geridas pelo poder público e formadas por dois corpos funcionais: um permanente (trabalhadores de carreira) e um não permanente (administradores políticos).

Reflita

A partir da compreensão do que é o primeiro setor da sociedade, você consegue pensar quais empresas ou órgãos fazem parte desse setor?

Os mesmos autores apresentam um olhar crítico para o setor, apontando que as organizações públicas mantêm as mesmas características das demais acrescidas de algumas especificidades como o apego às rotinas e regras, supervalorização da hierarquia, paternalismo nas relações, apego ao poder, entre outras (PIRES; MACÊDO, 2006, p. 96). Desse modo, podemos concluir que o setor é composto por uma gestão que se vê fortemente marcada por questões e interesses políticos, os quais influenciam diretamente as relações humanas que permeiam o ambiente de trabalho.

Assim sendo, você consegue pensar em qual seria a função do pedagogo nas instituições públicas? Sabemos que a maioria dos cargos para esses profissionais no setor público são para atuar em escolas. Contudo, há campo de atuação também fora dela. Muniz (2011) realiza um estudo no qual faz um levantamento em editais públicos para o cargo de pedagogo em espaços não escolares, reconhecendo as funções que exercem em diversos setores/empresas públicas, como Infraero, TCU, ABIN, INSS, entre outras. A autora constata que as ações desejadas para o cargo de pedagogo nesses espaços consistem em planejar, avaliar, elaborar e estruturar programas educacionais internos em todos os aspectos didáticos.

Muitas das ações acima desejadas para o pedagogo no primeiro setor, o setor público, são também ações necessárias no segundo setor, o privado.

Há diversos autores que discutem a perspectiva do pedagogo nas empresas, sendo que eles têm em comum a concordância de que o profissional atua diretamente com questões ligadas à educação, à gestão do conhecimento e de pessoas em seus processos de ensino e aprendizado. Almeida (2006), por exemplo, afirma que a pedagogia empresarial tem como foco a consultoria educacional, educação continuada, ensino a distância, gestão de pessoas e treinamento empresarial. Pensando nas citadas funções, quais seriam os desafios e possibilidades de atuação do profissional no campo empresarial?

Desafios e possibilidades para pedagogos em empresas

O pedagogo empresarial pode ser definido como aquele que se ocupa do caráter educativo das ações ligadas ao desenvolvimento do trabalhador nas empresas, assim como das relações humanas ligadas ao conhecimento.

Segundo Claro e Torres (2012), o pedagogo atua em conjunto com a cultura organizacional em uma empresa, assumindo o papel de provocar mudanças de comportamento das pessoas, objetivando que todos trabalhem em busca dos mesmos ideais. Sendo assim, torna-se objetivo da pedagogia oportunizar a mudança de comportamento dos sujeitos provocada pelo processo de aprendizagem.

Já os estudos de Quirino (2005) revelam que o pedagogo deve ser formado para transformar a prática educativa em quaisquer espaços em que ela aconteça. Ele também deve exercer uma atividade intencional e eficaz não somente para alcançar os objetivos organizacionais, como também sociais e políticos da educação. Esse ponto requer atenção, já que supõe ações que ultrapassem o fenômeno da adaptação. Em empresas, nas quais os lucros são o objetivo final, essa postura pode se mostrar um desafio, isso porque é comum observarmos ambientes corporativos competitivos, individualistas e materialistas, já que refletem o modo de organização do mercado produtor de bens e consumo.

No entanto, se compreendermos que as relações, reflexões e ações dos indivíduos no ambiente de trabalho refletem sua postura diante da vida e dos outros, encontramos nesse ponto o poder transformador da educação, que exige uma atitude ética e autônoma em todos os espaços. Sendo assim, o papel do pedagogo se mostra fundamental para revisão e criação de novas possibilidades para se pensar o mundo.

Em relação à especificidade das atividades exercidas pelos pedagogos em empresas, destaca Quirino (2005) que as mais comuns estão relacionadas aos recursos humanos e consultorias internas e externas.

Exemplificando

Atividades desenvolvidas na área de recursos humanos por pedagogos em empresas: formação e qualificação profissional, treinamento e desenvolvimento, programas de formação, qualificação e espacialização profissional, entre outros.

Atividades de consultorias internas e externas realizadas por pedagogos: capacitação profissional, elaboração de projetos educacionais, organização de cursos *in company*, elaboração de espaços e meios educativos e informacionais, campanhas de qualidade, alfabetização de adultos, entre outros (QUIRINO, 2005, p. 98-99).

A respeito do perfil do pedagogo para atuar em empresas, Silva e Moura (2013) nomeiam três competências básicas: capacidade de trabalhar em equipe; capacidade de dirigir um grupo de trabalho e conduzir reuniões e

competência de enfrentar e analisar em conjunto situações complexas, práticas e problemas profissionais. Para os autores, o pedagogo empresarial é um profissional detentor de um vasto conhecimento acerca do comportamento humano, um articulador de interesses, um líder na dinâmica organizacional.

Reflita

Você acredita ter o perfil profissional para atuar em empresas? Tente responder a essa pergunta listando suas principais características pessoais.

Vale, ainda, refletir acerca dos desafios e das possibilidades do profissional da educação diante de um cenário que traz constantes mudanças no mundo atual, provenientes das inovações tecnológicas. Castells (1999), ao apresentar sua obra *A Sociedade em Rede*, realiza uma análise da sociedade na era da informação. Ele enuncia que a evolução tecnológica do segundo milênio da era cristã modificou a base material da sociedade em um ritmo acelerado, colocando a problemática da revolução da tecnologia da informação como essencial para a reestruturação do sistema capitalista a partir da década de 1980. Essa revolução foi moldada pela lógica e interesses capitalistas, mas não se limitou a eles. Tais transformações modificaram a estrutura social, gerando um novo modo de desenvolvimento, o informacionalismo, termo desenvolvido por Castells (1999). Assim, "a relação entre a mão-de-obra e a matéria no processo de trabalho envolve o uso de meios de produção para agir sobre a matéria com base em energia, conhecimentos e informação. A tecnologia é a forma específica dessa relação" (CASTELLS, 1999, p. 34).

Pensando na evolução da ciência e da tecnologia, que difundem informação e conhecimento em um ritmo estonteante, destacamos a necessidade do pedagogo em se manter atualizado, assim como perceber as mudanças provenientes da evolução tecnológica de forma crítica. Somente assim ele poderá dar conta da tarefa de auxiliar o trabalhador a utilizar as tecnologias de forma atualizada, mas também consciente, compreendendo-as não só como ferramentas, mas também como meios que modificam a forma de viver e de se relacionar.

Pode-se concluir, por fim, que o pedagogo nas empresas tem uma tarefa essencial. Ele deve promover e gerir atividades voltadas ao seu campo de estudos, ou seja, à educação, apresentando-se como o profissional capaz de conduzir de forma positiva o conhecimento e o relacionamento das pessoas. Isso sinaliza ações focadas na dimensão humana e do conhecimento, contudo, sem perder de vista a relação empresa-trabalhador.

O pedagogo atuando em sistemas prisionais

Você já pensou na importância do trabalho que o pedagogo desempenha na prisão? Tal reflexão é parte da tarefa a partir da qual é preciso reconhecer que o pedagogo está inserido em muitos espaços não escolares, assim como desempenha um papel fundamental na sociedade.

Antes de apresentar possíveis respostas à questão feita, é preciso refletir sobre o papel da instituição "prisão" na sociedade brasileira. Onofre (2016) indica que a prisão deveria promover a recuperação de pessoas que infringem a lei. Além disso, existe a ideia de que ela é uma instituição punitiva. Assim, vemos dois ideais dentro da prisão, um punitivo e outro educativo. Para nós, o foco se dará no aspecto educativo dessas instituições.

Assim sendo, questiona-se se o sistema carcerário oferece condições para ressocialização do encarcerado. Onofre (2016) relata que há um anacronismo no sistema prisional, já que ele investe em um modelo falido e, ao mesmo tempo, aposta discursivamente em uma alternativa recuperadora. Tal relato sinaliza que temos falhado no objetivo de devolver à sociedade um cidadão renovado, possuidor de atributos necessários para convivência social.

Para compreendermos o caráter ressocializador dos sistemas prisionais, podemos lançar um olhar para as causas que geram a violência e infração das leis. Oliveira (2015) aponta em sua pesquisa que tem ocorrido um aumento do número de adolescentes em conflito com a lei. De acordo com o documento intitulado *Mapa da Violência 2011: os jovens do Brasil*, produzido pelo Instituto Sangari e pelo Ministério da Justiça, as causas da violência são resultado de um processo aleatório, mas se relaciona à questão social, política e econômica de um país (OLIVEIRA, 2015, p. 90). Não é difícil constatar tal afirmativa quando olhamos para os baixos índices de violência em países nos quais as condições econômicas e políticas são estáveis, primando por processos democráticos e condições de dignidade e amparo social à população.

Assim sendo, podemos questionar quais ações se mostram mais efetivas no combate à violência? O Plano Nacional de Atendimento Socioeducativo aponta que:

> "As causas da violência, como as desigualdades sociais, o racismo, a concentração de renda e a dificuldade ao acesso a políticas públicas, não se resolvem com a adoção de leis

> penais mais severas e sim através de medidas capazes de romper com a banalização da violência e seu ciclo perverso. (BRASIL, 2013, p.15)

A partir do trecho em destaque, podemos apontar a importância de ações educativas transformadoras em todos os espaços sociais. Para reconhecer tal importância, o Ministério da Educação, nas Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação, propõe um capítulo que trata especificamente da Educação em Direitos Humanos.

Saiba mais

Para saber mais sobre o contexto histórico dos Direitos Humanos e da Educação em Direitos
Humanos, leia o material a seguir, especificamente da página 516 a 523.
BRASIL. Conselho Nacional de Educação. **Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos**. Brasília: Ministério da Educação, 2012.

O referido documento aponta os Direitos Humanos como fruto da luta pelo reconhecimento, realização e dignidade humana (BRASIL, 2012). A Educação em Direitos Humanos, por sua vez, é alicerce para a mudança social, sendo ela mesma, a educação, considerada um direito humano. Assim sendo, ela poderá influenciar na construção democrática de um processo para fortalecimento de comunidades e grupos tradicionalmente excluídos dos seus direitos, opondo-se a desigualdades de qualquer tipo, assim como a opressões vinculadas ao controle do poder por minorias sociais.

Saiba mais

Os princípios da Educação em Direitos Humanos são:

- Dignidade humana.
- Igualdade de direitos.
- Reconhecimento e valorização das diferenças e das diversidades.
- Laicidade do Estado.
- Democracia na educação.
- Transversalidade, vivência e globalidade.
- Sustentabilidade socioambiental.

(BRASIL, 2012).

Reconhecendo os princípios da educação ressocializadora, pautada nos Direitos Humanos, podemos refletir como deve atuar o pedagogo no sistema prisional.

Oliveira (2015, p. 99-100) nos ajuda na visualização das ações exercidas pelo pedagogo na unidade penal, afirmando que além de articulador da educação formal, o profissional também atende à formação profissional e empregabilidade; executa atividades orgânicas como conselho disciplinar, comissão técnica de classificação, parecer para benefícios, entre outros; além de atividades de grupo. O pedagogo também elabora, junto à Comissão Técnica de Classificação – CTC composta por diversos profissionais, o programa individualizado de pena privativa de liberdade adequada ao condenado ou preso provisório. Tais ações requerem um profissional preparado e consciente de seu papel na luta contra as desigualdades sociais, promovendo ações ressocializadoras e embasadas na Educação em Direitos Humanos.

A partir dos nossos estudos, pudemos constatar a importância do pedagogo como promotor de uma educação ressocializadora no sistema prisional, contribuindo para que os encarcerados possam retornar à sociedade reabilitados, ou seja, aptos a conviver como um cidadão de direitos e deveres. Para isso, se faz necessário que o profissional da educação compreenda que "A formação política deve estar pautada numa perspectiva emancipatória e transformadora dos sujeitos de direitos" (BRASIL, 2012, p. 522).

Por fim, pudemos conhecer e reconhecer a importância da atuação do pedagogo no setor público e no setor privado, conhecidos como primeiro e segundo setores da organização econômica da sociedade. Foram realizados, também, estudos que pudessem reconhecer os desafios e possibilidades de atuação do pedagogo nas empresas, exercendo ações focadas na dimensão humana e do conhecimento da relação empresa-trabalhador. Nesta seção também pudemos refletir a respeito da prática do pedagogo e sua importância no sistema prisional, de forma a agir sempre em consonância com uma educação baseada nos princípios ressocializadores e da Educação em Direitos Humanos.

O estudo de diversas possibilidades de atuação do pedagogo demonstrou, de forma geral, a necessidade de constante especialização e atualização, buscando antes reconhecer seu perfil profissional para realizar o aprimoramento das habilidades necessárias para o exercício de sua profissão.

Sem medo de errar

Seguimos junto a Gabriel, estudante de pedagogia que busca encontrar novas áreas de atuação. Ele recebeu a segunda tarefa de seu professor orientador, que consistia em pesquisar o campo de trabalho para o pedagogo no primeiro e segundo setor, identificando o perfil profissional para atuar em cada um deles. Gabriel também deveria listar ao menos dois cargos que poderia ocupar no primeiro e no segundo setor.

A primeira pesquisa feita se deu na tentativa de reconhecer e diferenciar o primeiro e o segundo setor. Como já vimos, o primeiro setor se refere ao setor público e, assim, sua atuação se dará junto às prefeituras municipais, aos governos dos estados e à federação. Por não possuir fins lucrativos, o interesse das ações no setor é voltado ao bem comum e nunca deve atender a interesses alheios a ele. O dinheiro que circula nesse setor também é público e, por isso, Gabriel destacou em sua pesquisa o compromisso com a ética que deve ter o servidor.

O segundo setor, o privado, está ligado à livre inciativa, atendendo às demandas do mercado de produção e serviços. Ele é formado por empresas privadas que visam o lucro como finalidade, competindo entre si. Gabriel constatou que o pedagogo nesse setor, segundo Silva e Moura (2013), deve ser capaz de propor ações de planejamento e construção de estratégias e métodos adequados aos objetivos definidos como finalidade principal da empresa. Os autores nos lembram, ainda, que o pedagogo empresarial deve ser um profissional detentor de um vasto conhecimento acerca do comportamento humano, um articulador de interesses e um líder na dinâmica organizacional.

No final da pesquisa, Gabriel pôde aprender bastante a respeito das oportunidades que terá como profissional. Contudo, algumas dúvidas ainda permaneceram. Para saná-las, ele continuou sua pesquisa procurando ofertas de vagas para pedagogos em cada um dos setores, lembrando que seu foco é em espaços não escolares.

Ao iniciar sua pesquisa por ofertas no primeiro setor, ele constatou que a grande maioria dos cargos era para atuar em escolas, porém, era possível encontrar muitas possibilidades também fora delas. Um dos editais encontrados, O Processo Seletivo Simplificado – PSS será executado pela Fundação de Atendimento Socioeducativo do Estado do Pará, a qual tem como missão coordenar e executar a política estadual de atendimento socioeducativo a adolescentes e jovens com prática de ato infracional, bem como de seus familiares, orientados pela doutrina da proteção integral. O cargo destinado ao pedagogo requer diploma de graduação em Pedagogia, expedido por instituição reconhecida pelo MEC. Um ponto que chamou a atenção de Gabriel foi a remuneração, que era de R$ 1.515,30 por 30 horas semanais.

Outra oferta para o cargo de pedagogo encontrado foi para o Instituto Nacional do Seguro Social, edital nº 1 - INSS, de 26 de dezembro de 2007. O cargo correspondente se trata de analista do seguro social com formação em pedagogia. A descrição sumária das atribuições consistia em analisar e elaborar projetos, programas e ações de educação continuada, voltados para

a identificação, desenvolvimento e avaliação de competências alinhados ao Projeto Político-Pedagógico do INSS; e executar as demais atividades definidas em normas do INSS. A remuneração para o cargo, com jornada de 40 horas de trabalho, era de até R$ 2.243,78, composta por vencimento básico, gratificação de atividade executiva, gratificação de desempenho de atividade do seguro social, e vantagem pecuniária individual.

Em sequência Gabriel foi pesquisar vagas ofertadas para o segundo setor, ou seja, o empresarial. Ele fez sua busca em diversos sites que anunciam vagas de empregos e também constatou que existiam algumas ofertas para atuar fora dos espaços escolares. Uma das vagas era a de consultor pedagógico em uma editora. A remuneração inicial era de R$ 3.500,00 e a atuação se daria especialmente em atividades de planejamento, treinamento, divulgação de produtos e organização de eventos com finalidade pedagógica. Outra vaga anunciada era para atuar em uma empresa do ramo de comércio, no cargo de analista de treinamento e desenvolvimento, na cidade de Belo Horizonte - MG. A formação exigida era de curso superior completo em Pedagogia Empresarial e áreas afins. A qualificação estabelecida para pleitear a vaga requeria experiência na área de treinamento e desenvolvimento, assim como criação de materiais de formação de pessoas. Solicitava profissionais críticos, criativos, com pensamento estratégico e bom relacionamento pessoal, com iniciativa, dinâmicos, com foco em resultados. Outra exigência feita era no conhecimento de recursos de informática como pacote office e planilhas.

No final da pesquisa, Gabriel concluiu que era preciso focar, já durante a graduação, na área para a futura atuação, já que sua formação lhe abria um grande leque de opções para trabalhar. Ele compreendeu que deveria buscar cursos, disciplinas e projetos que abordassem o tema/área de seu interesse o quanto antes. Por fim, ele se sentiu instigado a descobrir quais outros possíveis cargos poderia exercer e continuou sua busca.

Avançando na prática

Pedagogia empresarial: qual perfil desejado?

Descrição da situação-problema

Júlia está cursando o último ano do curso de Licenciatura em Pedagogia. Ela deve, nesse momento, escolher disciplinas optativas para compor sua grade de estudos, que determinarão as habilitações futuras para sua atuação profissional. Dentre as disciplinas disponíveis, está a Pedagogia Empresarial,

que chamou sua atenção, porém, ela está em dúvida se tem ou não o perfil desejável para atuar nessa área.

Na descrição da disciplina, consta que a pedagogia empresarial se ocupa dos conhecimentos, das competências, das habilidades e das atitudes indispensáveis à melhoria da produtividade nos locais de atuação. Dentre suas funções específicas estão o planejamento, a implantação, o acompanhamento e a avaliação de programas de qualificação profissional. Atua, também, na estruturação do saber de treinamento, na adaptação de metodologia da informação e comunicação e na valorização das experiências já adquiridas (SILVA; MOURA, 2013, p. 61).

Júlia, então, decide listar suas principais características para depois compará-las às características desejáveis para a função. São elas: personalidade tímida; não gosta de falar em público; foge de situações de conflito; costuma ceder diante de embates; é calma; indecisa; gosta de crianças e animais; gosta de atividades ao ar livre e atividades físicas.

Pensando nas características citadas por Júlia, e com base em nossos estudos e reflexões a respeito das características desejáveis para atuar como pedagogo empresarial, qual foi a escolha dela?

Resolução da situação-problema

Inicialmente é preciso relembrar que o perfil do pedagogo para atuar em empresas propõe algumas competências básicas, como capacidade de trabalhar em equipe, de dirigir um grupo de trabalho, realizar reuniões e treinamentos, enfrentar situações complexas e problemas profissionais, entre outros. Há que se destacar também que ele deve ter uma personalidade de liderança dentro da dinâmica organizacional da empresa, sabendo articular interesses e conhecendo a respeito do comportamento humano.

Sendo assim, se compararmos o perfil exigido para o pedagogo empresarial com as características da personalidade listadas por Júlia, veremos que ela pode não estar tão alinhada ao perfil de liderança e flexibilidade desejado. Por sua timidez e postura de evitar embates e tomada de decisões, ela pode ter dificuldades para atuar em empresas. Contudo, cada pessoa pode buscar superar seus limites e se propor desafios, caso se sinta feliz e realizado com suas escolhas.

Faça valer a pena

1. O Ministério da Educação (MEC) prevê, em suas Diretrizes Curriculares Nacionais (DCN), a Educação em Direitos Humanos, tendo como principal escopo uma formação ética, crítica e política, garantindo que todas as pessoas possam ter a possibilidade de usufruírem de uma educação não discriminatória e democrática.

Tendo como referência as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação em Direitos Humanos, assinale a alternativa que contém, corretamente, os principais princípios da Educação em Direitos Humanos:

a) Reconhecimento e separação por diferenças; laicidade do Estado.
b) Democracia na educação e desvalorização das diferenças.
c) Transversalidade, vivência e globalidade; sustentabilidade socioambiental.
d) Desigualdade de direitos para populações estrangeiras; democracia na educação.
e) Dignidade humana; garantia de direitos somente para populações carentes.

2. A partir dos estudos e pesquisa realizados por Oliveira (2015) em uma unidade penal, considere as seguintes atividades:

I. Elaborar e manter atualizada a listagem de presos que frequentam a escola para o setor de segurança.
II. Orientar, em conjunto com o setor de segurança, os novos professores sobre as normas de procedimentos e medidas de segurança no desempenho de suas funções na escola, bem como atualizar o corpo docente quando da mudança de qualquer norma que venha a interferir no trabalho escola.
III. Organizar espaço para biblioteca escolar, propor critérios para acesso de todos os presos da unidade, bem como dos funcionários.

São atribuições de pedagogos em unidades penais, de acordo com Oliveira (2015), as atividades listadas em:

a) Apenas nas alternativas I e II.
b) Em nenhuma das alternativas.
c) Apenas na alternativa III.
d) Em todas as alternativas.
e) Apenas nas alternativas II e III.

3. Dentre as funções do pedagogo empresarial, está a incumbência de propor atividades que promovam a educação, ampliando de forma positiva o conhecimento e o relacionamento das pessoas. De acordo com Silva e Moura (2013), isso sinaliza que suas ações estão focadas na dimensão humana da relação empresa-trabalhador.
A partir do enunciado, que apresenta a importância da dimensão humana no trabalho do pedagogo empresarial, podemos discutir um pouco a respeito da *Teoria das Relações Humanas* de Chiavenato (2003).

Sendo assim, considere a afirmativa correta.

a) Todas as pessoas devem ter um comportamento padronizado no ambiente empresarial.
b) A compreensão das relações humanas permite ao administrador a criação de uma atmosfera que molda as pessoas segundo suas necessidades.
c) As relações humanas são as ações e as atitudes desenvolvidas a partir dos conflitos entre pessoas e grupos.
d) O comportamento humano é influenciado pelas atitudes e normas formais existentes nos grupos dos quais participa.
e) No local de trabalho, as pessoas participam de grupos sociais dentro da organização e mantêm-se em uma constante interação social.

Seção 3.3

O pedagogo no terceiro setor

Diálogo aberto

Bem-vindo, aluno, a mais uma seção!

Continuamos na busca por compreender as descobertas e os desafios que traz a formação em pedagogia. Nossa importante tarefa será saber como o pedagogo pode atuar junto às causas sociais. Você já conheceu ou participou de alguma instituição ou fundação que tinha como objetivo promover ações educativas? É fundamental refletir sobre como a educação tem potencial para transformar pessoas e espaços de forma positiva, promovendo ações que objetivam a igualdade e a justiça social.

Gabriel, nosso estudante do curso de Pedagogia que está buscando novas possibilidades de atuação para além dos muros da escola, recebe uma nova e desafiante tarefa de seu orientador. Vamos conhecê-la?

Uma organização não governamental (ONG) que atende a comunidade carente da periferia da cidade em que mora está em um período de mudanças e, assim, precisa reescrever seu regimento interno, visando incorporar mudanças que ocorreram com o passar do tempo e o trabalho. Gabriel, então, recebe o convite para atuar como voluntário junto à equipe de trabalho na ONG, podendo, assim, conhecer seu funcionamento e auxiliar a equipe na reorganização de seu regimento interno.

Inicialmente, ele precisa conhecer o trabalho desenvolvido pela ONG junto à comunidade e escolher um setor para atuar de forma voluntária. Como tarefa de casa, seu professor orientador pede uma pesquisa que responda às seguintes questões: quais são as diferenças e semelhanças entre ONG, instituição, fundação e entidade; e qual é a importância delas para a promoção de condições de igualdade e justiça social? Feitas as observações em campo, Gabriel também precisa refletir: quais são as possíveis atuações do pedagogo para o fortalecimento das ações que acontecem em uma ONG?

Desse modo, iremos juntos conhecer o terceiro setor e identificar as possibilidades de atuação do pedagogo. Será fundamental, neste momento, discutirmos e refletirmos a respeito das causas sociais e da importância do papel da educação como possibilidade de transformação e emancipação do indivíduo.

Vamos em frente?

O pedagogo no terceiro setor

O terceiro setor da sociedade civil é composto por diferentes instituições, como as entidades beneficentes, Organizações não Governamentais (ONGs), grupos políticos, entre outras. Sua principal característica é não possuir fins lucrativos e seu objetivo é de caráter social e não individual. Vale destacar que o terceiro setor pode receber verbas tanto públicas quanto privadas.

No Brasil, as entidades sociais e filantrópicas existem desde a época colonial, originadas nas tradições religiosas. Contudo, elas adquiriram novas características no século XX, com a herança do modelo de bem-estar-social. "No que se refere à natureza do Estado de bem-estar-social, Silva (2004) afirma que podemos concebê-lo como um sistema econômico baseado na livre empresa, entretanto com acentuada participação do Estado na promoção de benefícios sociais" (LIMA, 2010, p.18). Assim, nos princípios da década de 1940 aparece pela primeira vez a expressão ONG, na Carta das Organizações das Nações Unidas. Na década de 1970, as ONGs puderam ampliar suas propostas devido à situação política do país, que vivia a ditadura militar. Desse modo, as organizações se empenharam na luta pela democracia social e, durante séculos, sofreram alterações que permitiram ampliar seu espectro de atuação para além de causas assistencialistas.

Menezes (2000) relata um debate entre professores acerca do tema aqui tratado. Ele diz que, no contexto atual, as organizações estão revendo suas estruturas e surge como emergente a questão da qualificação profissional. Segundo as argumentações proferidas, há dois mundos em questão: um de pessoas qualificadas, denominado mundo dos vínculos, e outro de desqualificadas ou mundo dos não-vínculos. Ele aponta um cenário em que a educação e a formação são uma necessidade urgente, já que as organizações perceberam que o fator dos recursos humanos faz toda a diferença para garantir seu sucesso.

Há mudanças fundamentadas no processo de transformação pela cidadania que tem deixado de ter um caráter assistencialista para ajudar o sujeito fragilizado. Segundo Menezes (2000, [s.p.]), "abre-se espaço para um ser dotado de direitos, com propostas originais e inovadoras realizadas pela sociedade civil como sindicatos, partidos políticos, igrejas e outras organizações."

Dessa forma, vê-se o terceiro setor como um espaço de cooperação e de troca, no qual quem ganha espaço é a coletividade. O profissional, para atuar nele, tem um grande desafio, no qual terá que reaprender e rever práticas profissionais. Segundo os diálogos apresentados por Menezes (2000), a lógica do terceiro setor é qualitativa e não quantitativa, ou seja, não há como

mensurar os ganhos de um trabalho com números, já que seu valor está nas possibilidades de transformação social.

Reflita

Pensando na realidade do setor apresentada, qual seria o perfil do profissional desejado para atuar nele? Quais espaços de atuação o pedagogo teria no terceiro setor?

A pedagogia social

Pensando no perfil profissional desejado para atuar no terceiro setor e, especialmente, no papel que teria o pedagogo nessas fundações e organizações, vamos retomar a pedagogia social. Podemos dizer que o profissional formado em Pedagogia Social tem por objetivo atender àqueles que, de alguma forma, estão em desvantagem social.

Desse modo, a pedagogia social tem por preocupação a própria condição social, que mobiliza práticas pedagógicas interessadas nas políticas sociais no Brasil em favor de pessoas que se encontram em condição de vulnerabilidade, atuando de forma acolhedora e em consonância com os Direitos Humanos. O educador social ou pedagogo social, por sua vez, tem como missão a possibilidade de um mundo melhor.

Saiba mais

Leia o artigo de Azevedo (2008) para saber um pouco mais a respeito dos educadores sociais.

AZEVEDO, J.; BAPTISTA, I. Educadores Sociais: Quem são? O que fazem? Como ‘desejam ser reconhecidos? In: **Cadernos de Pedagogia Social**: Educação e Solidariedade. Lisboa – Portugal: Universidade Católica Editora, 2008.

Serva (2011) pensa a formação do educador social a partir dos quatro eixos citados no relatório *Educação, um tesouro a descobrir*, produzido pela UNESCO sob a coordenação de Jacques Delors nos anos 1990. São eles: aprender a ser; aprender a conviver; aprender a fazer e aprender a aprender.

Reflita

Você já pensou em como esses pilares podem colaborar para mudança social e emancipação dos indivíduos?

Vamos conhecê-los refletindo, também, sobre o papel do educador social na sua execução:

Assimile

Aprender a ser: implica o desenvolvimento da solidariedade e da autonomia do indivíduo, levando em conta um projeto de vida para o bem-estar pessoal e da comunidade. Isso significa "[...] não deixar inexplorado nenhum dos talentos que, à semelhança de tesouros, estão soterrados no interior de cada ser humano. Sem sermos exaustivos, podemos citar a memória, o raciocínio, a imaginação, as capacidades físicas, o sentido estético, a facilidade de se comunicar com os outros, o carisma natural de cada um... Eis o que confirma a necessidade de maior compreensão de si mesmo" (DELORS, 2010. p. 14).

Sendo assim, podemos pensar como deve ser uma educação que promove o crescimento humano? Para isso, Serva (2011, p. 15) diz que o objetivo primordial da educação seria a pessoa em pleno funcionamento, o que pressupõe uma educação libertadora das potencialidades humanas por meio de um processo de ajuda ao indivíduo para que ele se torne uma pessoa aberta à própria experiência. Ele necessita viver livre de preconceitos e disposto a mudanças, tornando-se autoconfiante, autêntico e responsável pelos seus atos. Assim sendo, uma ação necessária ao educador social é investir no crescimento pessoal, fortalecendo a si enquanto indivíduo autônomo e autodeterminado, porém, socialmente responsável (SERVA, 2011).

Assimile

Aprender a conviver: fortalecimento do indivíduo para conviver como membro de uma comunidade ou grupo. De acordo com Delors (2010, p. 13), esse princípio visa desenvolver "o conhecimento a respeito dos outros, de sua história, tradições e espiritualidade. E a partir daí, criar um novo espírito que, graças precisamente a essa percepção de nossa crescente interdependência, graças a uma análise compartilhada dos riscos e desafios do futuro, conduza à realização de projetos comuns [...]".

Para conquistar ações, seguindo o princípio do *Aprender a conviver,* segundo Serva (2011), é preciso fortalecer as capacidades de se comunicar, interagir, participar e cooperar usando habilidades individuais para o fortalecimento do grupo. Para o autor, o exagerado fortalecimento do individualismo no mundo atual precisa ser enfrentado com o sentimento de pertencimento e

comunidade. Ele aponta a democracia como ensino sistemático e como um conjunto de práticas complexas que se pode ensinar. Desse modo, ele propõe o fortalecimento da dimensão política como contribuição do educador social para um mundo melhor.

Assimile

Aprender a fazer: a educação deve promover a ação. Ela é uma forma de intervir no mundo. "Além da aprendizagem continuada de uma profissão, convém adquirir, de forma mais ampla, uma competência que torne o indivíduo apto para enfrentar numerosas situações, algumas das quais são imprevisíveis, além de facilitar o trabalho em equipe que, atualmente, é uma dimensão negligenciada pelos métodos de ensino" (DELORS, 2010, p 13).

A proposta do autor como um dos fundamentos complementares da formação no *Aprender a fazer* do educador social seria o estudo do processo que gera aprendizagem sobre as práticas concretizadas nas atividades cotidianas das próprias comunidades em que esses educadores atuam. "A implementação de tecnologias sociais, uma das metas do educador social, é indiscutivelmente tributária do aprender a fazer" (SERVA, 2011, p.17).

Assimile

Aprender a aprender: aprender ao longo da vida mantendo a curiosidade, o sentido crítico e a possibilidade de aumentar a capacidade de discernimento.

"Aprender a conhecer, combinando uma cultura geral, suficientemente ampla, com a possibilidade de estudar, em profundidade, um número reduzido de assuntos, ou seja: aprender a aprender, para beneficiarse das oportunidades oferecidas pela educação ao longo da vida" (DELORS, 2010, p. 31).

Aqui, no *Aprender a aprender*, destaca-se a abertura ao outro e a tolerância para diferentes escolhas e estilos de vida, de diferentes valores culturais. Os processos de aprendizagem são eternos e perduram por toda a existência do indivíduo, sempre partindo de novas possibilidades de convivência e aprendizado.

Sendo assim, a pedagogia social envolve a reflexão acerca do mundo atual, suas contradições, suas injustiças e, mais que tudo, as possibilidades de atuar promovendo a emancipação, a autonomia e a superação de preconceitos e

desigualdades. Vivemos um tempo em que tais questões, mais do que nunca, irão imergir das ideias, ganhando contornos de luta, superação, autoconhecimento. O momento atual, sobretudo diante do cenário político, requer posicionamento, opinião, crítica, reflexão. O pedagogo, por sua vez, precisa estar preparado para superar e enfrentar desafios.

Exemplificando

Leia um trecho da música *Até Quando?* de Gabriel O Pensador.

> [...] Muda, que quando a gente muda o mundo muda com a gente
> A gente muda o mundo na mudança da mente
> E quando a mente muda a gente anda pra frente
> E quando a gente manda ninguém manda na gente!
> Na mudança de atitude não há mal que não se mude nem doença sem cura
> Na mudança de postura a gente fica mais seguro
> Na mudança do presente a gente molda o futuro! [...] (ATÉ, 2001).

O compositor e interprete exemplifica a possibilidade de mudança por meio de uma postura crítica e ativa, utilizando-se da arte como forma autêntica de expressão.

Diante do que vimos até o momento, é possível inferir que o pedagogo social propõe iniciativas para além daquelas convencionais de ensino, o que lhe possibilita propor práticas alternativas. De acordo com Graciani (2011), esse profissional deve resistir de forma criativa à banalização do mal, das violências, às explorações sociais, já que é preciso lutar contra situações que resultam em guerras, devastação ambiental, preconceitos religiosos e tantos outros. Ele também precisa adotar posturas de acolhimento e manifestação de amor, de respeito pelo outro, expressos na possibilidade de diálogo e valorização de ações solidárias.

Ainda segundo Graciani (2011), a negação do outro tem sido um dos piores fatores de conflitos sociais. "A invisibilidade do outro que está ao meu lado é um dos componentes do processo da exclusão, seja ela causada por preconceito étnico, cultural, religioso, por discriminação de gênero, opção sexual ou desigualdade social" (GRACIANE, 2011, p. 96). A conquista do amor pelo outro, do amor por si mesmo, alicerçada na descoberta e no respeito pelas diferenças e singularidades existentes no mundo, é a melhor conquista que a humanidade pode desejar. Sendo assim, para a autora, a experiência amorosa constitui a força mais poderosa de transformação e educação, sendo fundamental no processo educativo.

Saiba mais

Pesquise autores que abordam o poder educativo do amor como propulsor da humanidade e do indivíduo. Dentre eles, temos Johann Heinrich Pestalozzi e Janusz Korczak.

Por fim, o que propomos foi algumas reflexões que ampliem o olhar do pedagogo, compreendendo a formação para o mercado de trabalho para além de questões econômicas, que ganham maior ênfase nas atividades desenvolvidas no segundo setor e acabam por interferir na forma de vida das pessoas e organização da sociedade. Devemos ter o compromisso de formar pessoas capazes de viver e conviver em um mundo justo, harmoniosos, com paz e tolerância. Nesse aspecto, a atuação do pedagogo social, especialmente em atividades desenvolvidas pelo terceiro setor, tem grande destaque. A educação, apesar de não conseguir sozinha resolver os problemas da sociedade, é importante foco de possibilidades e mudanças.

O pedagogo atuando nas causas ambientais

Dentre as possibilidades de atuação do pedagogo no terceiro setor estão as causas ambientais. Vemos que há necessidade de movermos esforços para motivar pessoas a se sensibilizarem com a valorização de uma interação saudável com o meio ambiente, protegendo recursos naturais, promovendo ações que não sejam predatórias ou exploratórias.

Nesse aspecto, a educação ambiental se torna uma ação pedagógica fundamental. A Política Nacional de Educação Ambiental – Lei nº 9795/1999, art. 1º – a compreende da seguinte maneira:

> “Entendem-se por educação ambiental os processos por meio dos quais o indivíduo e a coletividade constroem valores sociais, conhecimentos, habilidades, atitudes e competências voltadas para a conservação do meio ambiente, bem de uso comum do povo, essencial à sadia qualidade de vida e sua sustentabilidade. (BRASIL, 1999. [s.p.])

De acordo com a lei, essa política envolve processos que preveem a consciência do meio ambiente como função da educação e, portanto, pode ser compreendida como tarefa do pedagogo. Segundo Trein, (2008, [s.p.]):

> “A Educação Ambiental, apoiada em uma teoria crítica que exponha com vigor as contradições que estão na raiz do modo de produção capitalista, deve incentivar a participação social na forma de uma ação política. Como tal, ela deve ser aberta ao diálogo e ao embate, visando à explicitação das contradições teórico-práticas subjacentes a projetos societários que estão permanentemente em disputa.

Reflita

Você consegue pensar em projetos e ideias que envolvam ações educativas em relação ao meio ambiente?

Um dos movimentos que necessita da educação ambiental e que vem ganhando destaque nos últimos anos é a *Permeacultura*. De acordo com Santos e Venturi ([s.d.]), *permeacultura* origina-se do termo inglês ***Perma****nent Agri****culture,*** criado na década de 1970 por Bill Mollison e David Holmgren. A compreensão do termo ultrapassa a agricultura, segundo os autores, abrangendo uma ampla área do conhecimento de diferentes campos científicos. Na atualidade, podemos dizer que ela perpassa as áreas da ecologia, da leitura de paisagem, do reconhecimento de padrões naturais, do uso de energia, do bem manejar os recursos naturais, do planejamento de ambientes humanos sustentáveis e da produção de produtos em equilíbrio e harmonia com a natureza.

Vocabulário

Santos e Venturi [s.d.] apresentam a *permeacultura* como uma ciência de cunho holístico e socioambiental, misturando saberes científicos e popular, com vistas a nossa permanência como espécie na terra.

A *permeacultura* possui três princípios éticos: cuidar da terra, cuidar das pessoas e cuidar do futuro. Refletir esses princípios é extremamente importante como possibilidade de trazer consciência ao utilizar os recursos naturais de forma equilibrada e respeitosa. Esse papel é de grande relevância para qualquer educador e requer atuação ativa de pedagogos em diferentes espaços educacionais.

Pensando nos campos de atuação do pedagogo no terceiro setor, pode-se considerar várias organizações e fundações que têm por objetivo despertar para a consciência ambiental. Um exemplo conhecido mundialmente é o

Greenpeace. Segundo o site da organização, o *Greenpeace* tem forte atuação no Brasil há mais de 25 anos, confrontando o desmatamento ilegal, a indústria do petróleo e de energia nuclear, os produtores de transgênicos e os projetos que ameaçam o meio ambiente e as comunidades.

Por fim, pudemos, nesta seção, conhecer um pouco sobre terceiro setor e refletir sobre a importância do pedagogo como promotor de práticas educativas em diferentes espaços não escolares. Constatamos que, ao se pensar na atuação no terceiro setor, o profissional da educação precisa propor práticas voltadas ao coletivo, com intuito de promover uma sociedade mais justa, com pessoas conscientes e que respeitem a si mesmo, os outros e o meio ambiente.

Sem medo de errar

Vamos relembrar as tarefas dadas ao aluno de pedagogia? Para cumpri-las, Gabriel deveria seguir alguns passos, sendo que o primeiro deles seria conhecer uma ONG indicada pelo seu professor orientador, atuando nela como voluntário. Essa ONG atende à comunidade carente da periferia de uma cidade e, no atual momento, passa por uma estruturação do seu regimento interno, com a finalidade de atender às novas demandas no trabalho desenvolvido. Gabriel, ao iniciar sua participação, descobriu que a organização atende crianças e jovens da comunidade com a finalidade de desenvolver diversas atividades educativas e culturais, funcionando como contraturno escolar.

O trabalho realizado é sério, e os profissionais envolvidos possuem grande vínculo afetivo com as crianças e os jovens. Uma das trabalhadoras que o recebeu, disse que as mudanças que eles buscavam no regimento interno tinham a proposição de registrar o compromisso da organização com a inclusão de pessoas com deficiência, já que naquele ano eles receberam uma criança cega e uma cadeirante. Surgiu, desse modo, a necessidade de reformar o espaço físico visando adaptação e acesso de pessoas com deficiência, assim como atendimento especializado para deficientes visuais e capacitação dos trabalhadores da ONG para trabalhar com a inclusão. Ele também descobriu que na ONG havia apenas uma pedagoga formada, que atuava como coordenadora pedagógica dos trabalhos e, por isso, ela estava necessitando de auxílio especializado.

A tarefa passada a Gabriel, que se dispôs a ajudar, foi a de pesquisar leis que abordassem o tema da inclusão uma vez que deveriam ser estudadas pela equipe e incorporadas tanto no dia a dia do trabalho como registradas no regimento interno. Ao iniciar suas pesquisas, Gabriel pôde constatar que

a educação inclusiva não é somente uma necessidade, mas sim um direito. Ele passou a estudar leis e documentos que abordavam o tema, entre eles os seguintes: art. 59 da Lei de Diretrizes e Bases da educação nacional; a Convenção de Guatemala de 1999 e a Declaração de Salamanca de 1994. Você conhece esses documentos? Todos eles têm em comum a luta por condições de igualdade e acesso à educação de pessoas com deficiência de modo que haja a equalização de oportunidades para todos. A referência bibliográfica completa de todos eles encontra-se no final desta unidade, não deixe de consultar!

A tarefa seguinte de Gabriel consistia em realizar uma pesquisa para compreender quais são as diferenças e semelhanças entre ONG, instituição, fundação e entidade, bem como a importância delas para a promoção de condições de igualdade e justiça social.

Ao iniciar seus estudos e pesquisas, ele compreendeu que ONG, instituição, entidade e fundação são denominações que têm em comum atividades declaradamente sem fins lucrativos cujo objetivo é a luta por causas coletivas. Juridicamente, toda entidade, ONG, instituição ou organização é reconhecida como associação ou fundação, sendo que a principal diferença entre elas é que enquanto a associação se caracteriza pelo conjunto de união de pessoas, a fundação se organiza em um conjunto de bens (um patrimônio é destinado a determinado objetivo).

Todas as associações e fundações que têm por objetivo a promoção de condições de igualdade e justiça social são fundamentais no contexto atual, atendendo às demandas de indivíduos e grupos que não só possuem necessidades a serem atendidas, mas que são possuidores de direitos. A participação de pedagogos nesses espaços indica oportunidade de transformação social por meio da educação, tendo como premissa a escuta e atuação de grupos que lutam por diferentes causas e princípios.

Feitas as observações em campo, Gabriel também precisa refletir sobre quais são as possíveis atuações do pedagogo para o fortalecimento das ações que acontecem em uma ONG?

Diante do contexto vivenciado por ele por meio da atuação na organização, ele percebeu que o pedagogo busca atender às diversas demandas, como organizar o trabalho pedagógico nas diferentes atividades propostas, estabelecer um norte comum que oriente as práticas educativas do local, organizar documentos que orientam o trabalho educativo, trazer e atualizar conhecimentos relativos às tarefas educativas; gerir processos de organização de atividades e recursos humanos, entre muitos outros. Percebeu, também, que suas ações devem ter como norte e/ou princípio a educação como possibilidade de transformação social e emancipação de indivíduos, especialmente àqueles que se encontram excluídos e/ou marginalizados.

Assim sendo, pudemos compreender o papel do pedagogo nesses diferentes espaços como agentes capazes de fazer escolhas conscientes e fundamentadas, realizando intervenções didático-pedagógicas nos diferentes processos que envolvem a educação.

Avançando na prática

Ativismo ambiental: possibilidades para Pedagogos

Descrição da situação-problema

Janice, recém-formada no curso de Pedagogia, tem a vontade de atuar junto a causas ambientais. Em sua trajetória, ela sempre se interessou pela área da educação ambiental e está em busca de experiências e oportunidades nessa área. Ela resolve enviar seu currículo para diferentes associações e fundações, dentre elas o *Greenpeace*. Essa organização internacional, sem fins lucrativos, tem como princípio o confronto criativo e não violento em favor de causas ambientais. Sua missão é garantir a capacidade da Terra de nutrir a vida em toda a sua diversidade. Desse modo, seus objetivos são:

> “
> - Proteger a biodiversidade em todas as suas formas.
> - Prevenir a poluição do ar, das águas e da terra.
> - Acabar com a ameaça nuclear e enfrentar as mudanças climáticas.
> - Promover a paz, o desarmamento global e a não-violência.
>
> (GREENPEACE BRASIL, [s.d.], [s.p.])

Ela precisa indicar em seu currículo campanhas de interesse para atuação.

Navegue no site do *Greenpeace* e descubra em quais causas Janice pode atuar:

GREENPEACE BRASIL. **Participe**. [s.d.]. Disponível em: https://www.greenpeace.org/brasil/participe/. Acesso em: 21 jan. 2019.

Resolução da situação-problema

O Greenpeace, hoje, traz diferentes e diversas campanhas. Entre as possibilidades, Janice indicou três delas:

“
- Defenda os Corais da Amazônia.
- Vamos zerar o desmatamento no Brasil.
- Reduza seu consumo de carne.

(GREENPEACE BRASIL, [s.p.], [s.p.])

Qual campanha você escolheria se estivesse no lugar de Janice? Busque as causas com as quais você mais se identifica.

Faça valer a pena

1. Considere o trecho a seguir:

“E de pai pra filho o racismo passa, em forma de piadas que teriam bem mais graça se não fosse o retrato da nossa ignorância, transmitindo a discriminação desde a infância. E o que as crianças aprendem brincando, é nada mais nada menos do que a estupidez se propagando”. (LAVAGEM, 1993)

Pensando na função do pedagogo social como promotor de uma sociedade mais justa e igualitária, podemos afirmar que o trecho acima evidencia:

a) O problema social gerado pela falta de crença religiosa.
b) A valorização da cultura branca e ocidentalizada.
c) O respeito pelas diferentes culturas e credos nas telenovelas.
d) Uma mídia que ajuda a promover a igualdade entre os povos.
e) A valorização da cultura brasileira, influenciada pelos negros africanos.

2. Sobre o terceiro setor da sociedade civil é correto afirmar:

I. Não é considerado um setor público nem privado e geralmente recebe verba somente do setor privado.
II. Seu objetivo deve ser sempre social.
III. Toda associação precisa estar registrada e existir perante a lei, possuindo um Estatuto Social.
IV. Podem receber verbas do setor público e privado e em alguns casos ter finalidade lucrativa quando atender ao setor público.

Considerando as afirmativas acima, pode-se afirmar que estão corretas:

a) Todas as afirmativas estão corretas.
b) Nenhuma das afirmativas estão corretas.
c) Apenas as afirmativas II, III e IV estão corretas.
d) Apenas as afirmativas II e III estão corretas.
e) Apenas as afirmativas II e IV estão corretas.

3. "O Greenpeace é uma organização internacional sem fins lucrativos e totalmente financiada por seus apoiadores. Não aceitamos dinheiro de empresas e governos com o objetivo de manter a independência de nossa atuação". (GREENPEACE BRASIL, [s.d], [s.p])

Considerando o texto acima, podemos afirmar que o Greenpeace:

a) Juridicamente é reconhecido como uma fundação que defende causas ambientais.
b) Juridicamente é reconhecido como uma associação de ordem beneficente.
c) Juridicamente é reconhecido como uma fundação que defende causas educacionais.
d) Juridicamente é reconhecido como uma associação que defende causas ambientais.
e) Juridicamente é reconhecido como uma associação de ordem religiosa.

Referências

ADORNO, T. W. A Indústria Cultural. In: COHN, G. (Org). **Comunicação e indústria cultural**. 4. ed. São Paulo, Nacional, 1978. p. 287-95.

ADORNO, T. W. **Educação e Emancipação**. Tradução Wolfgang Leo Maar. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.

ADORNO, T. W.; HORKHEIMER, M. **Dialética do esclarecimento**: fragmentos filosóficos. Tradução de Guido Antonio de Almeida. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1985.

ADORNO. Teoria da Semiformação. In: PUCCI, B.; ZUIN, A.A.S.; LASTÓRIA, L.A.C.N. (org.). **Teoria Crítica e Inconformismo**. Campinas, SP: Autores Associados, 2010.

ALMEIDA, M. **Pedagogia Empresarial:** Saberes, Práticas e Referências. Rio de Janeiro: Brasport, 2006.

ANTUNES, Ricardo; ALVES, Giovanni. As mutações no mundo do trabalho na era da mundialização do capital. In: **Educ. Soc.**, Campinas, v. 25, n. 87,p. 335-351, maio/ago. 2004. Disponível em: http://www.scielo.br/pdf/es/v25n87/21460.pdf. Acesso em: 18 jan. 2019.

BERMAN, M. Introdução: Modernidade – Ontem, Hoje e Amanhã In: **Tudo o que é sólido desmancha no ar:** a aventura da modernidade. Tradução: Carlos Felipe Moisés e Ana Maria L. Ioriatti. São Paulo: Companhia das Letras, 1986, p. 15-35.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. **Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos. Brasília: Ministério da Educação**, 2012. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=13448-diretrizes-curiculares-nacionais-2013-pdf&Itemid=30192. Acesso em: 21 jan. 2019.

BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 – LDB**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, 1996. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/lei9394_ldbn1.pdf. Acesso em: 22 jan. 2019.

BRASIL., **Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999**. Dispõe sobre a educação ambiental, institui a Política Nacional de Educação Ambiental e dá outras providências. Brasília, 1999. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9795.htm. Acesso em: 22 jan. 2019.

BRASIL. Presidência da República. Secretaria de Direitos Humanos (SDH). **Plano Nacional de Atendimento Socioeducativo:** diretrizes e eixos operativos para o SINASE. Brasília: Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República, 2013. Disponível em: http://www.mpgo.mp.br/portal/arquivos/2017/03/03/17_49_45_295_Plano_NACIONAL_Socioeducativo.pdf. Acesso em: 21 jan. 2019.

CASTELLS, M. A sociedade em rede. Tradução: Roneide Venâncio Majer. In: **A era da informação:** economia sociedade e Cultura. v.1. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

CHIAVENATO, I. **Introdução à teoria geral da administração:** uma visão abrangente da moderna administração das organizações. 7. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2003.

CLARO, J. A. C. dos; TORRES, M. de O. F. Pedagogia Empresarial: a atuação dos profissionais da educação na gestão de pessoas. **Revista Contrapontos** - Eletrônica, v. 12, n. 2, p. 207-216, maio/ago., 2012.

CONVENÇÃO DA ORGANIZAÇÃO DOS ESTADOS AMERICANOS. **Decreto nº. 3.956, de 8 de outubro de 2001**. Promulga a Convenção Interamericana para a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Pessoas Portadoras de Deficiência. Guatemala, 28 maio 1999. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/guatemala.pdf. Acesso em: 22 jan. 2019. 10 nov. 2018.

FREIRE, P. **Educação como prática da liberdade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1971.

GRACIANI, M. S. S. A formação do educador social e a Pedagogia da Convivência In: **Educadores Sociais:** A Importância da Formação na Implementação de Tecnologias Sociais. Brasília: Fundação Banco do Brasil, 2011.

GREENPEACE BRASIL. **Vamos juntos proteger a Amazônia**. [s.d.]. Disponível em: https://www.greenpeace.org/brasil/. Acesso em: 22 jan. 2019.

GREENPEACE Brasil. **Você conhece o Greenpeace?** [s.d.]. Disponível em: https://www.greenpeace.org.br/blog/conheca-o-greenpeace. Acesso em: 21 jan. 2019.

LAUDARES, J. B. QUIRINO, R. Saberes necessários ao pedagogo do trabalho para a educação do trabalhador nas organizações empresariais. **Educação & Tecnologia**, Belo Horizonte, v. 11, n. 2, 2006. Disponível em: https://seer.dppg.cefetmg.br/index.php/revista-et/article/view/366/0. Acesso em: 21 jan. 2019.

LAVAGEM cerebral. [Compositor]: Gabriel o Pensador. [Intérprete]: Gabriel O Pensador. Álbum Gabriel o Pensador, São Paulo: Sony Music, 1993.

LIBÂNEO, J. C. Pedagogia e pedagogos: inquietações e buscas. **Educar**, Curitiba, n. 17, p. 153-176, 2001.

LIMA, M. A. G. **A inclusão Socioeducacional de crianças e jovens com deficiência visual e a participação da ONG Instituto dos Cegos da Paraíba**. 2010. 106f. Dissertação de mestrado em serviço social. Programa de pós-graduação em serviço social/ CCHLA – Universidade Federal da Paraíba. João Pessoa, 2010. Disponível em: https://repositorio.ufpb.br/jspui/bitstream/tede/7250/1/arquivototal.pdf. Acesso em: 11 jan. 2019.

MELROSE, R. **Por que a pedagogia Waldorf funciona: da perspectiva neurocientífica**. 7 mar. 2016. Disponível em: http://www.antroposofy.com.br/forum/por-que-a-pedagogia-waldorf--funciona-da-perspectiva-neurocientifica/. Acesso em: 18 jan. 2019.

MENEZES, E. T. de. O terceiro setor e o mercado de trabalho. **Educabrasil**, São Paulo,2000. Disponível em: http://www.educabrasil.com.br/o-terceiro-setor-e-o-mercado-de-trabalho/. Acesso em: 22 jan. 2019. 02 nov. 2018.

MUNIZ, E. **Requisitos exigidos dos pedagogos para atuação em ambientes não-escolares.** set. 2011. 60f. Trabalho final de curso de Licenciatura em Pedagogia: Faculdade de

Educação da Universidade Brasília – UNB. Brasília, 2011. Disponível em: http://bdm.unb.br/bitstream/10483/2262/1/2011_EllenMuniz.pdf. Acesso em: 21 jan. 2019.

OLIVEIRA, S. B. de. **A formação do Pedagogo para atuar no sistema penitenciário.** Curitiba, 2015, 149f. Tese Doutorado em Educação. Escola de Educação e Humanidades, programa de pós-graduação em educação: Pontifícia Universidade Católica do paraná. Curitiba, 2015.

ONOFRE, E. M. C. A prisão: instituição educativa? In: **Cad. Cedes**, Campinas, v. 36, n. 98, p. 43-59, jan./abr. 2016. Disponível em: http://www.scielo.br/pdf/ccedes/v36n98/1678-7110-ccedes-36-98-00043.pdf. Acesso em: 21 jan. 2019.

PIRES, J. C. de; MACÊDO, K. B. Cultura organizacional em organizações públicas no Brasil. In: **RAP**, Rio de Janeiro, v. 40, p. 81-105, jan./fev. 2006.

SANTOS, L. dos; VENTURI, M. O que é permacultura? Disponível em: http://permacultura.ufsc.br/o-que-e-permacultura/. Acesso em: 22 jan. 2019. 10 nov. 2018.

SERVA, M. A formação do educador social e as bases da educação para um mundo melhor. In: **Educadores Sociais:** A Importância da Formação na Implementação de Tecnologias Sociais. Brasília: Fundação Banco do Brasil, 2011.

SILVA, R. C. MOURA, C. A. O Profissional Pedagogo Empresarial: análises em torno de sua identidade e atuação na gestão de pessoas. **Revista de Ciências Gerenciais**, [s.d.]. v. 17, n. 26, p.57-69, 2013.

TERRITÓRIO do brincar. **Território do Brincar** - Série MiniDocs - Batizado de bonecas - Abadia, MG. Publicado em 18 abr. 2016. Disponível em: Seção 3.1 / O processo educativo como estudo e prática do pedagogo - 101 http://territoriodobrincar.com.br/videos/territorio-do-brincar-serie-minidocs-batizado-de-bonecas-abadia-mg/. Acesso em: 18 jan. 2019.

UNESCO. **Declaração de Salamanca sobre princípios, política e práticas na área das necessidades educativas especiais, 1994.** 1998. Disponível em: http://unesdoc.unesco.org/images/0013/001393/139394por.pdf. Acesso em: 22 jan. 2019.

Unidade 4

Atuação do pedagogo em espaços socioculturais, midiáticos e de saúde

Convite ao estudo

Você sabia que o Pedagogo pode atuar em diferentes espaços como os socioculturais, os midiáticos e os de saúde? Nesta unidade iremos conhecer e refletir a respeito desses espaços, buscando compreender como o Pedagogo poderá exercer práticas pedagógicas que contribuam de forma positiva para a educação que acontece em diversos espaços não escolares.

Sendo assim, iremos explorar as possibilidades de atuação do Pedagogo em contextos educacionais não formais, reconhecendo as implicações técnicas, éticas, sociais e institucionais de seu papel nesses espaços. O objetivo é que compreenda a importância do Pedagogo enquanto profissional da educação capaz de transformar a sociedade e indivíduos por meio de ações conscientes e fundamentadas, realizando intervenções didático-pedagógicas nos diferentes processos que envolvem o ensino e a aprendizagem.

Para que se cumpram os objetivos propostos na unidade, consideraremos o caso de Luiza, Pedagoga formada que acaba de ser convocada para assumir o cargo de Pedagogo em uma entidade privada atuante em diversas regiões do país, que tem como objetivo proporcionar o bem-estar e qualidade de vida para indivíduos da sociedade. Nesta entidade, são oferecidos serviços que fortalecem ações voltadas para o desenvolvimento sociocultural e educacional de cidadãos de todas as idades. Luiza está muito animada, e ao ingressar, junto de mais dois outros Pedagogos contratados, descobre que há três vagas disponíveis em setores diferentes da entidade na unidade onde foram contratados: Educação e Saúde; Promoção de Cultura e Educação; e Produção de Materiais Didáticos Audiovisuais. Foi proposto a ela e aos outros dois pedagogos, pela coordenadora geral, que fizessem uma experiência de atuação de um mês em cada um dos setores com vagas em aberto, com o objetivo de saber qual profissional se encaixará melhor em cada um dos três setores disponíveis. Luiza inicia sua jornada com muito entusiasmo! Vale destacar que a unidade na qual ela está alocada conta com amplo espaço composto por salas, quadra, teatro, pátio, biblioteca, auditório, quadras poliesportivas, espaço de brincar, playground, laboratório de informática, espaço multimídia, bosque, entre outros.

Você já pensou como seria a atuação de um Pedagogo em cada um dos setores da referida entidade? Saberia listar as caraterísticas necessárias para se adequar a cada uma das áreas que Luiza irá atuar?

Para responder as questões feitas, traremos três seções nessa unidade, abordando os seguintes temas: O Pedagogo na área da saúde; O Pedagogo como promotor de ações socioculturais e; O Pedagogo na cultura tecnológica e digital. Cada uma das seções lhe fará refletir a respeito das diversas possibilidades que terá de atuar como Pedagogo, assim como lhe esclarecer a respeito das estratégias e características necessárias para alcançar seus objetivos como futuro profissional da educação.

Bons estudos!

Seção 4.1

O Pedagogo na área da saúde

Diálogo aberto

Caro aluno, bem-vindo a esta nova seção de estudos. Aqui poderemos nos aprofundar um pouco mais na compreensão da função do Pedagogo no setor da saúde, especialmente no atendimento em espaços hospitalares e em projetos de promoção de saúde. É preciso saber que educação básica é um direito de todos e também um dever do Estado, sendo que sua oferta deve ser uma prática que atenda a todas as pessoas. A educação deve ser também uma prática presente em espaços educacionais capazes de formar profissionais de saúde e auxiliá-los na tarefa de promover ações de saúde para a população.

Para prosseguir com nossos estudos, lembremo-nos da tarefa de Luiza, Pedagoga que acaba de ingressar em uma entidade que promove diversas ações à comunidade. Ela deverá estagiar em três diferentes setores, buscando reconhecer em qual deles seu perfil estará mais alinhado com a função proposta.

O primeiro setor que Luiza inicia sua experiência é o de Educação e Saúde. Este setor promove ações educativas na área da saúde, desenvolvendo atividades que estimulam a prevenção de doenças, a promoção da saúde do corpo e emocional. Sendo assim, prevê atuação em diversas áreas, como: educação sexual; educação em saúde bucal; saúde e meio ambiente, saúde da mulher; saúde na terceira idade, saúde na primeira infância. A tarefa de Luiza neste setor é a de escolher uma das áreas de atuação e propor atividades e serem desenvolvidas junto à comunidade, descrevendo os seguintes itens:

- Área de atuação;
- Atividades propostas (de duas a três atividades);
- Objetivo da atividade;
- Público-alvo;
- Recursos utilizados.

Para ajudar a resolver a situação proposta, iremos estudar nessa seção a atuação do Pedagogo nos projetos de promoção de saúde; em saúde emocional; na Pedagogia hospitalar e; em ações educativas em espaços de internação hospitalar. Conhecer as possibilidades que terá como futuro profissional da

educação na área da saúde será um desafio e ao mesmo tempo uma descoberta, reconhecendo a necessidade de se pensar cada pessoa ou comunidade como um ser possuidor de direitos, protagonista de sua história e cultura.

No final da seção esperamos que você se sinta instigado(a) a pesquisar e buscar ainda mais informações a respeito do importante papel que tem o Pedagogo para a área da saúde!

Não pode faltar

Práticas educativas em saúde: educação em saúde e qualidade de vida

A prática educativa em saúde é uma proposta ampla, que pode ser compreendida sob duas frentes principais. A primeira delas se refere às atividades de educação em saúde, que visam a melhoria da qualidade de vida e saúde de pessoas e comunidades. A segunda diz respeito à atuação frente à necessidade de formação profissional contínua dos trabalhadores da área da saúde.

Neste aspecto, é preciso saber que o Pedagogo tem um importante papel em relação à promoção de práticas humanas que ultrapassam a questão técnica do trabalho do profissional da saúde, já que o foco principal de sua atuação são as pessoas. Isso significa que não se trata de aprimorar apenas o caráter técnico do profissional da saúde, mas indica também a necessidade de explorar o potencial de transformação humana, que pode ser desenvolvido por meio de ações que favoreçam a dignidade e o fortalecimento de princípios que são, por vezes, esquecidos, quais sejam os de que o foco principal desse profissional não são as técnicas de cura ou prevenção de doenças, e sim a qualidade de vida e o bem-estar de pessoas.

Segundo Pereira (2003), muitas práticas de saúde requerem práticas educativas. Para a autora, saúde não significa apenas processos de intervenção na doença, mas sim "[...] processos de intervenção para que o indivíduo e a coletividade disponham de meios para a manutenção ou recuperação do seu estado de saúde, no qual estão relacionados os fatores orgânicos, psicológicos, socioeconômicos e espirituais" (PEREIRA, 2003, p. 1529). Tais afirmações sinalizam que o campo da saúde é muito mais amplo que o da doença. Sendo assim, a educação e a saúde colaboram juntas para a promoção dos direitos fundamentais da pessoa humana e para a promoção da saúde física, emocional e psicológica.

Pereira (2003) lembra, no Relatório Final da XI Conferência Nacional de Saúde, a proposição do capítulo "Democratização das Informações":

> As Políticas de IEC (Informação, Educação e Comunicação) devem... estar voltadas para a promoção da saúde, que abrange a prevenção de doenças, a educação para a saúde, a proteção da vida, a assistência curativa e a reabilitação sob responsabilidade das três esferas de governo, utilizando pedagogia crítica, que leve o usuário a ter conhecimento também de seus direitos; dar visibilidade à oferta de serviços e ações de saúde do SUS; motivar os cidadãos a exercer os seus direitos e cobrar as responsabilidades dos gestores públicos e dos prestadores de serviços de saúde. (CNS, 2000:165-166, *apud* PEREIRA, 2003, p. 1529)

A compreensão de práticas e orientações para a educação em saúde pode ser também norteada pelos princípios da Organização Mundial de Saúde (OMS), na Carta de Ottawa de 1986, a qual propõe a promoção da saúde apoiada no desenvolvimento pessoal e social por meio da divulgação e informação, aumentando as opções das populações para o exercício do controle da própria saúde e sobre meio ambiente. Tais ações conduzem a práticas para uma saúde melhor, sendo apontadas como pré-requisitos básicos para sua conquista: Paz, Habitação, Educação, Alimentação, Renda, Ecossistema estável, Recursos sustentáveis, Justiça social e Equidade. A partir dos apontamentos do referido documento, é possível perceber que as práticas em saúde envolvem questões e áreas diversas.

Assimile

> Promoção da saúde é o nome dado ao processo de capacitação da comunidade para atuar na melhoria de sua qualidade de vida e saúde, incluindo uma maior participação no controle deste processo. Para atingir um estado de completo bem-estar físico, mental e social os indivíduos e grupos devem saber identificar aspirações, satisfazer necessidades e modificar favoravelmente o meio ambiente. (OMS, 1986)

Desse modo, percebe-se a saúde como um recurso para a vida, e não como objetivo de viver. Sua promoção, por sua vez, não é responsabilidade exclusiva do setor de saúde, indo para além de um estilo de vida saudável, ou seja, vai em direção a um bem-estar global (OMS, 1986).

Assim, a educação em saúde também pode estar vinculada com diversos temas, como: educação sexual; educação em saúde bucal; saúde e meio ambiente, saúde da mulher; saúde na terceira idade, saúde na primeira infância, entre outros.

A educação que envolve saúde e meio ambiente, por exemplo, pode colaborar na promoção de práticas que priorizem uma relação saudável com o meio ambiente, e assim, pode colaborar para a saúde da população. Tais práticas envolvem tanto questões de prevenção e respeito ao meio ambiente como estudar problemas/doenças geradas a partir de uma relação exploratória e destruidora com o mesmo.

Reflita

Em novembro de 2015 ocorreu o maior desastre ambiental do Brasil. A barragem da mineradora Samarco, controlada pelas empresas Vale e BHP Billiton, se rompeu, despejando 40 bilhões de litros de rejeitos de minério em 700 km da bacia do Rio Doce. A onda de lama varreu do mapa o distrito de Bento Rodrigues, matando 19 pessoas e atingindo outras milhares, além de destruir a fauna e a flora da região.

Todos os temas e práticas citados são função do Pedagogo, que tem papel importante no bem-estar das pessoas, colaborando para a educação em saúde.

Conhecendo os princípios que orientam as práticas educativas em saúde, é possível agora explorar um pouco mais o papel do Pedagogo como formador dos profissionais em saúde, refletindo a respeito da importância de propor ações pedagógicas que valorizem o caráter humano e transformador da educação.

Pereira (2003) fala a respeito da necessidade de educação continuada aos profissionais de saúde, indicando que é preciso se adaptar às mudanças originadas nos modelos de gestão e nova realidade social democrática, que requer indivíduos autônomos e críticos. Isso nos faz pensar em um modelo de educação que seja a antítese da mera adaptação e reprodução técnica, deixando espaço para propostas que promovam a reflexão a respeito do sentido e valor da educação para a sociedade.

Algumas das tendências pedagógicas já conhecidas são citadas por Pereira (2003), como: Pedagogia tradicional, Pedagogia renovada, Pedagogia por condicionamento e Pedagogias críticas. Para a autora, a Pedagogia da problematização é a mais adequada à prática educativa em saúde, pois promove a valorização do educando e o instrumentaliza para transformar a si mesmo e sua realidade.

Assimile

Pedagogia da problematização: tem suas origens nos movimentos de educação popular da década de 1950-1960, e retomados no final de 1970 e início de 1980, pois foram interrompidos pela época da Ditadura Militar no país. Nessa proposta, a educação é mediatizada pela realidade aprendida, sendo possível atingir um nível de consciência dessa realidade, podendo atuar nela e realizar transformações sociais (PEREIRA, 2003).

Assim, vimos que o trabalhador da saúde participa de forma ativa nas ações ligadas à sua área profissional, assim como desenvolve habilidades técnicas e humanas. Ao Pedagogo compete a tarefa de mantê-lo atualizado e ciente de sua tarefa no âmbito das ações humanas e educativas.

Educação Popular em saúde

Pensando nas ações do Pedagogo na promoção de educação em saúde, se faz necessário conhecer um pouco mais a respeito de uma proposta interessante, a "Educação Popular em Saúde". Para compreendê-la, apresentaremos as ideias de Gomes e Merhy (2011), os quais apontam que as estratégias de educação em saúde no Brasil iniciadas nas primeiras décadas do século XX se mostravam autoritárias, tecnicistas e biologicistas. O Serviço Especial de Saúde Pública enxergava as classes populares como passivas e incapazes de iniciativas próprias.

Até a primeira metade da década de 1970, a atenção à saúde era basicamente de caráter privado, exceto pelo atendimento de caráter curativo ofertado aos trabalhadores de carteira assinada. Depois de uma crescente insatisfação política, o Estado voltou sua atenção aos problemas básicos da população, surgindo iniciativas de medicina comunitária, as quais empregavam técnicas simplificadas e de baixo custo às regiões e cidades periféricas (GOMES E MERHY, 2011, p. 10).

Inspirados na proposta de educação popular de Paulo Freire, os profissionais de saúde iniciaram o movimento de criação da educação popular em saúde.

Assimile

Educação popular em saúde é uma prática que visa ajudar a população a compreender as causas das doenças e a se organizar para superá-las, tomando como ponto de partida os saberes prévios dos educandos. Propõe também uma troca de saberes popular e científico.

Com base nessa proposta criou-se em 1987 o Sistema Unificado e Descentralizado de Saúde (SUDS), que garantiu o atendimento universal nos serviços de atenção básica e rede de hospitais públicos e conveniados. Em 1988, A Constituição Federal, em seu artigo 196, assegurou a saúde como um direito universal do cidadão, responsabilizando o Estado pela sua garantia. Tal feito representou um grande avanço para os brasileiros, que por meio do Sistema Único de Saúde (SUS) passaram a ter um sistema de proteção social com diversos programas de atendimento, prevenção e promoção de saúde à população (GOMES e MARHY, 2011).

Saiba mais

Conheça a "Carta dos direitos dos usuários do Sistema Único de Saúde (SUS)". Ela traz informações para que você conheça seus direitos na hora de procurar atendimento de saúde, reunindo os seis princípios básicos de cidadania que asseguram ao brasileiro o ingresso digno nos sistemas de saúde (universalidade; integralidade; equidade; participação da comunidade; descentralização político-administrativa; regionalização e hierarquização da rede de serviços de saúde), seja ele público ou privado.

O contexto apresentado criticava o viés técnico das ações voltadas à saúde, que por vezes, desconsideravam as condições históricas e culturais das populações. Sendo assim, a formação dos profissionais passou a ser pensada na perspectiva humana, promovendo um diálogo com as pessoas, com suas necessidades, com seu modo de vida e condições sociais. Somente assim é que tais ações poderiam ser realmente educativas, promovendo a autonomia e saúde da população. "As várias estratégias que desenvolvem o apoio social buscam ajudar na constituição de sujeitos que tenham capacidade de definir os rumos de suas próprias vidas, de ampliar sua autonomia" (GOMES e MERHY, 2011, p. 14). Além disso, eles também fortalecem o caráter de reciprocidade, ou seja, fortalecem a compreensão do cuidado entre as pessoas.

Para os autores, o apoio social, quando empreendido como um trabalho que busca o autocuidado ou desenvolvimento de ambientes saudáveis como uma de suas dimensões práticas, favorece o enfrentamento do problema saúde-doença. "Sendo assim, a relação profissional de saúde/usuário poderia ser compreendida como produtora de apoio social, seja como apoio informativo ou emocional" (GOMES; MERHY, 2011, p. 15).

Neste sentido, o Pedagogo pode contribuir para a formação desse profissional de saúde, que precisa enxergar a necessidade do fortalecimento do

caráter humano de sua atuação, compreendendo os sujeitos e seus modos de aprender e ensinar. O Pedagogo também pode atuar junto aos projetos de educação popular em saúde, sendo um profissional capaz de orientar as práticas educativas dentro desses projetos.

Ações educativas em espaços de internação hospitalar: o Pedagogo Hospitalar

A educação é um direito, e segundo a LDB de 1996, em seu artigo 2º, ela é dever da família e do Estado. O mesmo documento também afirma, em seu artigo 3º, parágrafo I, que um dos princípios da educação é a igualdade de condições para o acesso e permanência na escola. Pensando na referida Lei, podemos questionar a garantia do direito da criança e do jovem, em idade escolar, de acesso à educação quando se encontra em condição de internação hospitalar. Para compreender melhor tal questão, conheceremos um pouco mais a respeito dos documentos e propostas que orientam e garantem o direito à educação àqueles que não podem frequentar o ensino regular por estarem em situação de internação. Também estudaremos a importância que tem o Pedagogo Hospitalar atuando nesses espaços, refletindo a respeito das possíveis práticas que norteiam seu trabalho pedagógico.

Segundo a Resolução Nº 2 do Conselho Nacional de Educação (CNE/CEB) de 2001, em seu artigo 13, "Os sistemas de ensino, mediante ação integrada com os sistemas de saúde, devem organizar o atendimento educacional especializado a alunos impossibilitados de frequentar as aulas em razão de tratamento de saúde que implique internação hospitalar, atendimento ambulatorial ou permanência prolongada em domicílio". Pensando no cumprimento desta resolução, o Ministério da Educação (MEC), por meio de sua Secretaria de Educação Especial, elaborou um documento visando estruturar políticas de organização de atendimento educacional em ambientes e instituições outras que não a escola, propondo estratégias que visam promover a oferta e acesso à educação básica em hospitais e domicílio. O documento ressalta que "O Conselho Nacional de Educação, por meio da Resolução Nº 02, de 11/09/2001, define, entre os educandos com necessidades educacionais especiais, aqueles que apresentam dificuldades de acompanhamento das atividades curriculares por condições e limitações específicas de saúde (art.13, § 1º e § 2º)" (BRASIL, 2002, p. 10). Em relação à pessoa hospitalizada, considera que ela requer mais do que tratamento da sua enfermidade. A experiência do adoecimento e hospitalização implica na mudança de rotinas, separações, sujeição a procedimentos invasivos e dolorosos, além do possível medo da morte e da solidão. Sendo assim, o Pedagogo precisa compreender a realidade vivenciada pelo paciente, propondo ações que possam tornar o aprendizado um momento prazeroso e garantir que seus direitos à educação continuam assegurados.

Dica

Assista ao filme: *PATCH ADAMS – O amor é contagioso.*

A obra narra a história de um médico que se dedica a levar alegria aos pacientes internados, demonstrando que atitudes de amor são essenciais para aqueles que se encontram debilitados.

O mesmo documento elaborado pelo MEC afirma ainda que compete às Secretarias de Educação atender à solicitação dos hospitais para o atendimento pedagógico hospitalar e domiciliar, a contratação de professores capacitados, a provisão de recursos financeiros e matérias para que se faça cumprir o atendimento.

No mês de setembro de 2018, tivemos também a publicação da Lei Nº 13.716, que acrescenta a Lei Nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (LDB),

> "Art. 4º-A. É assegurado atendimento educacional, durante o período de internação, ao aluno da educação básica internado para tratamento de saúde em regime hospitalar ou domiciliar por tempo prolongado, conforme dispuser o Poder Público em regulamento, na esfera de sua competência federativa. (BRASIL, 2018)

Para garantir o atendimento educacional especializado previsto legalmente, temos a atuação do Pedagogo Hospitalar, o qual elabora atividades pedagógicas para a criança ou jovem hospitalizado. Suas ações podem ser desenvolvidas prevendo o lúdico como canal de comunicação, buscando resgatar a alegria e as boas sensações da infância vividas fora do hospital. Outra opção a seguir trabalha ainda com ações voltadas ao lúdico, mas apresenta a hospitalização como um campo de conhecimento a ser explorado e desmistificado, trazendo certa intimidade e confiança com o espaço no qual ela está inserida, buscando incorporar uma nova dinâmica educativa ao processo de escolarização (FONTE, 2005, p. 122).

Exemplificando

Um professor pode utilizar situações cotidianas para ensinar determinados conteúdos de ensino. As dosagens de remédios, por exemplo, podem auxiliar na compreensão de operações aritméticas. A escrita de diários com diferentes gêneros textuais como poemas, poesias, dissertações, romances podem trabalhar não somente os conteúdos da

linguagem e produção textual, como também a possibilidade criativa e expressiva de sentimentos a respeito da condição de internação.

Para elaborar práticas educacionais nos espaços de internação hospitalar, o profissional da educação pode entrar em contato com o professor da escola regular e seguir os conteúdos vistos pelo restante da turma, no intuito de que a criança ou jovem internado possa acompanhar a classe no retorno. Ele também pode, no caso de impossibilidade de comunicação com o professor da escola regular, elaborar o próprio conteúdo adequado à faixa etária do aluno.

O professor hospitalar precisa também conhecer seu paciente, saber quais suas necessidades e limites para poder propor as atividades e respeitar seu tempo. É igualmente necessário que ele tenha sensibilidade para compreender aqueles dias em que a criança está cansada ou triste, fortalecendo seu caráter humano e a empatia. O profissional deve saber que a flexibilidade em seus planejamentos é elemento fundamental quando se atua em situações de internação hospitalar ou domiciliar. Outra habilidade fundamental para o Pedagogo Hospitalar é o espírito de equipe ao desenvolver seu trabalho, sabendo que é preciso estar em constante contato com os demais profissionais do hospital, assim como com a família do educando.

Em relação à formação do Pedagogo Hospitalar, diversos documentos e estudos apontam que a grande maioria desses profissionais é formada em Pedagogia ou Educação Especial, e possuem curso em nível de pós-graduação específico para a área. Ressaltamos também a importância da formação em serviço e/ou formação continuada para a qualidade do trabalho desenvolvido. Outra importante opção a ser considerada é o investimento em estágios durante o curso de graduação, nos quais se possa trabalhar com crianças em situação de internação.

Sendo assim, compreende-se que "O ofício do professor no hospital apresenta diversas interfaces (política, pedagógica, psicológica, social, ideológica), mas nenhuma delas é tão constante quanto a da disponibilidade de estar com o outro e para o outro" (FONTES, 2005, p. 123).

Por fim, pudemos compreender em nossos estudos que as práticas educativas em saúde envolvem ações voltadas à formação e capacitação de profissionais da saúde, que precisam reconhecer seu potencial humano e transformador. É preciso também que o Pedagogo reconheça seu papel na promoção de ações educativas que vislumbrem a saúde como um recurso para a vida, que diz respeito aos indivíduos e suas escolhas conscientes e esclarecidas, tendo-a como um instrumento de busca pela qualidade de vida e protagonismo social. O Pedagogo, nesse contexto, precisa também reconhecer a importância do conhecimento teórico a respeito do seu campo de trabalho,

buscando uma formação continuada que lhe dê subsídios técnicos e humanos para atuar profissionalmente.

Sem medo de errar

Ao realizar nossos estudos, pudemos perceber a importância do Pedagogo na promoção de práticas de educação em saúde em diferentes contextos não escolares. Agora iremos retomar o desafio de Luiza, Pedagoga que precisa atuar no setor de Educação e Saúde da entidade na qual começou a trabalhar. Durante o mês de experiência nesse setor, Luiza deverá propor atividades a serem desenvolvidas junto à comunidade, escolhendo inicialmente uma das áreas de atuação. Das diversas possibilidades de projetos a desenvolver, Luiza optou em trabalhar com a "saúde da mulher", tema que vem ganhando importância no contexto da luta pela equidade e protagonismo feminino.

Para programar as atividades a serem desenvolvidas, Luiza considerou que o Pedagogo precisa respeitar e auxiliar práticas de saúde popular alternativas, como uso de chás, fitoterapia, acompanhamento de partos por parteiras e doulas, entre outras. Sendo assim, considerou situações em que o saber popular, se reconhecido e acompanhado, pode assistir parte da população promovendo ações que se ligam à garantia da saúde. Ao mesmo tempo, tais ações fortalecem o apoio social e permitem a discussão a respeito do adoecimento e de estratégias de saúde (GOMES; MERHY, 2011, p. 12).

Partindo das considerações feitas, ela elaborou seu planejamento:

- Área de atuação: Saúde da Mulher.
- Atividades propostas (de duas a três atividades): palestras com profissionais que abordam a perspectiva do parto humanizado, considerando a mulher como protagonista do nascimento; grupos de apoio a mães de crianças com deficiência física, liderados por psicóloga especialista; e por fim oficinas de práticas curativas com plantas medicinais ofertadas por mulheres.
- Objetivo das atividades: reforçar o protagonismo feminino na prática educativa em saúde, estimulando a solidariedade por meio da escuta e acolhimento.
- Público-alvo: mulheres de todas as idades, com especificidade apenas para mães no caso das palestras, e de mães de crianças com deficiência no caso do grupo de apoio.
- Recursos utilizados: salas para encontros de grupos de apoio e para realização de palestras; equipamentos multimídia; profissionais

capacitados para realizar palestras e liderar grupos de apoio; recursos financeiros para divulgação e pagamento dos profissionais envolvidos.

Vale lembrar que as ações educativas como palestras devem ser valorizadas quando tratamos da educação em saúde. Contudo, "Elas precisariam ser reorientadas para que, ao invés do repasse de normas e orientações de higiene e boas condutas, tais iniciativas se apresentassem como oportunidades de diálogo entre trabalhadores e usuários, em que os aspectos coletivos da dinâmica comunitária pudessem ser enfatizados" (GOMES; MERHY, 2011, p. 12).

Portanto, pudemos aqui compreender um pouco mais o papel do Pedagogo em diferentes espaços educativos, como o de promoção de educação em saúde para a comunidade. Partindo de nossos estudos, ressaltamos a postura crítica e criativa desse profissional, capaz de fazer escolhas conscientes e fundamentadas para realizar intervenções didático-pedagógicas nos diferentes contextos de educação não escolar.

Avançando na prática

Estágio em Classes Hospitalares

Descrição da situação-problema

Paulo, aluno do último ano do curso de Pedagogia, foi convidado a participar de um processo seletivo para estagiar em uma Classe Hospitalar situada no hospital de sua cidade. Ao aceitar o desafio, ele foi informado que o processo seletivo buscava selecionar um candidato ou candidata para atuar como professor(a) auxiliar em uma turma da educação infantil. No dia da entrevista com o Pedagogo responsável pela contratação, ele recebeu a tarefa de escrever um plano de aula para as crianças da classe hospitalar, com idade entre 1 e 3 anos. Sendo assim, você deve se colocar no lugar de Paulo e elaborar um plano de aula que atenda às solicitações feitas a ele.

Resolução da situação-problema

Ao elaborar o plano de aula, é preciso considerar que:

> "O crescimento profissional do professor deve incluir sua busca de fazer parte da equipe de assistência ao educando, tanto para contribuir com os cuidados da saúde, quanto para aperfeiçoar o planejamento de ensino, manifestando-se segundo a escuta

> pedagógica proporcionada. A consulta ao prontuário e o registro de informações neste documento também pertence ao desenvolvimento das competências deste professor. (BRASIL, 2002, p. 22)

Sendo assim, o primeiro passo para elaboração de atividades pedagógicas em classes hospitalares deve ser a consulta ao prontuário da criança, sabendo de sua condição de saúde e necessidades especiais para o momento. O Pedagogo Hospitalar deve também entrar em contato com os demais profissionais que cuidam da criança, assim como com sua família, para saber de questões como horários, problemas ou dificuldades emocionais, entre outros.

Por fim, ele deve pensar em atividades que sejam adequadas à faixa etária e que não sejam de modo algum excludentes. Isso significa que, ao pensar em uma atividade, ele deve levar em conta limitações físicas ou emocionais das crianças, planejando apenas aquilo que pode ser feito por todos. Desse modo, ele evita que o sentimento de estar excluído se acentue em crianças que já se encontram limitadas e/ou debilitadas.

Vale ressaltar ainda que histórias, contos e canções são ferramentas que não só alimentam a imaginação e criação, como também trazem sensação de bem-estar e prazer, ajudando a lidar com as emoções. Alimentar o bom e o belo deve ser ação de qualquer professor quando está em contato com crianças, especialmente com aquelas que se encontram fragilizadas em hospitais.

Assim sendo, Paulo desenvolveu um projeto que tinha como tema "Os contos e canções de época".

Faça valer a pena

1.

> "O Sistema Único de Saúde (SUS) é um dos maiores e mais complexos sistemas de saúde pública do mundo, abrangendo desde o simples atendimento para avaliação da pressão arterial, por meio da Atenção Básica, até o transplante de órgãos, garantindo acesso integral, universal e gratuito para toda a população do país. Com a sua criação, o SUS proporcionou o acesso universal ao sistema público de saúde, sem discriminação. (BRASIL, [s.d.], [s.p.])

Considere o texto apresentado anteriormente e assinale a alternativa que contenha apenas os princípios do Sistema Único de Saúde.

a) Universalidade; centralização político-administrativa; inequidade.
b) Equidade; universalidade; hierarquização da rede de serviços públicos.
c) Equidade; participação apenas dos trabalhadores da saúde; descentralização político-administrativa.
d) Universalidade; equidade; atendimento somente ao trabalhador com carteira assinada.
e) Equidade; centralização administrativa; universalidade.

2. Tendo como princípio as alterações nas Leis de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), a Lei 13.632/2018, considere:

I. Toda pessoa, durante toda a sua vida, possui direito à educação.
II. Art. 23. A educação básica poderá organizar-se somente em séries anuais, organizadas apenas nos espaços escolares.
III. A oferta de educação especial tem início na educação infantil e estende-se ao longo da vida da pessoa. (BRASIL, 2018, [s.p.])

Pode-se afirmar que:

a) Somente a alternativa I está correta.
b) Apenas as alternativas I e II estão corretas.
c) Apenas a alternativa III está correta.
d) Apenas as alternativas II e III estão corretas.
e) Apenas as alternativas I e III estão corretas.

3. A respeito da educação popular em saúde, Gomes e Marhy (2011) afirmam que se trata de uma prática capaz de ajudar a população a compreender as causas dessas doenças e a se organizar para superá-las, tomando como ponto de partida os saberes prévios dos educandos.

Partindo do texto enunciado, assinale a alternativa que expõe a ideia correta a respeito da educação popular em saúde.

a) Propõe também um embate entre os saberes popular e científico.
b) Enfraquece o caráter de reciprocidade, ou seja, a compreensão do cuidado entre as pessoas.
c) A formação dos profissionais de saúde deve considerar a perspectiva técnica de seu trabalho como suporte para garantir promoção da saúde.
d) Foi inspirada na educação popular de Paulo Freire.
e) É uma prática que ajuda a população a compreender as causas dessas doenças e permite o Sistema Único de Saúde (SUS) se organizar para superá-las.

Seção 4.2

O Pedagogo como promotor de ações socioculturais

Diálogo aberto

Olá, caro aluno,

Convidamos você a realizar um exercício de memória e reflexão, resgatando alguns fatos do seu passado. Sendo assim: quais são as suas memórias de infância mais marcantes? Ao relembrar a infância, quais tradições premeavam as atitudes de sua família? Essas tradições ainda fazem parte da sua vida? Subir em árvores, brincar na terra, nadar no rio, brincar na rua, contar histórias, cozinhar, tricotar, fazer crochê, cuidar dos trabalhos de casa, fazer orações, participar de cultos religiosos, acender velas, reunir a família aos finais de semana, participar de festas tradicionais, entre outras, são ações que geralmente marcam a infância. Essas demonstram não só a relação de aproximação com a natureza, como com os gestos que cuidam, com a liberdade de movimentos e do brincar, como também fazem parte da constituição do indivíduo enquanto ser social, que produz cultura.

A partir do resgate das memórias que marcam a infância, vamos acompanhar Luiza, Pedagoga em experiência profissional em uma entidade privada atuante em diversas regiões do país e que tem como objetivo proporcionar o bem-estar e qualidade de vida para indivíduos da sociedade. Neste mês ela inicia sua experiência integrando a equipe da área de Promoção de Cultura e Educação. Diferentes profissionais compõem essa equipe, e ela, como Pedagoga, deve trazer um pouco de seu conhecimento a respeito da infância e do desenvolvimento infantil. Assim, ela deve propor atividades com crianças, que têm como tema a **Experiência estética como experiência lúdica com o mundo**. Estas atividades devem ser desenvolvidas uma vez por semana, no período de um mês, na unidade em que ela está alocada. É importante também que as atividades contemplem a cultura da região, trazendo profissionais que representem as diversas linguagens artísticas.

A investigação e reflexão dos processos que marcam e nutrem a infância são essenciais, e para isso, é necessário compreender a relação entre educação e cultura; pensar o Pedagogo como agente na promoção de protagonismo social e; pensar uma educação que valorize a arte como expressão e criação. Partindo dos referidos estudos, poderemos ampliar o olhar acerca da atuação do Pedagogo em diferentes espaços não escolares, buscando uma visão ampla de mundo, de cultura, de sociedade, e de educação. O aspecto cognitivo

da aprendizagem, apesar de ser de extrema importância, é apenas um dos campos no qual se pode educar o indivíduo. Pensar os aspectos emocionais que trabalham com os sentidos é também tarefa do Pedagogo e oportunidade única de se promover uma educação crítica e criativa.

Portanto, convidamos aos estudos que permeiam o campo das ações socioculturais, com ênfase no olhar para as artes e para as práticas que fortalecem as comunidades.

Não pode faltar

Educação e Cultura

Somos sujeitos da Cultura, produzimos Cultura e nos tornamos quem somos na Cultura (Pereira, 2016, p. 48). Mas será que a Cultura é sempre compreendida nesse sentido? Para Chauí (2000), empregamos essa palavra em sentidos muito diferentes, e até mesmo contraditórios. Afinal, como compreendê-la? E mais, como compreender a Cultura e sua relação com a educação?

Assimile

Para a filósofa Marilena Chauí, em sua obra "Convite à Filosofia", há dois significados iniciais da noção de Cultura.

> 1. Vinda do verbo latino *colere*, que significa cultivar, criar, tomar conta e cuidar, Cultura significava o cuidado do homem com a Natureza. Donde: agricultura. Significava, também, cuidado dos homens com os deuses. Donde: culto. Significava ainda, o cuidado com a alma e o corpo das crianças, com sua educação e formação. Donde: puericultura (em latim, *puer* significa menino; *puera*, menina). A Cultura era o cultivo ou a educação do espírito das crianças para tornarem-se membros excelentes ou virtuosos da sociedade pelo aperfeiçoamento e refinamento das qualidades naturais (caráter, índole, temperamento).
>
> 2. A partir do século XVIII, Cultura passa a significar os resultados daquela formação ou educação dos seres humanos, resultados expressos em obras, feitos, ações e instituições: as artes, as ciências, a Filosofia, os ofícios, a religião e o Estado. Torna-se sinônimo de civilização, pois os pensadores julgavam que os resultados da formação-educação aparecem com maior clareza e nitidez na vida social e política ou na vida civil (a palavra civil vem do latim: *cives*, cidadão; *civitas*, a cidade-Estado) (CHAUI, 2000, p. 372).

No primeiro sentido citado pela autora, compreendemos a Cultura como o aprimoramento da natureza humana pela educação, ou seja, a formação não somente pela alfabetização, mas pela iniciação à vida da coletividade. Nesse sentido Natureza e Cultura não se opõem. Temos a valorização do aprendizado da música, dança, ginástica, gramática, poesia, retórica, história, Filosofia, entre outros. "A Cultura é uma segunda natureza, que a educação e os costumes acrescentam à primeira natureza, isto é, uma natureza adquirida, que melhora, aperfeiçoa e desenvolve a natureza inata de cada um" (CHAUI, 2000, p. 372).

No segundo sentido temos a separação entre Natureza e Cultura difundida a partir do século XVIII. Tal compreensão considera uma diferença entre o homem e natureza, qual seja, a de que a última opera mecanicamente de acordo com leis necessárias de causa e efeito, e o homem se mostra como aquele dotado de razão e liberdade, agindo por escolha e de acordo com valores e fins.

Pereira (2016) também nos fala a respeito da sua compreensão de Cultura. Para a autora "A cultura é ao mesmo tempo o mundo que se apresenta para nós e a forma como esse mundo nos diz quem somos nós" (PEREIRA, 2016, p. 48). A Cultura, nesse sentido, é vista como produção humana socializada. Essa produção pode se materializar em produtos, como forma de sistematizá-la, guardá-la, fazê-la circular, zelar pela sua longevidade.

Reflita

Você já pensou nas possíveis formas de tornar a Cultura acessível a um povo?

As manifestações culturais, por sua vez, também são diversas, como as artes, os livros, a culinária, as vestimentas, os rituais de devoção, contar histórias, as festas, os saberes populares, as cantigas de roda. Sendo assim, "A cultura seria como que uma essência do nosso pertencimento a um determinado grupo, a um determinado lugar, ao uso de uma determinada linguagem, aquilo que permite a cada um reconhecer-se como parte de um grupo" (PEREIRA, 2016, p. 51-52). Os elementos da cultura inserem indivíduos na vida coletiva, ela também é plural, pois implica diferentes práticas, costumes, linguagens, modos de vida.

Diante do conceito de Cultura apresentado por Pereira (2016), pode-se questionar: "que elementos da cultura são disponibilizados às crianças? Que elementos ajudam as crianças a construírem seu pertencimento a uma determinada sociedade?" (PEREIRA, 2016, p. 52). Partindo dos questionamentos

levantados pela autora, é colocada em debate a concepção de Cultura como instrução, tendo como sinônimos as expressões "ter cultura" e "ser culto". Esse pensamento é contraposto pela ideia de que as pessoas não são consumidoras de cultura, e sim produtoras dela.

A crítica à ideia de que somos consumidores de bens culturais resulta em uma problemática que conduz a separação entre as práticas e os produtos que resultam delas. "Se é tratada apenas como 'produto' a cultura torna-se algo que pode ser 'adquirido', e se a cultura pode ser "adquirida' é porque ela vai deixando de ser vista como pertencente aos sujeitos, como um elemento que os constitui" (PEREIRA, 2016, p. 54). Assim, a cultura se torna algo que falta aos sujeitos, externo a eles.

Desse modo, "Para a cultura se manter viva é fundamental o trabalho da memória, tanto a memória individual, que registra singularmente as experiências vividas, como a memória social, que nas narrativas individuais vai trazendo os ecos e os elos da coletividade" (PEREIRA, 2016, p. 53). Pensar na criação da Cultura como tarefa coletiva é fundamental, e às crianças cabem o papel de experimentar o mundo e ressignificá-lo de forma singular, produzindo suas memórias e inserindo-se ativamente na cultura. Mas como tornar tal apropriação ativa da Cultura algo possível?

Uma questão de extrema importância colocada por Pereira (2016) é a de que se a cultura é algo que nos liga, como indivíduos, como sociedade, ela precisa fazer sentido para nós. Se nossas práticas não fazem sentido às crianças, é porque elas não estão sendo representadas ou encontrando relação com o que vivenciam. Sendo assim, "[...] é preciso que a história dessas crianças e a história de suas famílias possam ser reconhecidas por elas como elementos constituidores fundamentais dos seus repertórios culturais" (PEREIRA, 2016, p. 56). Tal ação implica, segundo a autora, pensar nas consequências éticas de se construírem desejos e valores apartados de sua própria história.

Fazer circular a cultura precisa ser um exercício de pertencimento. "Nesse trabalho, tornar a cultura viva implica promover encontros, registrar acontecimentos, criar novas linguagens, fundar experiências coletivas, aprender a ser junto, ouvir as histórias vividas, dialogar com palavras, com gestos e até mesmo com os silêncios e as quietudes" (PEREIRA, 2016, p. 57). Isso faz com que compreendamos o papel do Pedagogo para que a Cultura produzida por todos seja vista e valorizada, e que a pluraridade cultural, originada em uma sociedade na qual há uma diversidade de povos, costumes, tradições, manifestações artísticas, seja reconhecida como importante. Isso requer uma atuação que valorize cada indivíduo e sua coletividade, apresentando a Cultura como algo a ser produzido e/ou transformado, e não consumido. Se o objetivo da

educação deve ser formar pessoas emancipadas, essas devem se apropriar do mundo e do conhecimento como algo significativo e transformador.

Expressão e criação como manifestação ativa e autônoma

> "A arte é um ato no mundo, e não um discurso sobre o mundo!" (LÓPEZ, 2013, p. 09)

Para ajudar a compreender a prerrogativa inicial de que a arte é uma expressão ativa, iremos refletir como a experiência artística pode influenciar os processos de criação e expressão, especialmente para as crianças pequenas. Sendo assim, é preciso reconhecer que a experiência estética se inicia logo ao nascer, e faz parte do processo de descoberta do mundo, do outro e de si mesmo. Por isso, consideraremos que:

> "A percepção estética modifica a pessoa que percebe. O fato de que a arte seja um lugar de experiência, significa que as crianças e os adultos aprendem algo sobre si mesmo e sobre o mundo, além de estremecer-se ou divertir-se, e que do encontro com a arte ninguém volta sem algum lucro emocional, estético, subjetivo e também cognoscitivo. (LÓPEZ, 2013, p. 29-30)

Segundo a autora, nem todo ato perceptivo ingressa nas possibilidades da linguagem, e assim, tudo o que fica de "fora" da percepção da palavra pode ser canalizado como experiência estética. Desse modo, as percepções que não podem ser representadas enquanto linguagem é o que possibilita a criação estética. Na criança pequena, ser em que a linguagem ainda está em desenvolvimento, alimentar tal percepção e criação estética significa alimentar experiências de aprendizagem e criação (LÓPEZ, 2013, p. 26).

Para além da apropriação poética das palavras, da língua do relato, da narração, temos a possibilidade de percepção visual e organizativa da imagem, e também daquilo que não é nem tátil, nem visual, nem auditivo, mas que acontece em outro nível de sensibilidade e impossível de traduzir, o campo da percepção afetiva (LÓPEZ, 2013, p. 27).

De acordo com López (2013), o psicólogo e psicanalista Daniel Stern denomina percepção "amodal" como o registro de experiências além do racionalmente comunicável. Nesta linha, percebem-se as brincadeiras, a apresentação aos primeiros momentos da experiência simbólica, a ficção (músicas com as mãos, brincar de esconder atrás de lenços, as histórias e

contos, os jogos de da linguagem, entre outros) como fundamentais para o desenvolvimento saudável e para o aprendizado na criança pequena.

Tais experiências, envolvidas na esfera da percepção ampliada para além do mundo da linguagem, possibilita o envolvimento emocional e artístico, tomando o sujeito como ativo e criativo. Isso porque toda experiência estética pode ser considerada um exercício de subjetividade.

Perceber não é somente reunir impressões sensoriais, mas também um exercício da subjetividade que toma algo como verdadeiro, tecendo elementos da própria sensibilidade e experiência. Nesse sentido, López (2013) afirma que percepção é um exercício hermenêutico.

Assimile

> "Hermenêutica remete à interpretação, à interpelação do sensível, a um espectador que como tal se torna co-jogador. Hermenêutico é o agir espontâneo das crianças, enquanto vivem traduzindo e interpretando os fatos do mundo e colocando-os nos jogos de suas vidas cotidianas" (LÓPEZ, 2013, p. 31).

Assim, segundo a autora, a hermenêutica está ligada à qualidade da própria arte, à variação do sentido em função da interpretação de um expectador ativo e inspirado pela força da interrogação que a obra faz nos seus sentidos. A apropriação e experiências com a arte, do ponto de vista hermenêutico, nos coloca em uma posição ativa diante dela. Assim, "[...] a experiência com a arte é uma forma mais democrática de conceber o acesso à cultura, à construção de significados, à vitalidade da existência" (LÒPEZ, 2013, p. 35). Dessa experiência resulta a liberdade, pois não há o exercício de tentar se enquadrar a modelos. A educação, por sua vez, deve ser um processo que incentive a experiência artística como possibilidade de constituição do eu.

Partindo da compreensão do significado da experiência artística, como podemos alimentá-la? López (2013) apresenta três momentos importantes da relação com a arte: observação; apreciação; expressão.

Assimile

Observação: por meio da observação se produzem os primeiros reconhecimentos do objeto, de suas qualidades, classificando-o dentro do repertório conhecido ou não, criando imagens mentais e armazenando

na percepção informações. Está ligada à contemplação que mobiliza os sentidos, emoções e funções cognitivas em um exercício que exige calma.

Apreciação: soma ao observado a sensibilidade de quem observa, sendo um fato subjetivo.

Expressão: manifestações artísticas próprias como: desenhar, pintar, cantar, dançar, inventar histórias, fazer obra de teatro, entre outras. É a fusão do observado, do apreciado e do inventado, incluindo elementos vividos, vistos, escutados, podendo ser fruto da espontaneidade, imaginação, decisão, desejo, reconhecendo que são capazes de se transformar-se por meio de algo que sai de si para o mundo.

Além de pensar nos modos de alimentar a experiência artística, podemos também refletir brevemente a respeito das formas de expressão que se pode utilizar, especialmente com crianças pequenas, como exemplo: a música, as artes plásticas, a dança e expressão corporal.

Cantar para e com as crianças é uma prática cultural que envolve a transmissão, a expressão e o afeto. Para se pensar a seleção musical, diante de um mercado tão diverso, é preciso escolher obras que colaborem com o espírito criador e investigador das crianças, diversidade estética, músicas que permitam explorar e inovar e que respeitem a qualidade musical (LÓPEZ, 2013, p. 46).

Já a relação da criança com as artes plásticas, dizemos que ela se inicia no lugar onde os olhos se encontram com a imagem estética. O rosto da mãe, envolvendo a beleza pela afetividade, segurança e conhecimento de mundo que representa pode ser compreendido como a primeira experiência estética do ser humano. A relação com a natureza e tudo que a permeia é também uma experiência estética que deve ser preservada e valorizada. É preciso pensar no cuidado de organização dos espaços cotidianos que proporcionem relevância na construção do olhar estético (cores das paredes, objetos de decoração, brinquedos, materiais disponíveis para contato, entre outros) (LÓPEZ, 2013, p. 48). Sendo assim, incentivar o olhar para o belo e para a natureza é fundamental para alimentar a apreciação e criação artística.

Por fim, em relação à dança e expressão corporal há um intenso caminho que vai da independência corporal à dança ou expressão corporal. A pele, segundo a autora, constitui uma borda física e psíquica na vida do bebê, sendo através dela que os cuidadores transmitem à criança signos de sua integridade, da relação entre o seu corpo e tudo o que acontece com ela fisicamente e suas emoções, ansiedades e estímulos (LÓPEZ, 2013, p. 52).

A partir da compreensão da arte como uma expressão no mundo, vimos que a educação colabora, nesse sentido, para a proposição de uma forma de conceber a experiência artística para além dos princípios da racionalidade. Isso significa pensar que a relação com a arte é capaz de oferecer condições para uma educação criativa e crítica, já que ela proporciona um autoconhecer-se e um colocar-se no mundo de forma ativa e criadora. Pensando nas ações do Pedagogo em relação às experiências artísticas, pode-se afirmar que devem sempre partir do princípio de que o indivíduo precisa se reconhecer, se sensibilizar e se transformar por meio da experiência estética, a partir do contato com as formas de expressão artísticas.

O Pedagogo como promotor de protagonismo social: arte e comunidade

Você já pensou como o Pedagogo pode incentivar práticas de protagonismo social, por meio da educação? Para refletir a respeito desse questionamento é preciso considerar que suas ações devem ter em vista a promoção de condições para que os sujeitos, de diversos grupos identitários, possam atuar de forma ativa na sociedade, fortalecendo sua cultura, seus interesses e os de outros atores. Diversos projetos podem ser desenvolvidos, assim como há diversos espaços para atuação.

Incialmente, iremos refletir como os indivíduos se tornam atores sociais, ou seja, protagonistas de ações que envolvam os seus interesses e àqueles do seu grupo ou comunidade.

Exemplificando

Um ator social é o homem ou a mulher que intenta realizar objetivos pessoais em um entorno constituído por outros atores, entorno que constitui uma coletividade à qual ele sente que pertence e cuja cultura e regras de funcionamento institucional faz suas, ainda que apenas em parte. Ou, dito com palavras mais simples, são necessários três ingredientes para produzir um ator social: objetivos pessoais, capacidade de comunicar-se e consciência de cidadania. (SOUZA, 2009, p. 9 *apud* TOURAINE, 1998, p. 5).

Assim sendo, um ator social é, em suma, aquele que modifica seu entorno social e negocia com outros atores, defendendo interesses. "O protagonista é apresentado como o principal dos atores sociais" (SOUZA, 2009, p. 10). Em projetos de educação, o protagonismo se dá pela possibilidade de atuação dos atores sociais como promotores de transformações sociais, agentes e beneficiários de processos de mudança.

Tais ações dos atores sociais, que são compreendidas como promotoras de protagonismo, estão em consonância com a proposta para a educação da LDB 9394/96: "Art. 1º A educação abrange os processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais" (BRASIL, 1996). Desse modo, a educação deve abranger diversos aspectos e espaços da vida do indivíduo em sociedade, privilegiando sua cultura.

Portanto, podemos pensar em diversas formas de protagonismo social, como o protagonismo juvenil, o protagonismo feminino, entre outros. A seguir, vamos conhecer algumas formas de protagonismo social.

A expressão protagonismo juvenil, de acordo com Souza (2009), é com frequência definido como "método de educação para a cidadania", e parece circular no terceiro setor, o qual trabalha com a educação não escolar. Outras vezes refere-se à posição ativa do jovem nos processos educativos. Pode ainda ser compreendida como a capacidade do jovem de ser protagonista no desenvolvimento do país, da comunidade e de si próprio.

O protagonismo social feminino, outro tipo bastante conhecido de protagonismo social, é definido por Pedro e Guedes (2010):

> "A luta das mulheres está na libertação das amarras de um senso moral construído pela cultura machista, cristalizada durante séculos. Não é apenas pela igualdade econômica e política que as mulheres conquistam seu espaço; mas são, também, na construção de uma sociedade livre de relações preconceituosas e discriminações. Trata-se de uma luta pela liberdade, para além da equiparação de direitos, e pelo respeito à alteridade. (PEDRO e GUEDES, 2010, p. 5)

Esse protagonismo evidencia o protagonista social das mulheres por meio das conquistas femininas e pela luta por liberdade.

Além dos exemplos citados de protagonismo social, existem muitos outros possíveis, tendo como base o princípio do fortalecimento do indivíduo, sendo ator ativo nos espaços de transformação social.

Exemplificando

O projeto chamado "Rede de Comercialização Solidária de Agricultores Familiares e Extrativistas do Cerrado" é um exemplo de fortale-

cimento dos sujeitos de fato do Cerrado, que por meio de organização coletiva e valorização das riquezas locais, permitem que sua cultura e seus produtos possam ser acessados e valorizados pela sociedade brasileira.

SILVA, Alessandra Karla da; EGITO, Marcelo do. Rede de Comercialização Solidária de Agricultores Familiares e Extrativistas do Cerrado: um novo protagonismo social. In: **Agriculturas,** v. 2, n. 2, jun. 2005.

Por fim, pudemos refletir a respeito da relação entre Educação e Cultura, compreendo-a a partir da visão de que a Cultura é um "agir no mundo", ou seja, está para além de discursos ou da leitura de representações do/sobre o mundo. Pudemos também entender a expressão artística como um ato de criação e expressão no mundo, proporcionada pela sensibilização e transformação do indivíduo por meio da experiência estética. Por fim, reconhecemos o significado de protagonismo social como fortalecimento de práticas comunitárias, sendo o ator social responsável pelo encontro com a comunicação, a criação e a transmissão da palavra e das experiências artísticas. "Inventar modos de estar juntos, de produzir situações de diálogos, de generosidade e de escuta; e, nesses espaços, gerar uma experiência hermenêutica ao redor dos objetos artísticos e dos bens culturais" (LÓPEZ, 2013, p. 58) são ações que devem ser desenvolvidas pelos atores sociais, que se tornam protagonistas de suas causas.

Desse modo, podemos conceber o Pedagogo como promotor de práticas de educação que compreendam a Cultura como apropriação dos sujeitos, de seus modos de vida, de seus costumes e tradições. Tais práticas, se alimentadas pelas experiências artísticas, favorecem a constituição do "eu", que se coloca no mundo de forma expressiva e criativa.

Sem medo de errar

Vamos lembrar os desafios profissionais de Luiza? Em seu novo trabalho, na área de Educação e Cultura, ela precisou propor atividades com crianças que tem como tema a **Experiência estética como experiência lúdica com o mundo.** Como Pedagoga recém-contratada em uma entidade privada, é fundamental que ela demonstre seus conhecimentos a respeito dessa faixa etária, demonstrando por meio das atividades propostas qual sua visão a respeito da relação entre Cultura e Educação.

Sendo assim, Luiza deveria pensar atividades a serem desenvolvidas semanalmente com crianças pequenas, levando em conta questões da

Cultura regional. Pensando no desafio de Luiza, reflita: "Você identifica na sua cidade exemplos de práticas culturais que caracterizam os diferentes grupos sociais?"

As atividades propostas por ela tiveram como tema "Brinquedos e Brincadeiras Infantis". Sendo assim, ela propôs atividades semanais a serem desenvolvidas durante quatro finais de semana, cujo público-alvo eram as famílias com crianças.

A primeira atividade a ser promovida foi uma exposição de brinquedos antigos, na qual crianças e adultos poderiam ver e brincar com os objetos em exposição. Para Luiza, o registro da Cultura é algo fundamental, pois "Materializar a cultura em produtos é uma forma de sistematizá-la, guardá-la, fazê-la circular, zelar pela sua longevidade, para que mais pessoas ao longo dos tempos possam ter acesso a ela" (PEREIRA, 2016, p. 51). Assim, as crianças poderiam ver e vivenciar, junto dos pais ou adultos responsáveis, objetos que guardavam as lembranças que representam lugares, pessoas e práticas de uma época.

Na segunda semana, ela organizou oficinas para confecção de brinquedos, nas quais adultos e crianças deveriam construir juntos diversos brinquedos. A valorização do "fazer junto", além de aproximar e favorecer a afetividade entre as pessoas, também simboliza a visão dos produtos culturais como algo a ser produzido, e não consumido.

Na terceira semana foi marcada uma apresentação musical de cantigas de roda. Luiza convidou um grupo musical que tocava instrumentos e músicas da Cultura local. A atividade aconteceria em um gramado com árvores e com a utilização de instrumentos de sopro e percussão. As cantigas de roda representam não somente um momento prazeroso de brincar, como também a possibilidade de conhecer a história das famílias e dos sujeitos a partir do repertório cultural que marca a infância. A partir dessa prática, a Cultura se mostra presente de forma ativa, e a criança a vivencia no corpo.

Na quarta e última atividade Luiza convidou uma pesquisadora e professora da sua cidade para divulgar seu projeto com tema "Brincadeiras Africanas". Na proposta, seria marcada uma tarde na qual crianças e pais poderiam conhecer a forte influência africana em nossa Cultura por meio do resgate das brincadeiras de origem africanas, como: escravos de Jó; labirinto de moçambique; chicotinho queimado; pular corda; pular elástico; entre outras.

Portanto, pudemos reconhecer, junto às ações promovidas por Luiza, o papel do Pedagogo em espaços socioculturais, sendo capaz de fazer escolhas conscientes e fundamentadas para realizar intervenções didático-pedagógicas.

Avançando na prática

Valorização da Cultura Regional

Descrição da situação-problema

Karen, Pedagoga atuante em projetos sociais, foi convidada a promover uma atividade com crianças que envolvia práticas do brincar, na comunidade Alto Santa Maria. Essa é uma pequena comunidade de pomeranos instalada nas encostas da serra do município de Santa Maria de Jetibá no estado do Espírito Santo. Karen deveria envolver as crianças em uma atividade que pudesse valorizar a cultura daquele local.

Ao aceitar o convite, Karen se viu diante de um grande desafio, já que percebeu o quanto a cultura local era forte e desconhecida por ela.

Resolução da situação-problema

Pensando no grande desafio proposto à Karen, ela foi inicialmente pesquisar um pouco a respeito da Cultura local da comunidade Alto de Santa Maria. Ela descobriu que a comunidade era composta por pequenos agricultores que trabalham incansavelmente nas suas hortas de repolho, café, alface, beterraba, inhame, batata, milho, espinafre, couve, rabanete, berinjela, tomate, aipim, cenoura, vagem, tomate, cebolinha, salsinha, entre outros. A maioria da população local vem da Pomerânia, que migraram para o Brasil a partir de 1860, já que em sua terra natal passavam por muitas dificuldades.

Ao chegar ao local, encontrou moradores de poucas palavras, com olhares firmes e silenciosos. Karen precisou se adaptar ao modo de vida extremamente organizado de um povo dedicado aos trabalhos manuais. Ao caminhar pela comunidade, percebia o espaço físico do local, com uma paisagem de diferentes tons de verdes em suas hortas e uma diversidade de cores estampadas nas paredes das casas. Casas amarelas, azuis, vermelhas, verdes, cor de rosa, combinando com as flores e com os ornamentos delicadamente construído por eles.

Ao reconhecer o espaço e as pessoas, Karen percebeu que não poderia propor nenhuma atividade a ser seguida, mas que sua ação deveria partir das práticas que são vivenciadas por eles. Assim, ela observou por dias as crianças brincando, e fez registros fotográficos desses momentos. Algo que lhe chamou a atenção foi a brincadeira do casamento pomerano representado pelas crianças. Após realizar os registros, ela organizou, junto das crianças, uma exposição de fotos desses momentos registrados, e juntos, fizeram desse um evento que promoveu a valorização das práticas do brincar e da Cultura daquela comunidade.

Faça valer a pena

1. De acordo com López (2013), o psicólogo e psicanalista Daniel Stern, denomina percepção "amodal" como o registro de experiências além do racionalmente comunicável.
Partindo da linha de percepção "amodal", são percebidas como fundamentais para o desenvolvimento saudável e para o aprendizado da criança pequena _____.

Qual o termo, a seguir, completa adequadamente a lacuna?

a) a desvalorização do campo da experiência simbólica.
b) as atividades essencialmente cognitivas.
c) compreensões racionais do ato de brincar.
d) apenas a comunicação que envolve essencialmente o campo da linguagem.
e) a apresentação aos primeiros momentos da experiência simbólica.

2. Leia o trecho da obra de Walter Benjamin denominada "Tarde de inverno", destacada na obra de Pereira (2016):

Tarde de inverno

> "Às vezes minha mãe me levava para fazer compras em tardes de inverno. Era uma Berlim escura e desconhecida que, à luz de gás, se estendia à minha frente. Fiávamos no antigo Oeste, cujos arruamentos eram mais uniformes e despretensiosos que os preferidos posteriormente. Àquela hora já não se podia perceber com clareza as sacadas e as colunas, mas nas fachadas havia luz. Fosse por causa das cortinas de musolina, fosse por causa das venezianas ou da camisa de lampião de gás suspensa, aquela luz pouco revelava dos aposentos iluminados. Não tinha a ver com nada, a não ser consigo mesma. Atraía-me e deixava-me pensativo. Ainda hoje isso me acontece na memória. E é assim que sou conduzido a um dos meus cartões postais. Esse exibia uma praça em Berlim. As casas que a rodeavam eram de um azul delicado, o céu azul no qual pairava a lua, de um azul mais escuro. Não haviam colorido nem a lua nem as janelas na camada azul do cartão. Era preciso colocá-las contra a luz, o que fazia emanar das nuvens e da série de janelas um súbito clarão amarelo. Eu não conhecia a paisagem representada. Abaixo estava escrito "Porta de Halle". Porta e átrio nela se juntavam, formando a gruta iluminada, na qual encontro a lembrança da Berlim hibernal. (PEREIRA, 2016, p. 59 apud BENJAMIN, 2002, p. 127).

Considerando o trecho destacado, assinale a alternativa que apresenta um ponto de vista importante da criança na Cultura:

a) O ponto de vista da criança nem sempre deve ser considerado quando se trata da percepção de sua realidade.
b) Uma história que seja contada sem incluir o ponto de vista das crianças será sempre uma história incompleta.
c) A criança apresenta um papel passivo na Cultura.
d) A criança costuma distorcer o caráter real da compreensão da sua cultura.
e) As histórias são sempre narradas do ponto de vista dos adultos.

3. Considere os acertos abaixo a respeito da relação arte e comunidade:

I. Os espaços sociais têm se distanciado das práticas comunitárias, surgindo a necessidade de que hajam políticas e práticas culturais que gerem espaços comunitários.
II. Há necessidade de alimentar algumas práticas na sociedade atual, como: o encontro com a comunicação, a criação e a transmissão da palavra e as experiências artísticas.
III. As experiências comunitárias acontecem, essencialmente, nas instituições regulares de ensino.

Partindo dos acertos é possível afirmar que:

a) Está correta apenas a alternativa II.
b) Estão corretas as alternativas I, II e III.
c) Estão corretas as alternativas I e II.
d) Estão corretas as alternativas II e III.
e) Está correta apenas a alternativa I.

Seção 4.3

O Pedagogo na cultura tecnológica e digital

Diálogo aberto

Bem-vindo!

Iniciaremos os estudos a partir de reflexões a respeito da influência da mídia e das tecnologias digitais para a educação. Observamos que se torna cada dia maior essa influência das tecnologias na vida das pessoas, especialmente das Tecnologias de Informação e Comunicação - TIC, modificando sua forma de se relacionar, se perceber, interagir, enfim, na forma de vida das pessoas. Por isso, se torna essencial pensar como elas têm colaborado para os processos educacionais. Os Pedagogos, por sua vez, precisam refletir a respeito de tais questões, e empenhar ações conscientes e que colaboram para a formação humana de forma positiva em quaisquer espaços sociais.

Desse modo, iremos conhecer o novo desafio profissional de Luiza, que iniciou sua experiência em uma entidade privada como Pedagoga. No terceiro e último mês de experiência nos setores da entidade, Luiza irá conhecer um pouco do setor de Produção de Materiais Didáticos e Audiovisuais. Este é um setor bastante grande, e que necessita de muitos recursos humanos e materiais. Nossa Pedagoga foi convidada a coordenar um curso de EaD (Educação a Distância) para adolescentes, cuja proposta temática envolve trabalhar com as redes sociais para o público jovem, visando estimular uma visão crítica e criativa das Tecnologias Digitais de Informação e Comunicação. A tarefa inicial de Luiza, nessa nova jornada, é compor uma equipe docente para desenvolver o curso, e para isso, ela precisa solicitar diferentes profissionais. Sendo assim, quais seriam os profissionais docentes e técnicos necessários para desenvolver o curso? O segundo desafio de Luiza seria entrevistar um dos profissionais para compor sua equipe: o design educacional. Para isso, ela precisou pesquisar e responder à seguinte questão: qual o papel do design educacional em ambientes virtuais de aprendizagem? Luiza termina sua experiência no novo trabalho como pedagoga, escolhendo continuar sua atuação na área de Produção de Materiais Audiovisuais.

Mídia e educação: uma visão crítica das tecnologias eletrônicas e digitais

Buscaremos aqui conhecer as possibilidades trazidas pelas Tecnologias Digitais de Informação e Comunicação - TDIC para as formas de organização da sociedade atual, tendo como premissa a reflexão do papel do Pedagogo e suas possibilidades de intervenção nos processos educativos que acontecem em diferentes espaços não escolares.

Sendo assim, é importante considerar que existem diversos posicionamentos em relação ao uso das TDIC como possibilidade educativa. Alguns autores se colocam na função de reconhecer e ampliar as possibilidades de uso dessas ferramentas, trazendo a ideia de inovação e adaptação. Outros, já enfrentam a problemática justamente criticando a função adaptativa reforçada por tais tecnologias, demonstrando que seu uso deve alcançar possibilidades de crítica e questionamentos das formas de viver dos indivíduos em sociedade.

Manuel Castells, autor utilizado como referência na abordagem do tema Tecnologias Digitais, faz uma leitura sociológica da cultura da "nova sociedade", que ele denomina de sociedade de rede. Para ele, a nova sociedade emergente deste processo de revolução tecnológica atual é capitalista e também informacional. De acordo com Castells (1999), a revolução da tecnologia da informação foi essencial para a reestruturação desse sistema a partir da década de 1980. Essa revolução foi moldada pela lógica e interesses do capitalismo, mas não se limitou a eles. "A relação entre a mão de obra e a matéria no processo de trabalho envolve o uso de meios de produção para agir sobre a matéria com base em energia, conhecimentos e informação. A tecnologia é a forma específica dessa relação" (CASTELLS, 1999, p. 34).

Assim, as tecnologias da informação são voltadas ao processo, assim como induzem a novos produtos.

Assimile

Tecnologia da informação é definida por Castells (1999) como o conjunto convergente de tecnologias em microeletrônica, computação (hardware e software), telecomunicação/radiofusão, optoeletrônica e domínios das tecnologias à engenharia genética.

Castells (1999) nos diz ainda que a tecnologia da informação é para essa revolução o que as novas fontes de energia foram para as Revoluções Industriais.

Para ele, o que caracteriza esse período de revolução não é a dependência das novas informações e conhecimentos, já que estes elementos estiveram presentes também na primeira e segunda Revolução Industrial. O que a caracteriza é a aplicação destes conhecimentos e dessa informação para a geração de conhecimentos e de dispositivos de processamento/comunicação da informação, em um ciclo de alimentação entre seu uso e inovação. "O ciclo de realimentação entre a introdução de uma nova tecnologia, seus usos e seus desenvolvimentos em novos domínios torna-se muito mais rápido no novo paradigma tecnológico" (CASTELLS, 1999, p. 51). Assim, as tecnologias digitais não são somente ferramentas, mas sim processos a serem desenvolvidos, e criadores e usuários tornam-se a mesma coisa. E pela primeira vez, a mente humana é uma força direta de produção. O novo sistema tecnológico tem sua própria lógica embutida, "[...] caracterizada pela capacidade de transformar todas as informações em um sistema comum de informação, processando-as em velocidade e capacidade cada vez maiores e com custo cada vez mais reduzido em uma rede de recuperação e distribuição potencialmente ubíqua" (CASTELLS, 1999, p. 51).

Tais afirmações trazem novo paradigma originado nas tecnologias da informação, cujas características são: informação como matéria-prima; penetrabilidade dos efeitos das novas tecnologias (todos os processos de nossa existência individual e coletiva são moldados pelo novo meio tecnológico); lógica de redes em qualquer sistema ou conjunto de relações; flexibilidade (os processos, instituições e organizações podem ser modificadas) e; crescente convergência de tecnologias específicas para um sistema altamente integrado (CASTELLS, 1999, p. 78). Contudo, tal mudança e fluidez da sociedade em rede podem conter diferentes valores, "[...] a flexibilidade tanto pode ser uma força libertadora como também uma tendência repressiva, se os redefinidores das regras sempre forem os poderes constituídos" (CASTELLS, 1999, p. 78).

Assim, o autor colabora para a visão de que as TDIC não são boas, nem ruins, mas também não são neutras. "Mas seu verdadeiro uso na esfera da ação social consciente e a complexa matriz de interação entre as forças tecnológicas liberadas por nossa espécie e a espécie em si são questões mais de investigação que de destino" (CASTELLS, 1999, p. 81).

Um ponto que se tornou indiscutível atualmente é o fato de que as TDIC têm trazido muitas mudanças, tanto do ponto de vista do indivíduo como da sociedade. As mídias eletrônicas, por sua vez, estão longe de ser somente suportes tecnológicos, modificando não só o conteúdo e a forma como nos comunicamos, como também a velocidade, os espaços e tempos de interação. Vivemos em um período no qual grande parte das pessoas tem acesso à informação de forma quase que instantânea, sendo não somente consumidoras dela, mas também produtoras.

Exemplificando

Um exemplo de como as mídias eletrônicas tem modificado a forma como nos comunicamos na atualidade são as mensagens via rede social chamada *WhatsApp*. Nesse aplicativo, qualquer pessoa pode produzir e divulgar mensagens e informações, "viralizando-as" pelos seus contatos e grupos da rede. Grande parte das vezes não sabe qual a origem ou autoria das informações que circulam diariamente em uma velocidade e quantidade estonteante. Tal fato tem implicações importantes para os processos formativos, e carecem de reflexões.

Costa (2016), em seu artigo que explora o setor da produção telejornalística a partir de uma visão da Teoria Crítica da Sociedade, traz questões importantes para se pensar as TDIC, permitindo-nos ampliar o olhar na compreensão de que não basta apenas "saber usá-las" a nosso favor, mas sim que é preciso compreendê-las de forma crítica. O autor alerta para a necessidade de se realizar, do ponto de vista educativo, um esforço para interpretar as transformações que vêm ocorrendo nos suportes televisivos, de internet e nas tendências jornalísticas, com o intuito de desvelar os interesses das corporações invisíveis, impessoais e mundiais da indústria cultural.

Segundo Costa (2016), há uma universalidade da imagem e de conteúdos cada vez mais digitalizados. Além disso, a forma de transmissão da notícia e informação, apresentada por meio do uso de computação gráfica e dos softwares de animação, cada vez mais vem sendo incorporadas nas estruturas narrativas. Ou seja, para se ter audiência, elementos diversos estão sendo atribuídos às notícias que circulam, e não partem da necessidade de conteúdo, muito menos de conteúdo crítico. Os "choques" audiovisuais são cada vez mais necessários e impactantes em uma sociedade na qual nada mais parece prender a atenção, porque tudo é extremamente excitante.

Reflita

Você já pensou em como os filmes, notícias e imagens que circulam trazem imagens e recursos cada vez mais impactantes? Diante dessa reflexão, o que te chama atenção em meio a um turbilhão de fatos e informações que circulam nas mídias sociais?

Dessa forma, se torna essencial o exercício de interpretar as alterações do campo da linguagem para além das funcionalidades dos meios, percebendo que as "[...] formas de produção simbólica midiática são reconfiguradas por linguagens híbridas, que convergem suportes e estão associadas à mobilidade, fazendo com que o fluxo de conteúdos se dê de forma descentrada e difusa" (COSTA, 2016, p. 94).

Pensando nas formas de interpretação em relação às mudanças trazidas pelas TDIC, como pensá-las em relação ao campo educativo? Como pensar o papel do Pedagogo nesse contexto?

Nesse sentido, é fato que a revolução digital implicou em transformações nos espaços educacionais. Segundo Kenski (2003), a educação era oferecida em lugares física e "espiritualmente" estáveis, ou seja, nas escolas e nas mentes dos professores. Hoje, contudo, percebe-se que o campo do conhecimento ultrapassa os espaços formais de ensino, podendo acontecer em quaisquer lugares.

A autora afirma ainda que "As velozes transformações tecnológicas da atualidade impõem novos ritmos e dimensões à tarefa de ensinar e aprender. É preciso estar em permanente estado de aprendizagem e de adaptação ao novo" (KENSKI, 2003, p. 30). Há também inúmeras formas de se obter formação, como o exemplo crescente das escolas *virtuais,* as quais oferecem oportunidade de conhecimentos sem necessidade de deslocamento físico. Assim, de acordo com a autora, o que se desloca nos dias de hoje é a informação. "E desloca-se em dois sentidos: o primeiro, o da espacialidade física, em tempo real, sendo possível acessá-la por meio das tecnologias midiáticas de última geração. O segundo, por sua alteração constante, pelas transformações permanentes, por sua temporalidade intensiva e fugaz" (KENSKI, 2003, p. 30).

A questão da temporalidade trazida pelas constantes transformações é uma grande preocupação para muitos estudiosos do campo educacional, visto que todo conhecimento para ser assimilado requer tempo. As informações, sobrepostas em uma velocidade estonteante, raramente permanecem em nossa mente. Toda informação tem a tendência de se tornar veloz, substituível, fugaz. Benjamin (1987), ao falar da "Cultura do vidro" em sua obra "Experiência e Pobreza", expõe a lógica de que a forma como vivemos visa não deixar rastros. O que se mostra insurgente para o autor ao desenvolver o conceito é que compartilhamos de uma cultura que retira a experiência necessária para prosseguir avaliando o mundo. "Não é por acaso que o vidro é um material tão duro e tão liso, no qual nada se fixa. É também um material frio e sombrio. As coisas de vidro não têm nenhuma aura. O vidro é, em geral, inimigo do mistério" (BENJAMIN, 1987, p. 117). Tal cultura, reforçada pelas TDIC, promete romper barreiras e difundir o conhecimento tornando o conhecimento transparente e visível, levando-o a todos os lugares, e ao mesmo tempo esfacela todos os rastros do passado e até mesmo das experiências que se vive por meio de sua superfície deslizante. Assim como na superfície do vidro, nenhum conhecimento parece permanecer, porque não se constituiu como uma experiência.

O risco apontado leva a considerar não somente da falta de rememoração das experiências passadas, como também, e principalmente, da pobreza

de experiências no presente, que podem fazer perder de vista a razão das próprias ações, ou mais, do próprio existir. Se as notícias e informações são passadas e repassadas sem que a razão, autonomia e criação tenham tempo sequer de perceber sua origem, ou de julgar sua veracidade, como garantir que elas se transformem em conhecimento? Se as relações são mediadas cada dia mais por instrumentos tecnológicos, como garantir a permanência daquilo que nos torna humanos, ou seja, o exercício de conviver e aprender em sociedade de forma racional e afetiva? Quais são as consequências de interações e relações de ensino e aprendizagem mediadas por máquinas?

Sendo assim, aponta-se que as TDIC não somente trazem benefícios para a educação, como o acesso e a autoria na produção e difusão de informações, mas também expõem uma lógica que coloca em risco aquilo que nos torna humanos, ou seja, as experiências que nascem no estar junto, nas reflexões e opiniões, no afeto, na criação a partir daquilo que absorvemos e transformamos por meio do pensar e refletir. Nesse sentido, o Pedagogo se vê diante de um grande desafio, devendo sempre superar os aspectos adaptativos engendrados pela lógica social vigente. É necessário refletir de forma crítica, pois somente assim poderá contribuir para a formação de indivíduos também críticos.

O Pedagogo como produtor de materiais didáticos: o desafio do Design Instrucional

Como vimos, as TDIC trouxeram muitas mudanças, dentre elas, a de que qualquer pessoa poder se tornar produtora e difusora de informações. Sendo assim, em qual medida tal possibilidade pode influenciar a atuação do Pedagogo? Como as TDIC modificam a forma de adquirir conhecimento? Pensando nessas questões, iremos conhecer um pouco mais a respeito da atuação do Pedagogo na produção de materiais didáticos, considerando a grande influência que as TDIC têm ou podem ter nesse processo. O papel do designer instrucional será também destacado, já que se tornou um profissional com conhecimentos importantes, especialmente para os espaços virtuais de educação.

Refletindo a respeito da crescente possibilidade de autoria e divulgação de materiais didáticos, acreditamos que se torna importante refletir quem são os produtores desses materiais, para que possamos pensar na intencionalidade e qualidade dos mesmos. Vale destacar que uma das tarefas mais urgentes a ser cumprida por educadores não é necessariamente se apropriar das inovações tecnológicas, mas sim auxiliar as pessoas a serem críticas e esclarecidas, ou seja, que sejam seletivas e críticas em relação aos conteúdos e formas difundidos.

Sendo assim, torna-se importante que o Pedagogo possa se colocar na posição de autonomia e crítica em relação aos materiais didáticos utilizados em suas práticas, além de ser um importante autor/produtor desses materiais.

Reflita

Você saberia definir o que são materiais didáticos?

Pensando nos materiais didáticos digitais, saberia definir suas principais caraterísticas?

De acordo com o portal WebEduc (Portal de Conteúdos Educacionais do MEC), "Material didático é todo material que serve de apoio/recurso para o processo de ensino e aprendizagem. O êxito no uso do material dependerá da intencionalidade e articulação com a prática pedagógica" (MEC, 2016). Dessa forma, assim como quaisquer práticas educativas, na produção de materiais didáticos é necessário que haja sempre uma intencionalidade, assim como a elaboração de estratégias que promovam a aprendizagem.

O Pedagogo atua na produção de materiais didáticos em diversas situações, por exemplo, enquanto um professor que prepara aulas para seus alunos e sua instituição. Há também a possibilidade de ser contratado especificamente para produzir, acompanhar ou supervisionar a elaboração de material didático. Ele também deve saber qual suporte será utilizado – impresso ou audiovisual -, podendo ser um conjunto de textos, imagens ou de recursos que devem ser escolhidos de acordo com a finalidade educativa (BANDEIRA, [s. d.], p. 15).

A produção de materiais didáticos digitais é uma área que tem crescido atualmente.

Para produzi-lo o Pedagogo deve pensar nas particularidades do público-alvo, assim como nas estratégias e recursos adequados para se garantir os objetivos de aprendizagem.

Pensando na produção de materiais didáticos digitais, constata-se que o Governo Federal brasileiro tem investido na criação e divulgação de recursos educacionais da internet.

Saiba mais

No portal WebEduc, encontramos materiais para pesquisa, objetos de aprendizagem e outros conteúdos educacionais de livre acesso, como: Portal Domínio Público; Recursos da internet para Educação; Mídias e Educação; entre outros.

Contudo, será que os professores têm acesso a essas inovações? Será que os espaços educativos têm recursos tecnológicos necessários para utilizá-las? E mais, será que a problemática dos efeitos da utilização de recursos digitais como instrumentos educacionais é conhecida e estudada, podendo o

Pedagogo ter ciência da efetividade pedagógica dos mesmos para os processos de ensino e aprendizagem? Como vemos, são muitas as questões a serem levantadas quando pensamos na produção e difusão de materiais didáticos, e o papel do Pedagogo como crítico desses processos é fundamental.

Outro profissional que se mostra essencial no processo de produção de materiais didáticos é o designer instrucional, que pode se tonar uma especialidade do Pedagogo.

Assimile

Designer educacional é aquele que se dedica à elaboração de materiais didáticos para a área educacional, incluindo também os processos de planejamento, desenvolvimento, implementação e avaliação. Seu papel principal é fazer o desenho do percurso de aprendizagem do aluno, em qualquer ambiente de aprendizagem, considerando todos os aspectos que envolvem o aprendizado do aluno. Vale lembrar que Designer Educacional e Designer Instrucional podem desempenhar a mesma função, a depender do ambiente em que trabalha.

Thompson (2001) afirma existirem diversos modelos de design instrucional, tendo como características comuns ações que envolvem: avaliar as necessidades; identificar metas e objetivos; analisar a audiência e promover ajustes; desenvolver conteúdos e ofertas; avaliar e redefinir o projeto.

Na educação on-line, espaço no qual se torna essencial, o designer instrucional se dedica a planejar, preparar, projetar, produzir textos, gráficos, imagens, atividades diversas em suportes virtuais, ou seja, é responsável por tarefas que envolvem o ensino e a aprendizagem.

Diferentes mídias podem ser utilizadas na produção de materiais didáticos, seja para a educação presencial ou a distância. Os livros, apostilas, guias e livros didáticos, vídeo-aulas, apresentações, hipertextos, jogos, dicionários virtuais, webconferências, entre outros, são alguns exemplos de materiais didáticos que podem ser produzidos por Pedagogos em diferentes contextos e espaços educacionais.

No entanto, alertamos para o desafio de pensar a organização e disposição dos diferentes materiais didáticos, sabendo como eles estão contribuindo para o aprendizado. Nicholas Carr em seu Livro: "*Geração superficial: o que a Internet está fazendo com nossos cérebros*" aponta a questão da influência dos meios tecnológicos digitais para o desenvolvimento e aprendizado. Dentre as diversas pesquisas relatadas pelo autor está a feita por Gary Small, professor da UCLA, na qual ele afirma que estão ocorrendo mudanças importantes

em nosso cérebro originadas pelos nossos hábitos on-line: "Podemos supor que os circuitos neurais dedicados a vasculhar, passar os olhos e executar multitarefas estão se expandindo e fortalecendo, enquanto aqueles usados para a leitura e pensamentos profundos, com concentração continuada, estão enfraquecendo e se desgastando" (CARR, 2011, p. 196). Partindo das constatações do pesquisador, vale questionarmos se o excesso de estímulos audiovisuais a que somos submetidos pelos diversos recursos e meios tecnológicos está realmente contribuindo para um aprendizado efetivo.

Portanto, é importante considerar a forma como organizamos os recursos digitais disponíveis na educação, não na posição de negar sua existência, mas reconhecendo suas contradições, suas qualidades e seu potencial (de)formativo. Toda essa problemática requer que o Pedagogo desenvolva conhecimento a partir dos estudos e pesquisas realizados na área. Por isso, ele precisa se apropriar da problemática das TDIC como crítico, devendo reconhecer seu potencial para além das questões adaptativas.

Sem medo de errar

Seguimos as descobertas a respeito da cultura tecnológica e digital com a Pedagoga Luiza, a qual deveria atuar no setor de Produção de Materiais didáticos e Audiovisuais em uma entidade, como parte de sua experiência profissional. Ela deveria coordenar um curso de EaD para adolescentes, cuja temática envolve trabalhar com as redes sociais para o público jovem visando estimular uma visão crítica e criativa das Tecnologias Digitais de Informação e Comunicação.

Para cumprir sua tarefa, ela deveria compor a equipe de docentes necessários para desenvolver o curso. Mill (2010) afirma que a complexidade do processo na EaD impossibilita a existência da unidocência, por isso, o autor apresenta o conceito de polidocência. Dessa forma, a tarefa de ensinar na educação a distância é feita por uma equipe *polidocente*, formada por diferentes profissionais como professores conteudistas, tutores, designers, TI, entre outros. Luiza deveria buscar esses diferentes profissionais para compor sua equipe, sabendo da responsabilidade de formar uma equipe comprometida com o exercício crítico da docência, além de conhecer o público o qual o curso se destina.

Em sequência Luiza deveria contratar um design instrucional - DI para atuar na equipe. Sendo assim, ela deveria conhecer e reconhecer qual é o papel desse profissional em ambientes virtuais de aprendizagem. Ao realizar suas pesquisas e estudos, Luiza encontrou diversas definições de designer instrucional, concluindo que na educação online, ele se dedica a planejar, preparar, projetar, produzir textos, gráficos, imagens, atividades diversas em

suportes virtuais, elaborar instrumentos e formas de avaliação, entre outros. Ele deve saber selecionar os conteúdos e formas de apresentação do mesmo, garantindo que os objetivos de aprendizagem sejam cumpridos. É também necessário que saiba trabalhar em conjunto, já que a equipe docente na EaD é composta por diferentes profissionais. O DI precisa também conhecer seu público-alvo, sabendo dos seus interesses e suas caraterísticas. Por fim, deve ser um profissional crítico e criativo, dedicado e comprometido com a oferta de educação e qualidade.

Ao finalizar suas pesquisas, Luiza conseguiu encontrar uma profissional capacidade para ocupar o cargo. Ela também considerou a possibilidade de realizar um curso de extensão ou de especialização em designer instrucional, pois se interessou bastante pela função.

Por fim, vimos que a EaD traz algumas mudanças para a educação, dentre elas, a nova configuração do trabalho docente. O Pedagogo, por sua vez, deve reconhecer essas transformações e buscar se atualizar, estando sempre comprometida com uma educação crítica e criativa em diferentes espaços educacionais.

Faça valer a pena

1. Considere as afirmativas de Costa (2016) a respeito da produção jornalística influenciada pelo ambiente digital:

I. As formas de produção, difusão e acesso de conteúdos virtualizados necessitam ser problematizados não somente com relação às condições de produção, mas também em suas dimensões estéticas.
II. A velocidade de exposição das notícias, acompanhado da produção de artefatos simbólicos, não permite a retenção da multiplicidade de enunciados.
III. Quando mais informações são produzidas e lançadas para o receptor, maior a possibilidade de ele reter as mensagens/conteúdos.

Pode-se afirmar que:

a) Estão corretas apenas as alternativas I e III.
b) Estão corretas as alternativas I, II e III.
c) Está correta apenas a alternativa I.
d) Estão corretas as afirmativas II e III.
e) Estão corretas as afirmativas I e II.

2. “A universalidade da linguagem digital e a lógica pura do sistema de comunicação em rede criaram as condições tecnológicas para a comunicação horizontal global. Ademais, a arquitetura dessa

> tecnologia de rede é tal, que sua censura ou controle se tornam muito difíceis." (CASTELLS, 1999, p. 375)

A organização social em rede, citada por Castells (1999):

a) Implica em uma estrutura na qual apenas uma parcela da população participa.
b) Só pode ser controlada se ficar fora dela.
c) Evolui para seu fechamento como um sistema.
d) Carece de mudança e fluidez organizacional.
e) É alimentada pela fragmentação social.

3. Leia o anúncio publicitário de um material didático:

> "Adquira nosso material impresso, e por apenas mais R$10,99 receba também todo o conteúdo na versão digital para tablete e PC, com materiais digitais extras, como: *jogos, vídeos, animações e questões extras para estudo*"

A análise do anúncio publicitário revela que o surgimento das Tecnologias Digitais de Informação e Comunicação _____.

Qual dos excertos apresentados a seguir completa adequadamente a lacuna na frase acima?

a) Diminuiu a aquisição de eletrônicos.
b) Possibilitou o desenvolvimento de novas técnicas publicitárias.
c) Desvalorizou a produção de material didático impresso.
d) Proporcionou mudanças na relação de consumo com os materiais didáticos.
e) Melhorou a qualidade da produção de materiais didáticos.

Referências

BENJAMIN, Walter. Experiência e Pobreza. In: **Obras Escolhidas**, Vol. 1 - Magia e Técnica, Arte e Política. São Paulo: Brasiliense, 1987, p. 114-119.

BRASIL. **Classe hospitalar e atendimento pedagógico domiciliar**: estratégias e orientações. Ministério da Educação (MEC), Secretaria de Educação Especial (SEESP), Brasília, 2002. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/livro9.pdf. Acesso em: 28 nov. 2018.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Lei número 9394, de 20 de dezembro de 1996. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.htm. Acesso em: 14 dez. 2018.

BRASIL. **Lei n. 13.716**, de 24 de setembro de 2018. Brasília, 24 de setembro de 2018. Disponível em: http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/2018/lei-13716-24-setembro-2018-787190-publicacaooriginal-156470-pl.html. Acesso em: 28 nov. 2018.

BRASIL. Lei nº 13.632, de 6 de março de 2018. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), para dispor sobre educação e aprendizagem ao longo da vida. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 7 mar. 2018. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/CCivil_03/_Ato2015-2018/2018/Lei/L13632.htm. Acesso em: 3 dez. 2018.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Definições e Normas das instituições e serviços de saúde**. Diário Oficial da União de 5/4/1977. Disponível em: https://www.jusbrasil.com.br/diarios/DOU/1977/04/05/Secao-1. Acesso em: 18 dez. 2018.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Sistema Único de Saúde (SUS):** estrutura, princípios e como funciona. [s.d.]. Disponível em: http://portalms.saude.gov.br/sistema-unico-de-saude. Acesso em: 20 mar. 2019.

CARR, Nicholas. **A geração superficial**: o que a Internet está fazendo com nossos cérebros. Tradução: Mônica Gagliotti Fortunado Fiança. Rio de janeiro: Agir, 2011.

CHAUI, Marilena. **Convite à Filosofia**. São Paulo: Ed. Ática, 2000.

CNE/CEB Nº 2, DE 11 DE SETEMBRO DE 2001. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/CEB0201.pdf. Acesso em: 30 nov. 2018.

COSTA, Berlamino Cesar G, da. Telejornalismo e Estética: configurações no ambiente digital. In: **Atualidade da Teoria Crítica na era global**. Organização: Bruno Pucci. [et al.]. 1ª ed. São Paulo: Namkim, 2016, p. 87-95.

CASTELLS, Manuel. **A sociedade em rede** – Tradução: Roneide Venâncio Majer. **A era da informação**: economia sociedade e Cultura; V. 1. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

FILATRO, Andrea. **Design Instrucional na prática**. São Paulo: Pearson Education do Brasil, 2008.

FONTES, Rejane de S. A escuta pedagógica à criança hospitalizada: discutindo o papel da educação no hospital. In: **Revista Brasileira de Educação**. Maio/Jun./Jul./Ago., 2005. Disponível

em: http://www.scielo.br/pdf/rbedu/n29/n29a10.pdf. Acesso em: 10 out. 2018.

GOMES, Luciano Bezerra; MERHY, Emerson Elias. Compreendendo a Educação Popular em Saúde: um estudo na literatura brasileira. In: **Cad. Saúde Pública**, Rio de Janeiro, 27(1):7-18, jan., 2011. Disponível em: http://www.scielo.br/pdf/csp/v27n1/02.pdf. Acesso em: 29 set -2018.

KENSKI, Vani Moreira Tecnologias e as alterações no espaço e tempos de ensinar e aprender. In: **Tecnologias e ensino presencial e a distância**. Campinas – SP: Editora Papirus, 2003.

LÓPEZ, María Emilia. **Cultura e Primeira Infância**. Bogotá – Colombia: CERLALC -UNESCO, 2013.

MEC. WebEduc - **O Portal de Conteúdos Educacionais do MEC**. Disponível em: http://webeduc.mec.gov.br/. Acesso em: 18 dez. 2018.

MILL, Daniel. Das inovações tecnológicas às inovações pedagógicas. In: **Educação à Distância***:* desafios contemporâneos. Orgs. Daniel Mill e Nara Maria Pimentel. São Carlos: EdUFSCar, 2010.

OMS (Organização Mundial da Saúde), 1986. Carta de Ottawa. In: **Promoção da Saúde e Saúde Pública: Contribuição para o Debate entre as Escolas de Saúde Pública na América Latina** (P. M. Buss, org.), pp. 158-162, Rio de Janeiro: Escola Nacional de Saúde Pública, Fundação Oswaldo Cruz. Disponível em: http://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/cartas_promocao.pdf. Acesso em: 27 nov. 2018.

PEDRO, Claudia Bragança; GUEDES; Olegna de Souza. As conquistas do movimento feminista como expressão do protagonismo social das mulheres. In: **Anais do I Simpósio sobre Estudos de Gênero e Políticas Públicas**, Universidade Estadual de Londrina, 24 e 25 de junho de 2010. Disponível em: http://www.uel.br/eventos/gpp/pages/arquivos/1.ClaudiaBraganca.pdf. Acesso em: 13 dez. 2018.

PEREIRA, Adriana Lenho de Figueiredo. As tendências pedagógicas e a prática educativa nas ciências da saúde. In: **Cad. Saúde Pública**, Rio de Janeiro, 19(5):1527-1534, set.-out. 2003. Disponível em: http://www.scielo.br/pdf/csp/v19n5/17825.pdf. Acesso em: 09 out. 2018.

PEREIRA, Rita Ribes. Infância e Cultura. In: **Ser criança na educação infantil**: infância e linguagem / Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica. - 1.ed. - Brasília: MEC /SEB, 2016. Disponível em: http://www.projetoleituraescrita.com.br/wp-content/uploads/2017/08/Caderno_2.pdf. Acesso em: 10 dez. 2018.

SILVA, Alessandra Karla da; EGITO, Marcelo do. Rede de Comercialização Solidária de Agricultores Familiares e Extrativistas do Cerrado: um novo protagonismo social. In: **Agriculturas**, v. 2, n. 2, jun. 2005. Disponível em: https://bit.ly/2CUspSf. Acesso em: 13 dez. 2018.

SOUZA, Regina Magalhães de. Protagonismo juvenil: o discurso da juventude sem voz. In: **Rev. Bras. Adolescência e Conflitualidade**, 2009. Disponível em: http://www.observatoriodoensinowmedio.ufpr.br/wp-content/uploads/2014/02/Protagonismo-juvenil-o-discurso-da-juventude-sem-voz.pdf. Acesso em: 13 dez. 2018.

THOMPSON, Nadeen. ***Why ID?*** *The Benefits of Instructional Design Models*. In: Vol. 7, N. 6: February 15, 2001. Disponível em: http://www.uwsa.edu/ttt/articles/thompson.htm. Acesso em: 19 dez. 2018.

ISBN 978-85-522-1426-7